

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

LUCAS RODRIGUES

**CONCORRÊNCIA, VANTAGENS ABSOLUTAS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:
UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MARX**

PORTO ALEGRE

2014

LUCAS RODRIGUES

**CONCORRÊNCIA, VANTAGENS ABSOLUTAS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:
UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MARX**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho

PORTO ALEGRE
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Lucas
Concorrência, vantagens absolutas e
desenvolvimento desigual: uma abordagem a partir de
Marx / Lucas Rodrigues. -- 2014.
95 f.

Orientador: Eduardo Augusto de Lima Maldonado
Filho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2014.

1. Concorrência. 2. Trocas internacionais. 3.
Desenvolvimento desigual. I. Maldonado Filho,
Eduardo Augusto de Lima, orient. II. Título.

LUCAS RODRIGUES

**CONCORRÊNCIA, VANTAGENS ABSOLUTAS E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:
UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MARX**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Luis Augusto Estrella Faria
UFRGS

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti
PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram na realização dessa dissertação. Em especial à minha família, por todo apoio e liberdade na escolha por cursar o mestrado, pelo suporte material e emocional, sem eles esse trabalho seria impossível. Aos meus amigos de Pedreira, pois através deles me mantenho ligado a um tempo onde as coisas eram simples e diretas; aos de Florianópolis, que me ajudaram a ver e querer o mundo de outra forma; aos meus novos amigos de Porto Alegre, que me acolheram e me livraram da rigidez e da impessoalidade da vida acadêmica. Em especial ao Enclave Mineiro, que se tornou minha casa nesse rincão gaudério.

Agradeço também os meus professores de graduação em ciências econômicas da UFSC e aos do PPGE/UFRGS. No primeiro grupo vale uma menção especial ao professor Nildo Ouriques, pois através dele tive meus primeiros contatos com Marx e pude entender a teoria e a prática como formas de superação. No segundo grupo agradeço ao Professor Eduardo Augusto Maldonado, pela excelente orientação, pelo exemplo de postura dentro da academia, por estar sempre disposto e aberto a ajudar. Também ao professor Marcelo Milan, pela relação direta e amigável que mantém com os estudantes, por suas ótimas exposições em sala de aula, pelo interesse demonstrado e auxílio durante os grupos de estudo que participamos juntos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao PPGE, e a todos seus funcionários. Pelos ótimos serviços prestados, pelas refeições no RU, por possibilitarem o andamento desse trabalho.

À todos e todas, muito obrigado.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo expor a teoria clássico-marxista das vantagens absolutas nas trocas internacionais. Como ponto de partida está o tratamento de Marx a respeito da concorrência entre capitais, dos monopólios, da formação dos preços e dos mecanismos de transferência de valor. A exposição da teoria aqui tratada será contraposta com algumas abordagens marxistas, que apresentam uma compreensão distinta a respeito do funcionamento das trocas de mercadorias e dos fluxos de capitais na esfera internacional. Outra questão central do presente trabalho é o entendimento dado pela teoria clássico-marxista das vantagens absolutas a respeito do processo de transferência de valor em nível global e o desenvolvimento desigual.

Palavras-chave: Vantagens absolutas. Concorrência. Trocas internacionais. Desenvolvimento desigual.

ABSTRACT

This dissertation aims to expose the classical Marxist theory of absolute advantage in international trade. As a starting point is the treatment of Marx about the competition between capitals, monopolies, price formation and mechanisms of value transfer. The exposition of the theory discussed here is contrasted with some Marxist approaches, which have a distinct understanding about the functioning of trade in goods and capital flows in the international sphere. Another central issue of this work is the understanding given by the classical Marxist theory of absolute advantages regarding the transfer value on a global level and uneven development process.

Keywords: Absolute advantages. Competition. International trade. Uneven development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A TEORIA CLÁSSICO-MARXISTA DA CONCORRÊNCIA	11
2.1 Teoria clássica da concorrência: abstração e concreticidade.....	12
2.2 A transferência de valor via preços	23
2.2.1 Valor social, preços de produção e preços de monopólio	24
2.3 Considerações finais	32
3 A TEORIA CLÁSSICO-MARXISTA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS	34
3.1 As vantagens absolutas de custos no comércio internacional	38
3.1.1 Vantagens absolutas e mecanismos monetários	39
3.1.2 Determinação estrutural da taxa de câmbio.....	41
3.2 Resultados das vantagens absolutas	46
3.2.1 Custos de produção (salário e produtividade)	49
3.2.3 Vantagens absolutas e desenvolvimento desigual	53
3.3 Considerações finais	57
4 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: UMA ANÁLISE COMPARADA.....	59
4.1 Trocas desiguais e subdesenvolvimento.....	61
4.2 Transferência de valor e vantagens absolutas.....	71
4.3 Considerações acerca do desenvolvimento desigual	82
4.4 Considerações finais	86
5 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	91
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	94

1 INTRODUÇÃO

O estudo da concorrência em âmbito global, dos fluxos de capitais associados ao processo concorrencial e das trocas de mercadorias nessa esfera, tem levado a importantes debates. Dentro do pensamento econômico tradicional, impera a visão de que o comércio internacional é o mecanismo último que levaria a uma dinâmica de convergência no desenvolvimento econômico entre as nações¹. Na base para tal entendimento está a compreensão de que internacionalmente, diferente do que ocorre na esfera nacional, o aspecto principal na capacidade competitiva dos capitais produtores de mercadorias não é seu nível absoluto de custos, mas sim o nível relativo. Em termos gerais, essa inversão se daria, pois no funcionamento do mercado internacional os desequilíbrios na balança comercial desencadeariam mudanças em determinadas variáveis, que levariam a um processo de ajustamento e reequilíbrio comercial. Mais especificamente, os dois mecanismos principais de ajuste analisados pela teoria das vantagens comparativas são a taxa de câmbio e o nível de preços. Dentro dessa concepção, que procura enfatizar que mesmo países que apresentam desvantagens absolutas de custos podem se beneficiar do mercado externo, o caminho para o desenvolvimento econômico passaria pela liberalização completa dos mercados e a especialização produtiva nas mercadorias de menor custo relativo.

Um segundo grupo de autores, que vão desde o chamado estruturalismo latino-americano² até autores de viés marxista³, entende que os países atrasados tendem a incorrer em constantes e permanentes perdas⁴ em suas relações comerciais com os países avançados. Ao invés de mecanismos de ajustes que distribuiriam de maneira igual os benefícios do comércio exterior, esses autores apontam para fatores que levariam a um comportamento distinto na formação dos preços das mercadorias produzidas nas regiões atrasadas e nas regiões avançadas, sendo as trocas internacionais um processo marcadamente desigual. Esse comportamento distinto minaria a capacidade de investimento na periferia e consequentemente o desenvolvimento econômico capitalista nesses países. Os caminhos para

¹ Como demonstram Shaikh (1991a, 1980c) e Guerrero (1995), apesar das atualizações feitas pela teoria neoclássica as bases do entendimento proposto por esta teoria seguem sendo aquelas apontadas por David Ricardo.

² Para uma exposição sobre tal teoria ver, por exemplo, Rodríguez (2009).

³ Ver, por exemplo, Brewer (1990) e Brolin (2005).

⁴ Tais perdas estariam relacionadas ao comportamento distinto dos preços das mercadorias exportadas pelos países atrasados e pelos países avançados. Enquanto os preços das exportações dos primeiros apresentariam uma tendência de queda, para as exportações das nações avançadas os preços se manteriam constantes ou mesmo apresentariam tendência de alta. O resultado seria um processo de deterioração dos termos de troca em prejuízo das nações atrasadas.

a superação de tal relação passariam pela adoção de políticas de cunho nacionalista, como o protecionismo comercial e incentivo à produção interna. Em alguns casos, como nos autores da chamada teoria marxista da dependência, as mudanças rumo a uma economia capitalista avançada são entendidas como impossíveis dentro desse modo de produção, sendo necessária uma revolução de caráter nacional que subverteria a ordem social vigente (FRANK, 1970).

A problemática das trocas internacionais, do processo concorrencial nessa esfera e sua relação com o desenvolvimento desigual são o objeto de estudo do presente trabalho. A abordagem aqui proposta se afasta, no entanto, das duas acima referidas. Sua construção inicia-se pelo retomada do funcionamento do processo concorrencial a partir de Marx, seus aspectos intra e intersetoriais, a questão dos monopólios e os vários mecanismos de transferência de valor intrínsecos a esse processo. A partir do entendimento dado acerca de tais questões, trata-se mais especificamente de seu funcionamento na esfera internacional. Afirma-se a importância das vantagens absolutas de custos nos fluxos internacionais do capital-industrial tanto em sua forma de capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. São discutidos, também os mecanismos de ajuste tratados pela teoria convencional das vantagens comparativas. Ainda, a teoria das vantagens absolutas contém importantes elementos para a compreensão do processo de desenvolvimento desigual. Essa questão foi abordada com base no entendimento do processo concorrencial na esfera internacional e o modo como os capitais se apropriam das vantagens de custos que podem explorar nos diferentes países. Esse processo concorrencial desencadeia dinâmicas de convergência e divergência que também serão tratados nesse trabalho. A exposição de tais questões se dá ao longo dos três capítulos que compõe essa dissertação.

No capítulo I, a partir da teoria de Marx, aborda-se o processo concorrencial tanto em sua característica intra quanto intersetorial. Em sua primeira forma, a concorrência entre capitais faz com que se estabeleça um preço único para as mercadorias produzidas pelas empresas de um mesmo setor, mesmo que essas empresas produzam com distintas técnicas e, portanto, com distintos custos unitários de produção. Como veremos, esse preço tende a ser determinado por aquelas empresas de produtividade média no setor, de forma que intrasetorialmente estabelece-se uma hierarquia de taxas de lucro. O resultado é a busca constante pela redução do custo unitário de produção. Como processo intersetorial a concorrência se expressa na procura do capital por operar naqueles setores que apresentam uma maior taxa de lucro. Tal fato desencadeia constantes fluxos de capitais, o que gera um movimento tendencial de equalização das taxas de lucros entre os setores. Nesse capítulo

inicial também foi exposto o entendimento de Marx a respeito dos monopólios e as distintas formas de transferência de valor via preços, intrínsecas ao processo concorrencial.

No segundo capítulo tratou-se do funcionamento da concorrência, da formação dos preços e dos fluxos do capital industrial, na esfera internacional. Em primeiro lugar foi apresentada a teoria das vantagens comparativas de Ricardo e seus mecanismos de ajuste internos. Na sequência tais mecanismos foram discutidos de forma a demonstrar sua incompatibilidade com uma aproximação a partir de Marx. Dentro de tal discussão a taxa de câmbio foi abordada de maneira a investigar seus componentes estruturais, em especial os custos absolutos das mercadorias exportadas e o processo tendencial de equalização da taxa de lucro internacionalmente. Ainda, foram feitas considerações a respeito das diferenças nos salários e produtividade entre os países e como essas diferenças impactam na formação e apropriação do valor na esfera ampliada da economia internacional.

O capítulo terceiro desse trabalho aborda o problema do desenvolvimento desigual, a partir da teoria clássico-marxista das vantagens absolutas. A exposição de tal problema foi contraposta a algumas teorias que aliam a questão do subdesenvolvimento com a transferência de valor via preços, entre países. Dentro dessas, optou-se por apresentar, mesmo que de maneira breve, tal relação em Emmanuel (1973), Amim (1976, 2010) e Marini (1973). O entendimento proposto nessa dissertação, sobre o processo de transferência de valor na esfera internacional, recoloca a necessidade de se analisar os diferentes fatores que desencadeiam essas transferências, tendo como objeto de análise os diferentes capitais e não as diferentes nações. Entende-se que o próprio processo concorrencial impõe dinâmicas distintas de desenvolvimento entre os capitais, e que esses, por sua vez, se refletem em um desenvolvimento desigual entre regiões. No entanto, o desenvolvimento desigual entre nações não se sobrepõe à relação concreta entre capital-trabalho e os processos de convergência e divergência, que se reproduzem na esfera internacional, devem ser considerados tanto nas economias avançadas quanto nas atrasadas.

Em cada um dos três capítulos desse trabalho é recorrente o diálogo com autores que apresentam uma abordagem distinta e em alguns casos até mesmo contrária a aqui defendida. O objetivo, no entanto, não é um aprofundamento ou uma exposição exaustiva das várias teorias e autores que tratam sobre os temas referidos acima. Apenas alguns pontos centrais foram destacados para enfatizar a diferença que a teoria clássico-marxista das vantagens absolutas mantém com as demais. Em especial a diferença em relação à hipótese aqui assumida, de que o desenvolvimento desigual tem suas bases no funcionamento do processo concorrencial entre capitais na esfera internacional e não em algum mecanismo de troca

desigual. O objetivo principal desse trabalho foi expor a teoria clássico-marxista das vantagens absolutas e sua relação com o desenvolvimento desigual.

A teoria clássico-marxista das vantagens absolutas lança, dessa forma, nova luz sobre antigos temas. A forma ainda incipiente com que são tratadas as trocas internacionais, a partir de tal teoria, motiva a apresentação feita no presente trabalho. Sua abordagem em relação às forças de convergência e divergência, que a ação do capital inaugura nas distintas nações, abre um campo importante de análise e debate. Explorar mais a fundo tais questões, de maneira a tratar empiricamente como esses dois movimentos aparecem nas economias avançadas e atrasadas, surge como importante tema para pesquisas futuras.

2 A TEORIA CLÁSSICO-MARXISTA DA CONCORRÊNCIA

Em sua obra, Marx aponta que a acumulação de capital inaugura tendências de concentração dos meios de produção e centralização de capitais. Esses dois processos são intrínsecos ao primeiro, nascem e sobrevivem dele, ao mesmo tempo em que o potencializam. São eles que possibilitam que a pequena manufatura se transforme na grande corporação, que essa, por sua vez, tenha maior peso na produção e circulação de mercadorias e expanda o mercado tanto geograficamente como pelo aumento da variedade de artigos comercializáveis. A grande corporação é, assim, o resultado do funcionamento das leis que regem o modo de produção capitalista e é o seu domínio que possibilita que essas leis imperem sobre suas contra tendências.

A virada do séc. XIX viu a grande corporação surgir como característica fundamental da sociedade burguesa, que superou as barreiras impostas pela pequena produção manufatureira, em grande medida autônoma e dispersa. O séc. XX teve como marca seu aprofundamento e conseqüente expansão geográfica, tornando a acumulação de capital um processo global. Essa aparente nova realidade lançou importantes desafios de interpretação, que visavam entender a direção dos fluxos do capital assim como seus efeitos nos locais de origem e destino. Datam daí as primeiras teorias sobre o imperialismo e o capital monopolista. Essas colocaram que os processos de concentração e centralização de capitais, atuando internamente nas nações mais desenvolvidas, levaram à formação de verdadeiros trustes, que aliados ao capital bancário e se expandiram internacionalmente. Tais mudanças quantitativas levariam, por sua vez, a uma mudança qualitativa no funcionamento do modo de produção capitalista, que se expressa no mercado mundial. Nesse, o domínio do capital monopolista alteraria o funcionamento da lei do valor e da formação dos preços de produção, a concorrência entre os trustes globais levaria a uma ação imperialista por parte dos países desenvolvidos, tornando a exploração uma relação principalmente entre nações e as trocas em um fenômeno desigual.

Surge, no entanto, uma contradição entre tais teorias e aquela exposta por Marx. De acordo com essas, a centralização de capitais e sua expansão para a esfera internacional, resultado das leis que regem o modo de produção capitalista, ao invés de levarem ao pleno funcionamento desse modo de produção e de suas leis internas, acabariam por determinar sua alteração ou mesmo seu rompimento. Como base para tais mudanças estaria a formação dos monopólios, que alterariam o processo concorrencial, meio pelo qual se generalizam os movimentos e tendências do capital. A concorrência, dentro dessa interpretação, aparece

como a força que cria as leis internas do modo de produção capitalista, e não como o resultado delas.

Entendemos, portanto, como central o resgate do funcionamento do processo concorrencial em Marx, assim como o tratamento dado por ele em relação aos monopólios. Esse primeiro passo é de fundamental importância na análise do funcionamento das vantagens absolutas no mercado mundial. Como será observado, o processo concorrencial não se caracteriza por uma estrutura de mercado mais ou menos concentrado, mas é expressão da busca intrínseca do capital por sua expansão e valorização. A compreensão desse processo está na base do entendimento do funcionamento da lei do valor na esfera internacional. Aliado a isso, esse capítulo também tratará o efeito da concorrência sobre a formação dos preços e os consequentes processos de transferência de valor que se originam desse.

2.1 Teoria clássica da concorrência: abstração e concreticidade

O método de abstração utilizado por Marx busca afastar do plano principal aqueles fatores secundários ao entendimento das leis do movimento do modo de produção capitalista. Para tanto, quando desenvolve a lei do valor trabalho no livro I de O Capital o processo concorrencial não entra como fator determinante. Isso se dá, pois não é ele que determina ou que põe em movimento a criação da mais-valia, mas é resultado dessa. O circuito do capital industrial demonstra o processo em que se retira do mercado uma quantidade de valor na forma de meios de produção e força de trabalho e se devolve a esse mercado uma quantidade maior de valor em forma de novas mercadorias, que por sua vez sofrem uma metamorfose final e voltam à sua forma inicial de dinheiro. Esse movimento inaugura duas tendências fundamentais no processo de acumulação e reprodução do capital. A primeira delas é a busca por se aumentar constantemente a produtividade do trabalho. Essa busca não está limitada pela competição entre os capitalistas de um mesmo setor, mas pela própria relação capital-trabalho, indissociável do modo de produção capitalista⁵. A segunda tendência é a constante expansão da produção através do reinvestimento da mais-valia produzida (reprodução ampliada). Isso se dá, pois como demonstra Marx, o dinheiro somente se transforma em capital em seu movimento de valorização. O novo valor criado, ao sofrer sua metamorfose

⁵ Segundo Marx (1973, p.651), "Competition merely expresses as real, posits as an external necessity, that which lies within the nature of capital; competition is nothing more than the way in which the many capitals force the inherent determinants of capital upon one another and upon themselves".

final e retornar à sua forma dinheiro, deve buscar alguma maneira de se expandir, o que gera o aumento constante da produção. Baskoy (2002, p. 10) afirma que:

The inherent laws of capital, as well as its tendencies, are realized only in competition. In other words, competition executes the inner laws of capital by making them into compulsory laws which impinge upon the individual capitalist. However, competition does not invent these laws.⁶

A abstração em relação à concorrência, no desenvolvimento das leis que levam à contínua expansão do capital, não significa, no entanto, que essa não detém papel fundamental no funcionamento do modo de produção capitalista, apenas demonstra que essa é resultado do próprio processo, não se extingue enquanto não se extinguir a relação capital-trabalho.

Se, no entanto, o processo concorrencial é secundário na produção da mais-valia, esse entra em primeiro plano quando se têm em consideração a distribuição do capital internamente e entre os distintos setores que compõe a economia.

A busca por se produzir em melhores condições e por se obter a maior valorização possível do capital irá direcionar tanto o investimento do capital dentro de um mesmo setor quanto a migração desse para outros setores. Marx irá demonstrar que a competição se dá em dois níveis principais, um intrasetorial e outro intersetorial⁷. O primeiro desses determina a formação do valor social, o segundo a formação dos preços de produção. Segundo Marx (1986, p.140):

O que a concorrência realiza, primeiramente, dentro de uma esfera é estabelecer um valor de mercado (valor social) igual e um preço de mercado igual a partir dos diversos valores individuais das mercadorias. Mas só a concorrência dos capitais nas diversas esferas traz à luz o preço de produção que equaliza as taxas de lucro entre as diversas esferas. Neste caso é necessário um grau mais elevado de desenvolvimento do modo de produção capitalista do que no anterior.

No primeiro caso é necessária certa organização do mercado que possibilite que os valores individuais de cada produtor sejam validados enquanto valor social, ou seja, que as mesmas mercadorias produzidas com distintas tecnologias e produtividades apareçam no mercado com um mesmo valor comercial. O resultado desse processo é a constante busca dos

⁶ As leis inerentes do capital, bem como suas tendências, são realizadas somente na competição. Em outras palavras, a concorrência executa as leis internas do capital, tornando-as em leis obrigatórias que incidem sobre o capitalista individual. No entanto, a concorrência não inventa essas leis (tradução nossa).

⁷ Na análise de Marx não escapa a concorrência que ocorre entre outras esferas. Nosso estudo se concentra no processo que ocorre entre os capitais, mas em sentido amplo a concorrência também ocorre entre capital e trabalho e entre os próprios trabalhadores.

diferentes capitalistas que atuam num mesmo setor de promover aperfeiçoamentos técnicos, de modo a produzir suas mercadorias com um valor unitário menor que o valor social e assim obter um lucro extraordinário. No segundo caso é necessário que o capital possa mover-se entre os distintos setores, de modo que flua daqueles de menor lucratividade para aqueles de maior. Como consequência as taxas de lucro dos distintos setores tendem a equalizar-se, devido ao efeito desses fluxos na produção de mercadorias. O lucro médio que se estabelece torna-se, assim, parte integrante dos preços de produção.

Esses dois processos da concorrência, que atuam conjuntamente, são a “manifestação externa da compulsão intrínseca dos capitais (firmas) pelo lucro e pelo crescimento” (MALDONADO, 1990, p. 4), na superfície aparecem como o motor do aumento da produtividade e da produção, na essência surgem como resultado inerente ao processo. Atuando em conjunto levam à formação dos valores sociais e dos preços de produção, e assim desencadeiam dinâmicas de equilíbrio e desequilíbrio que só podem ser entendidas a partir da compreensão da concorrência como resultado do processo de acumulação de capital.

O próprio circuito do capital industrial, para que seja constante e não apresente interrupções necessita que o capital se apresente simultaneamente na forma de capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Essas três formas do capital industrial, na medida em que estejam diferentemente distribuídas, determinarão o modo concreto como se dá a competição intercapitalista tanto intersetorialmente como intrasetorialmente. Além disso, essas diferenças estarão na base tanto dos movimentos tendenciais de equilíbrio como desequilíbrio, que resultam de tal processo.

A concorrência deve ser entendida, portanto, em seu caráter dialético. Enquanto movimento ela é apenas uma, mas ao movimentar-se gera tendências e contra tendências. Em primeiro lugar, como vimos, a concorrência aparece como o processo que equaliza os valores de mercado dentro de um mesmo setor. Para tanto basta que o mercado seja relativamente amplo, sem ser necessária a existência de mecanismos avançados de fluxos de capitais. Esse processo significa que em um mesmo espaço-tempo convivem produtores empregando distintas tecnologias e conseqüentemente com distintos níveis de produtividade. Os preços de mercado para esse setor poderão variar, dependendo das condições de demanda, entre aqueles praticados pelas empresas de menor produtividade e aqueles praticados pelas mais eficientes. Em condições de equilíbrio entre o trabalho total despendido no setor e a quantidade de trabalho socialmente requerida, serão as empresas de produtividade média que regularão os preços de mercado. Em tais condições essas empresas estarão realizando o lucro médio, enquanto as de maior e menor produtividade realizarão um lucro acima e abaixo da média,

respectivamente. A coexistência desses diferentes graus de produtividade em um mesmo setor determina, portanto, a existência de diferenciais intrasetoriais de taxas de lucro, um processo que aparece como regra da busca dos capitalistas pelo lucro-extraordinário. Para Marx não existe uma tendência de que a técnica mais avançada seja empregada de forma generalizada dentro de um mesmo setor, para isso influem diferentes razões, entre elas a magnitude dos capitais individuais além da existência de capital fixo atrelado à técnica mais antiga.

A segunda forma como se dá a concorrência intercapitalista é aquela que ocorre entre os capitais empregados em distintos setores. O motor desse processo é o diferencial de taxas de lucro que existem entre indústrias e sua forma aparente são os fluxos de capitais entre essas. Os capitais de diferentes setores não podem ser comparados em sua forma concreta, uma máquina destinada ao corte não pode ser comparada a outra destinada à prensa, como extensão do trabalho concreto possuem suas características específicas. Os capitais dos diferentes setores só podem ser comparados em seu elemento indiferenciável, em sua relação entre a parte constante do capital e sua parte variável, enquanto suas distintas composições orgânicas. Essas diferentes composições, que tendem a ser mais restritas intersetorialmente, quando analisadas intrasetorialmente irão variar sem guardar relação necessária entre si. Tal fato, supondo uma taxa de mais-valia igual em todos os setores, irá determinar que o novo valor seja criado de forma desigual entre cada um deles. Marx demonstra, no entanto, que o capital se movimenta entre as indústrias de forma a igualar o retorno dos capitais segundo a sua magnitude e não segundo a quantidade de trabalho que explora, ou seja, o capital migra de forma a gerar uma tendência de equalização da taxa de lucro. O lucro médio, por sua vez, irá participar da formação dos preços de produção das mercadorias, esses serão iguais ao preço de custo dessas, acrescidos do ganho médio. Tal dinâmica determina que os capitalistas participem como que acionistas do capital social total. Retiram dele a cota parte a que têm direito segundo a magnitude de seus capitais individuais. Nesse sentido participam da exploração da classe trabalhadora enquanto classe capitalista e não mais apenas como capitalistas individuais.

Segundo Marx, a concorrência intersetorial depende de um maior desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde o sistema de crédito joga papel central. Como visto, o capital busca sua constante valorização e mais do que isso, procura os caminhos que apresentam as maiores oportunidades para tal. Nesse sentido, se determinada indústria apresentar taxa de lucro maior que as indústrias restantes, ocorrerá uma tendência de aumento dos capitais buscando inserir-se nessa. Esse movimento não significa, e raramente o faz, um aumento na quantidade de produtores nesse setor de maior lucratividade. Caso esse fosse o

único modo como se dá a concorrência intersetorial, somente os capitais de determinadas magnitudes poderiam penetrar e concorrer em determinadas indústrias. Onde, por exemplo, o valor capital mínimo requerido para se produzir seja de \$1.000, somente capitais dessa magnitude apareceriam como eventuais concorrentes. Ocorre, no entanto, que essa concorrência intersetorial se dá na forma de um aumento na quantidade de capital disponível e demandada por tal indústria. O aumento do crédito e da tomada de empréstimos desse setor significa uma migração de capital para ele. O próprio reinvestimento dos lucros gerados internamente alimenta o processo concorrencial nesse setor, uma vez que esse novo capital empregado passa a competir com o capital antigo já instalado. Esse aumento do capital disponível irá gerar em contrapartida um aumento na produção e conseqüentemente na oferta de produtos, tal aumento resultará em queda nos preços e nos lucros, esses tendendo à taxa média de lucro existente na economia⁸. Ocorre, no entanto, que tal processo de equalização das taxas de lucro existe apenas como tendência. O capital migra de setor para setor, mas tal migração está limitada pela forma concreta de existência desses. Como visto, Marx aponta que o capital industrial é aquele que em seu circuito assume a forma de capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. A continuidade do processo de produção e realização da mais-valia requer que o capital se encontre simultaneamente nessas três formas. A proporção do capital que se encontra em cada uma delas irá depender das características particulares de cada firma e indústria. Contam nesse sentido as distintas necessidades e volumes de capital fixo, as diferenças entre os tempos de trabalho e tempos de produção, os variados tempos de circulação, a disponibilidade e facilidade na contratação dos fatores de produção, etc. O capital industrial existe, assim, em diferentes formas, onde cada uma dessas desempenha funções particulares e possui atributos específicos. Nesse sentido todo capital concorre entre si, mas nem toda forma de capital possui a mesma mobilidade. Apenas o capital-dinheiro⁹ tem a capacidade de migrar para qualquer setor e dessa forma alterar a oferta neles. Ocorre, no entanto, que a velocidade desse processo respeita, também, às características específicas de cada setor. Onde existe elevada necessidade de capital fixo, o capital dinheiro necessário para um aumento da produção deve apresentar uma magnitude adequada, de modo que o tempo para que se reúna tal capital pode apresentar uma maior extensão que em setores

⁸ Tal mecanismo não significa que é a interação entre oferta e demanda que irá determinar em última instância os preços das mercadorias. Essa relação apenas será responsável pelos desvios dos preços de mercado em relação aos preços de produção, uma vez que coincidam nada revelam. Não deixam, no entanto, de ter importância fundamental no capital e suas inversões.

⁹ Aqui não se consideram situações onde o capital em outras formas possa mudar de setor. Uma máquina, por exemplo, que tenha utilidade em mais de uma indústria tem a potencialidade de concorrer nesses setores. Essa, no entanto, existe de forma muito mais limitada que o capital em sua forma dinheiro e será, portanto, desconsiderada.

de baixo requerimento de capital fixo, ainda o tempo de maturação do investimento, se corporificando em um aumento da produção, irá variar de indústria para indústria. Isso determinará a persistência por um período maior ou menor de tempo de diferenciais intersetoriais de taxas de lucro.

O desenvolvimento do sistema de crédito supera os problemas em relação ao tempo necessário para se reunir determinada magnitude de capital-dinheiro requerido para os investimentos produtivos, uma vez que concentra uma massa imensa de capital em tal forma, originada de diversas fontes. Ao mesmo tempo esse sistema potencializa a concorrência entre os capitais, dado que agora qualquer montante pode vir a participar do processo concorrencial em qualquer setor. Dessa forma facilita que os capitalistas participem plenamente enquanto acionista do capital social total, sendo liberados da necessidade de possuir uma magnitude mínima de capital para tanto.

Têm-se assim que o processo concorrencial gera tanto tendências ao equilíbrio como ao surgimento constante de desequilíbrios. São justamente os desequilíbrios gerados por esses mecanismos de equilíbrio que garantem que o processo de ajustamento seja dinâmico e esteja sempre em operação. Dessa forma não é de se esperar que a formação de grandes corporações, dominando a oferta de mercadorias, irá resultar em uma diminuição da concorrência. A visão clássica dessa não a compreende como uma estrutura de mercado, mas sim como um processo dinâmico da luta inerente do capital por sua valorização. O resultado, em última instância, determinará os investimentos dentro de um setor e os fluxos de capitais entre os setores.

Temos, portanto, que a acumulação de capital, que dá origem ao processo concorrencial, resulta em diferenciais de lucratividade intrasetoriais e a uma tendência de equalização das taxas de lucro intersetoriais. O processo como um todo, que determina o movimento dos capitais, só pode ser entendido em seu movimento conjunto, ou seja, como a interação dessas duas formas de existência da concorrência. Dentro de um mesmo setor as empresas se deparam com uma taxa de lucro média de toda a economia, porém com diferenças em seus preços de custo (ver tabela 2). Assumindo que os produtos sejam vendidos por seus preços de produção¹⁰, algumas empresas irão obter lucros acima ou abaixo da média. A composição orgânica dessas deve ser vista em relação às empresas que compõe esse setor e em relação a esse setor com os demais. Internamente ao setor algumas empresas apresentarão composição orgânica maior, menor ou igual à média, porém enquanto indústria, apresentarão

¹⁰ Ver página 24.

uma composição orgânica única, ou seja, a composição média desse setor. Essa relação entre a composição orgânica com os distintos setores irá determinar a quantidade de mais-valia que essa indústria absorve. Caso sua composição seja igual à composição orgânica média da economia ela irá absorver um montante de mais-valia igual aquele criado por ela, mas esse processo já supõe formada a taxa de lucro média. Entende-se, assim, que em condições normais apenas aquelas empresas de um mesmo setor que apresentam a composição orgânica média desse, ou seja, que produzam com a produtividade setorial média, irão realizar o lucro médio. As tabelas abaixo ilustram tal processo.

Tabela 1: Processo intersetorial de concorrência

Setor	Capital Constante (\$)	Capital Variável (\$)	Mais-Valia (\$)	Valor Total (\$)	Preço de custo (\$)	taxa media de Lucro	Preço de Produção (\$)	Massa de Lucro (\$)	Mais-Valia Transferida (\$)
A	950	250	250	1450	1200		1525,00	325,00	75,00
B	875	325	325	1525	1200		1525,00	325,00	0,00
C	800	400	400	1600	1200		1525,00	325,00	-75,00
Total	2625	975	975	4575	3600	0,27	4575,00	1004,00	0,00

Fonte: elaboração própria (2014).

Tabela 2: Processo intrasetorial de concorrência

Empresa	CC (\$)	CV (\$)	MV (\$)	Valor Total (\$)	Preço de Custo (\$)	Quantidade (um)	Valor Unitário (\$)	Custo Unitário (\$)	Preço de produção (\$)	Preço Unitário (\$)	Valor Social (\$)	Massa de Lucro (\$)	Taxa de Lucro
C1	400	80	80	560	480	89	6,29	5,39	610,00	6,85	7,86	219,61	0,46
C2	240	100	100	440	340	55	8,00	6,18	432,08	7,86	7,86	92,35	0,27
C3	160	220	220	600	380	50	12,00	7,60	482,92	9,66	7,86	13,04	0,03
Total	800	400	400	1600	1200	194			1525,00	7,86		325,00	0,27

Fonte: elaboração própria (2014)

Na tabela I aparecem três setores com iguais magnitudes de capital adiantando, porém com divisões distintas entre capital constante e capital variável, ou seja, com distintas composições orgânicas. Como o capital se move dos setores de menor lucratividade para os de maior lucratividade, todos os três setores tendem a realizar uma mesma taxa de lucro (27%) e assim têm suas mercadorias trocadas por seus preços de produção, ou seja, por seus preços de custo acrescidos da taxa média de lucro.

A tabela II é formada pelas empresas que compõe o setor C. Note-se que a somatória do capital constante e capital variável dessas empresas individuais constituem o capital global empregado nesse setor, representado na tabela I. Tais empresas possuem distintos graus de produtividade, de modo que apenas a empresa C2 produz com produtividade média e assim regula os preços unitários de produção e realiza o lucro médio. Como o processo intrasetorial de concorrência estabelece um valor social, comum a todas as empresas, o lucro que cada uma realiza individualmente tende a diferir do lucro médio. As empresas representadas por C1, com maior produtividade, irão obter uma taxa de lucro de 46%, enquanto as empresas representadas em C3 obterão uma taxa de lucro de apenas 3%, mesmo que o setor C em conjunto realize um lucro exatamente igual ao lucro médio.

Os diferenciais de taxas de lucro serão a expressão, portanto, dos desequilíbrios intrasetoriais, que são determinados pela proporção entre as empresas de maior, menor ou média produtividade dentro dele. Dessa forma, se em determinado setor as empresas de maior produtividade passarem a responder pela maior parte da produção, sem que ocorra, num primeiro momento, a redução do valor social, ou se o aumento de demanda fizer com que as empresas de menor produtividade passem a regular os preços de mercado, a taxa de lucro desse setor superará a taxa de lucro médio e, portanto, esse irá atrair capitais dos demais. Nota-se que esse processo não supõe que o setor tenha uma composição orgânica maior que a média da economia, podendo ocorrer mesmo naqueles de baixa composição, ou seja, a migração de capital não tem como direção necessária os setores mais avançados, mas sim as empresas de maior produtividade dentro dos setores com taxas de lucro maiores que a média¹¹. Ocorre, no entanto, que por esses setores mais avançados terem em geral maior capacidade de inovação e assim de aumento de produtividade, serão capazes de criar com mais facilidade os fatores que irão gerar desequilíbrios na proporção entre empresas de diferentes produtividades, dessa forma o lucro desses tende a desviar-se do lucro médio com mais regularidade. Importa, no entanto, que não se confunda a forma aparente do fenômeno com sua essência. A possibilidade desses setores de se desviarem do lucro médio não significa que podem abolir o processo de equalização das taxas de lucro, em realidade são esses desvios que fazem com que tal processo seja contínuo e regular. Temos assim que o processo de diferenciação de taxas de lucro setoriais se dá a partir da busca das empresas de um setor

¹¹ Nada impede que os capitais se movam em direção às empresas mais lucrativas de um setor, mesmo que esse setor não apresente taxas de lucro maiores que a média. O que aconteceria nesse caso seria um aumento da quantidade produzida em melhores condições. É importante ressaltar que o movimento dos capitais de forma alguma se limita ao movimento de entrada e saída de empresas em um setor.

por reduzirem seus custos de produção, esse processo intersetorial se expressa nos fluxos intrasetoriais de capital.

Assim, a partir da teoria da concorrência de Marx, entende-se que a formação de grandes e modernas corporações, dominando a produção e circulação das mercadorias, tanto nas esferas nacionais quanto internacionais, apenas na aparência são responsáveis pelo surgimento de taxas de lucro diferentes da taxa média. Esses desvios podem e devem ocorrer nos mais distintos setores, independentemente do grau de concentração do mercado, do tamanho e composição orgânica da indústria.

A teoria do capital monopolista¹², por sua vez, aponta na direção contrária, uma vez que considera que a formação de monopólios limita o processo intrasetorial de concorrência e, portanto freia a necessidade de aumento da produtividade. De acordo com Lênin (2011, p.127):

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc.

Portanto, uma vez formados, os monopólios¹³ seriam capazes de determinar arbitrariamente seus preços, controlando a quantidade produzida e impedindo a formação dos preços de produção. Dessa forma não se sentiriam compelidos a absorver os capitais que buscassem penetrar tal setor, e ainda, dado seu tamanho e poder econômico, seriam capazes de impedir que novos produtores se instalassem nele, limitando também o processo intrasetorial de concorrência e permitindo que as taxas de lucro se mantivessem persistentemente acima de média. Esse comportamento monopolista, ao permitir taxas elevadas de lucro, ao mesmo tempo em que desacelera o aumento da produtividade e da produção, geraria problemas de absorção dos lucros e conseqüente estagnação econômica e subutilização dos recursos (BARAN; SWEEZY, 1968, SWEEZY, 1972). Como base para tal interpretação está a consideração do processo concorrencial como motor do processo de acumulação de capital e não o contrário. Nesse sentido a teoria do capital monopolista apresenta uma incompatibilidade interna grave com o processo entendido por Marx. Segundo ele, o desenvolvimento do modo de produção capitalista tende a fazer com que as leis que o regem passem a imperar sobre suas contra tendências, de modo que tais leis atuem

¹² Ver, por exemplo, Baran e Sweezy (1968), Sweezy (1972).

¹³ Sweezy e Baran (1968, p. 6) tratam como sinônimos monopólios e oligopólios, uma vez que consideram que mesmo a atuação de um número reduzido de empresas favorece os acordos nas práticas de preços e assim eliminam o processo de formação dos preços de produção.

plenamente, impulsionando também suas contradições internas, que podem significar sua ruptura. As barreiras que impedem a livre mobilidade do capital tendem, portanto, a ser superadas pelo seu ímpeto de expansão. O modo como a teoria do capital monopolista trata a concorrência, no entanto, coloca que o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao resultar na centralização de capitais, incorre em mudanças qualitativas que transformam suas próprias leis internas. Dessa forma, também as contradições intrínsecas a essas leis deixariam de operar dentro do modo de produção capitalista atual.

Marx, já no Livro I de *O Capital*, identifica que a acumulação de capital resulta nos processos de concentração e centralização. A formação da grande e moderna corporação é, assim, o resultado natural do capital em seu movimento de expansão. Não considera, porém, que esse processo natural desencadeie em mudanças qualitativas no funcionamento das leis do modo de produção capitalista. Seu tratamento sobre monopólios, nos capítulos sobre renda da terra, coloca esse fenômeno como específico da propriedade de um fator de produção limitado, como a terra, por exemplo.

Os teóricos da teoria do capital monopolista parecem, no entanto, se apropriar de tal interpretação como se essa pudesse ser extrapolada, da mesma forma, para a produção industrial. Nesse sentido, os lucros dos setores monopolistas não participariam do processo de equalização, ou seja, a mais-valia produzida nesses setores seria apropriada completamente por eles próprios. As mercadorias não seriam, assim, vendidas por seus preços de produção e sim por seus valores sociais, ou seja, pela quantidade de trabalho contida nos produtos produzidos por aquelas empresas que regulassem os preços. Os lucros monopolistas seriam, portanto, como que uma nova forma da renda da terra.

Marx coloca que o monopólio da propriedade da terra, a escassez desse recurso, a menor produtividade das atividades agrícolas em relação às atividades industriais e os diferenciais de produtividade entre as terras destinadas à agricultura e extração dão origem à renda da terra. Essa ocorre, pois parte dos lucros das atividades agrícolas não participam do processo de equalização. A renda da terra existe, portanto, tanto como renda absoluta como enquanto renda diferencial. Em sua primeira forma a origem se dá pelos diferenciais de produtividade entre essas atividades e as industriais. Uma vez que esse setor cria um novo valor relativamente maior que na indústria, e é capaz de absorvê-lo, dado que não participa do processo de equalização da taxa de lucro, esse diferencial de lucro irá assumir a forma de renda absoluta da terra¹⁴. A renda diferencial surge, por sua vez, pois as terras possuem

¹⁴Esse processo não significa que o capitalista que investe seu capital na produção agrícola irá obter uma taxa de lucro maior que a do capitalista industrial, esse diferencial se transformará em renda para o proprietário da

qualidades distintas entre si e assim, com a aplicação de um mesmo valor capital e de uma mesma quantidade de trabalho, produzem quantidades distintas de mercadorias. Os preços serão regulados pelas terras de pior qualidade, o que ocasionará um lucro extraordinário aos capitalistas que produzem em melhores condições, esse lucro assume a forma de renda diferencial da terra, paga aos proprietários dessas¹⁵.

No caso da produção agrícola, baseada na propriedade privada, a terra aparece como fator limitado. Dessa forma um aumento na disponibilidade de capital-dinheiro, considerando dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas, não é suficiente para resultar em um aumento da quantidade produzida. O processo intrasetorial de concorrência, como descrito acima, atinge a produção agrícola até ao ponto em que se dê a ocupação das terras cultiváveis, capazes de remunerar o capital adiantado com no mínimo a taxa de lucro médio, não indo além desse. Na indústria, no entanto, a disponibilidade de capital-dinheiro é fator suficiente para ocasionar um aumento da produção, mesmo que esse aumento varie no tempo de setor para setor. Considerar que um setor industrial que apresente lucros acima da média não fará uso do capital disponível para aumentar sua produção e assim obter maiores ganhos, é considerar que a aglomeração do mercado e a formação de monopólios freiam o ímpeto de valorização do capital.

A renda, como lucro extraordinário, também pode aparecer na indústria, mas não tem sua origem na concentração de mercado. Uma empresa que detenha a propriedade privada de uma marca, de uma máquina específica, de patentes, localização privilegiada, etc. ao impedir que outros capitais tenham acesso a esses fatores, é capaz de, com uma mesma magnitude de capital adiantado, auferir um lucro maior que as demais empresas desse mesmo setor. Nesse sentido a propriedade privada significa um empecilho ao ganho dos capitalistas enquanto classe. No entanto, não são esses fatores que estão considerados na teoria do capital monopolista, quando se trata do lucro nesses setores.

O processo concorrencial, entendido portanto como fenômeno externo do ímpeto de valorização do capital, lança importante luz sobre a compreensão dos fluxos de capitais, os movimentos das taxas de lucro e em última instância, quando analisado em sua atuação no mercado internacional, a distribuição da produção nessa esfera. Como vimos, a concorrência está, também, diretamente ligada à forma como os valores aparecem na superfície da

terra. Somente em condições onde o capitalista agrário é ao mesmo tempo proprietário da terra ele se apropriará totalmente desses ganhos maiores, mesmo assim parte da mais-valia gerada na produção agrícola aparecerá como lucro e parte como renda da terra, o mesmo ocorre quando o capitalista funcionante é o mesmo que o capitalista proprietário do capital dinheiro.

¹⁵ Ver exemplos numéricos ao final do capítulo.

sociedade, em sua forma metamorfoseada, de preços de produção. Essa transformação implica que a redistribuição da mais-valia não é regulada pela quantidade dessa que cada trabalhador cria dentro de cada empresa específica, mas sim que respeita os diferentes graus de produtividade num mesmo setor e as distintas composições orgânicas entre eles. Ainda, o processo particular da formação dos preços dos produtos sujeitos a rendas, devido ao monopólio ou escassez de algum fator de produção, também determinará um processo de transferência de mais-valia. Sobre essa redistribuição do trabalho excedente que direcionaremos nossa análise.

2.2 A transferência de valor via preços

No livro II de O Capital Marx trata da reprodução do capital social total, em tais capítulos ele analisa o modo como o produto se realiza tanto enquanto valores de uso quanto enquanto valor. No produto final da sociedade, igual à somatória do capital constante, capital variável e mais-valia totais, já estão contidos os elementos para sua realização. Uma parte do valor desse produto final, referente ao capital constante, é apenas repostado, enquanto outra parte desse valor é criado no processo produtivo. Essa segunda parte refere-se ao capital variável e à mais-valia e aparecerá na sociedade na forma de salários, lucros e rendas. Tem-se dessa maneira que dentro do produto social total, todas as fontes de rendimento já estão contidas, essas não podendo, no entanto, ultrapassar essa magnitude do novo valor criado.

Os salários, seguindo os desenvolvimentos de Marx, são estabelecidos, dentro de um espaço-tempo determinado, pelo valor das mercadorias que entram na cesta de consumo dos trabalhadores, que não estão restritas apenas ao nível mínimo de subsistência, mas refletem também fatores sociais e históricos. Esses têm, portanto um elemento diretamente ligado ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e outro ligado aos movimentos históricos na luta de classes. Dado o processo concorrencial entre trabalhadores, os salários tendem a se equalizar para todos os setores, respeitando o grau de complexidade do trabalho em cada um desses. Dessa forma, quando olhado o produto individual de cada empresa ou de cada setor, esses estarão produzindo um novo valor em que parte é exatamente igual ao valor da força de trabalho que empregam.

A segunda parte do novo valor criado, referente à mais-valia, tem, no entanto, uma distribuição que não respeita seu local de origem, mas sim as condições de produção e a magnitude do capital adiantado que a criou. Dessa forma, apenas em situações particulares a

mais-valia apropriada por um capital individual será igual àquela criada em seu processo produtivo. Segundo Carcanholo (1998, p. 6):

Como Marx nos explica, os capitais individuais produzem mais valia numa magnitude proporcional à sua parte variável (que se destina a pagar o valor da força de trabalho), mas exigem participar da mais valia total produzida na sociedade em proporção à magnitude total do valor que comprometem como capital. Nessas condições, se observarmos um capital isoladamente, o que vemos como seu lucro não é a mais valia por ele produzido. Vemos ela e algo mais, ou algo menos. Não conseguiremos explicar a produção da mais valia se olharmos a magnitude do valor que está representada pelo lucro; não poderemos explicar a produção nem tampouco as leis de sua apropriação.

Dessa forma, a mais-valia que é produzida pelos vários capitais individuais em seu processo de valorização não pode ter sua origem apreendida sob a perspectiva do capital enquanto unidade, mas apenas do capital social total. Apenas ali aparece a igualdade entre mais-valia e lucro e a origem desse se revela como sendo unicamente da parte variável do capital e não dele como um todo. O processo concorrencial, ao gerar uma taxa média de lucro, faz com que essa se apresente ao capitalista como um direito sobre a posse de seu capital, desaparece, para ele, o meio como esse lucro é formado, esse surge como um direito de propriedade, uma institucionalidade e não uma relação social. O lucro é assim a forma aparente e mistificada da mais-valia, é ele que interessa e é apreendido pelo capitalista, é sua maximização o objetivo dessa classe e essa busca é que origina o processo concorrencial.

Como vimos, esse processo está ligado aos mecanismos de formação dos preços, tanto dos preços de produção como dos preços de mercado, é através desses mecanismos que a mais-valia é distribuída entre os diferentes capitais individuais, levando assim a sua forma aparente e mistificada de lucro. Se até agora vimos a concorrência sob a perspectiva da busca por se produzir em melhores condições e onde os lucros são maiores, ou seja, a concorrência sob a perspectiva das inversões e fluxos de capitais, agora veremos seus efeitos na distribuição do valor criado.

2.2.1 Valor social, preços de produção e preços de monopólio

Os preços das mercadorias são, como explica Marx, a expressão dos valores dessas numa outra específica, a mercadoria dinheiro. A divisão do trabalho e a generalização e expansão das relações de compra e venda no mercado estabelecem a mensuração dos valores em relação a essa mercadoria específica, e assim a formação dos preços. Esses são, portanto, a

forma como os valores aparecem socialmente. Esses dois fatores, como bem explica Marx nos capítulos iniciais do livro I de *O capital*, estabelecem que as mercadorias não sejam trocadas pelos seus valores individuais, ou seja, pelo tempo de trabalho particular que cada uma delas contém, mas sim pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, pelo tempo de trabalho médio, considerando as distintas produtividades de cada produtor individual. Pode-se dizer que essa equalização dos valores, que surgem no mercado sob a forma de preços, é a primeira forma de regulação das trocas no modo de produção capitalista. Essa forma primária dos preços supõe apenas que o mercado tenha certa extensão e que a divisão do trabalho tenha atingido uma proporção que faça das trocas o meio necessário de se adquirir os bens requeridos para a reprodução da sociedade. Como veremos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista irá fazer com que a determinação dos preços também se dê pela distribuição equalizada da mais-valia gerada. Esse processo complexifica o primeiro, que passa a existir em uma nova forma, mas que não deixa de atuar.

Os valores, regulados pelo tempo de trabalho socialmente necessário, sofrem, no entanto, dentro do modo de produção capitalista uma alteração importante. Isso se dá pela relação entre o tempo de trabalho necessário dos diferentes produtores e a quantidade desse trabalho que é requerido pela sociedade. Wygodski (1973, p. 82), coloca que:

Therefore, in the capitalist mode of production, the concept of socially necessary labour-time undergoes a fundamental change. Even when only the socially necessary labour-time has been expended for the individual part of the total product of the branch in question but the quantity of labour for the branch as a whole was too much, i. e., exceeded the socially necessary quantum, then the social value of the commodities of this branch is less than the sum of their individual value.¹⁶

Nesse sentido, a formação dos valores sociais em um ramo específico deve ser considerada por essa dupla determinação do tempo de trabalho necessário, um da produção e outro da realização da mercadoria. Isso não significa, no entanto, que parte do valor possa ser gerado na circulação, todo valor somente é gerado na produção, ocorre, no entanto, que é nessa segunda esfera que esse valor criado se realiza. Caso o tempo de trabalho necessário requerido na produção não coincida com a quantidade de trabalho que a sociedade pode absorver, a soma dos valores individuais será distinta do valor social total realizado nesse setor. O que irá regular a magnitude desse valor social não é, no entanto, a relação entre oferta

¹⁶ Portanto, no modo de produção capitalista, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário passa por uma mudança fundamental. Mesmo quando apenas o tempo de trabalho socialmente necessário é dispendido para a parte individual do produto total do ramo em questão, mas a quantidade de trabalho para o ramo como um todo foi excessiva, i. e., superou o quantum socialmente necessário, então o valor social dos bens deste ramo é menor do que a soma de seu valor individual. (tradução nossa)

e demanda, mas sim as condições de produção dos distintos produtores. Nesse sentido os valores sociais podem variar desde aqueles gerados pelos produtores de técnica menos avançada até aqueles que utilizam a melhor técnica. Essa flutuação dos valores de mercado deverá desencadear tanto em movimentos intrasetoriais de transferência de valor quanto em movimentos intersetoriais.

Quando os valores sociais são regulados pelos produtores de produtividade média, o que se verifica é uma transferência de mais-valia interna ao setor. Os capitais menos produtivos transferem parte da mais-valia criada aos capitais mais produtivos, sem que, no entanto, seja necessário recorrer-se ao valor criado em outros setores para a realização de seu produto. Tal movimento pode ser verificado a partir do exemplo da tabela 2. Os capitais representados por C1 operam com produtividade superior à média setorial, enquanto aqueles representados por C2 apresentam produtividade média e C3 produtividade inferior à média do setor. O setor C em geral, por possuir composição orgânica inferior à média da economia, transfere para o setor A uma mais-valia igual a \$75,00, de forma que se apropria de um valor adicional igual a \$325,00. A mais-valia realizada pelo setor será distribuída entre as empresas que o compõe, conforme os distintos níveis de produtividade. Dessa forma, ocorre um processo intrasetorial de transferência do valor que foi criado e apropriado internamente. As empresas mais produtivas desse setor (C1) se apropriam de uma mais-valia maior que a produzida por elas, a origem dessa mais-valia, no entanto, se dá no próprio setor, sem que seja necessário uma transferência intersetorial de valor para a realização de tais mercadorias.

Como vimos, no entanto, as interações entre o valor criado e o quantum desse requerido pela sociedade podem levar a um descolamento entre o valor social total e a somatória dos valores individuais. Do ponto de vista de um único setor isso fará com que esse absorva ou libere mais-valia para os demais setores produtivos que compõem o capital social total. Em caso de que a necessidade social de determinado produto esteja abaixo da quantidade de trabalho despendida, serão os capitais de maior produtividade que regularão os valores de mercado. Nesse sentido tanto aqueles produtores de baixa e média produtividade estarão realizando menos mais-valia do que produziram e os de alta produtividade realizarão, digamos, apenas a mais-valia que geraram. O valor social desse setor, nesse caso, será menor que a somatória dos valores individuais. Essa diferença será transferida de alguma forma para os demais setores, ou, em última instância, caso parte do produto deixe de se realizar, ou se realize abaixo de seu custo, o que ocorrerá é uma diminuição do capital total adiantado nesse setor.

A transferência do valor criado numa dada indústria, para os demais setores, está ligada à sua posição nos departamentos que compõe a economia, ou seja, se esses bens entram na reprodução da sociedade como meios de produção ou meios de consumo. Caso esses produtos entrem como intermediários na produção, a queda nos preços irá significar uma liberação de capital para os setores que fazem uso dele, tanto direta quanto indiretamente. Isso poderá significar, caso esse capital liberado seja reinvestido, em aumento da produção desses setores beneficiados. Se a queda nos preços atingir os bens de consumo, isso poderá acarretar em um aumento na capacidade de consumo dos trabalhadores ou em um aumento do lucro retido pelos capitalistas que fica liberado das necessidades de consumo e pode vir a tornar-se capital, voltando ao processo produtivo. O contrário se verifica se a relação entre tempo de trabalho despendido e tempo de trabalho requerido fizer com que os valores de mercado sejam regulados pelos produtores de menor produtividade. Nesse sentido a realização do produto nesse setor requererá uma transferência de valor de outros setores, a posição desse setor na economia também irá determinar se essa transferência partirá da parte do novo valor que se materializa em lucros e salários, ou no próprio valor-capital de outros setores.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista a distribuição da mais-valia sofre importantes alterações. Essa forma inicial apresentada acima, com a formação dos valores de mercado, dá espaço à formação dos preços de produção, que serão o centro de gravidade ao redor do qual os preços de mercado irão flutuar. Nesse mecanismo as transferências intersetoriais de mais-valia não serão reguladas apenas por desequilíbrios entre tempo de trabalho despendido e tempo de trabalho requerido, mas sim pelas diferenças nas composições orgânicas dos capitais dos distintos setores. Se num primeiro momento apenas a concorrência em um mesmo setor era considerada, agora surge um processo que engloba o capital em sua totalidade, em sua forma mais abstrata, enquanto valor que se valoriza e não em uma forma específica dentro de um setor determinado. Tal processo, que dá origem à formação dos preços de produção supõe, como visto, um desenvolvimento maior dos mecanismos de fluxos de capitais entre os distintos setores, que possibilitam que esses migrem para os locais que apresentam uma maior lucratividade. Esses fluxos estabelecem, como tendência, a formação de uma taxa de lucro média, e assim a distribuição da mais-valia segundo a magnitude do capital adiantado.

Como visto na tabela I, os preços de produção são calculados da seguinte forma:

$$PP = k + r.K$$

Onde:

k = capital despendido

r = taxa média de lucro

K = capital total adiantado

Seguindo o exemplo proposto na tabela I, temos três setores que somados correspondem a um capital social total igual a \$3600,00, com composição orgânica média representada de forma que a cada 100 unidades de capital, aproximadamente 72,92 referem-se à sua parte constante e 27,08 à sua parte variável. Considerando-se uma taxa de mais-valia para todos os setores igual a 100%, temos que a mais-valia total criada pelo conjunto desses capitais é igual a \$975,00. Dentro de cada setor em particular temos aproximadas as seguintes composições, e sua correspondente contribuição para a mais-valia total:

Tabela 3: Composição Orgânica dos Setores (%)

Setor	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia
A	79,17	20,83	20,83
B	72,92	27,08	27,08
C	66,67	33,33	33,33

Fonte: Elaboração própria (2014)

Cada setor contribui, assim, de forma desigual para a formação da mais-valia total, porém o processo concorrencial, com a migração de capital, faz com que o aumento ou diminuição da produção nos setores mais ou menos lucrativos leve a um movimento nos preços até o ponto em que ocorra uma apropriação igual dessa mais-valia. Todos os setores irão realizar uma taxa de lucro sobre o capital total adiantado igual, de aproximadamente 27%. Dessa forma o setor A, de maior composição orgânica, irá se apropriar de um excedente sobre a mais-valia que produziu igual a \$ 75,00, a qual provém do setor C, de baixa composição. Apenas o capital no setor B, de composição igual à média irá realizar toda a mais valia que produziu. Nesse sentido a relação entre valor individual e valor social torna-se mais complexa e a igualdade entre mais-valia e lucro, impossível de ser apreendida fora do ponto de vista do capital global.

Quando analisada a formação dos valores sociais, sem levar em consideração o processo intersetorial de concorrência e a formação dos preços de produção, o que ocorria era que a relação entre valores individuais e valor social se encerrava no próprio setor. Em situação de equilíbrio, apesar de certas empresas realizarem uma mais-valia menor ou maior

da que produziram, enquanto setor esse realizava toda mais-valia produzida, sendo que as transferências de valor nesse caso específico se restringiam a um movimento intrasetorial. No caso dos preços de produção essa igualdade some mesmo para o setor, mas a relação entre quantidade de trabalho despendida e quantidade de trabalho requerida não desaparece. Os preços de produção internos de um setor seguirão regulados por aqueles capitais de produtividade média, esses capitais realizarão agora o lucro médio e não a mais-valia que produziram, esses apenas coincidirão em caso de que essas empresas, além de produzirem com a produtividade média do setor, também possuam a composição orgânica média de toda a economia. Ocorre, no entanto que desequilíbrios nessa posição podem significar que os preços de produção passem a ser regulados pelos capitais de maior ou menor produtividade. Em tais casos o setor irá momentaneamente realizar uma taxa de lucro abaixo ou acima da média e terá parte do valor de outros setores transferido para ele, mesmo que atue com composição orgânica abaixo da média. Como visto na discussão acima sobre o processo intersetorial de concorrência essa situação é apenas passageira, sendo regulada pela forma concreta de existência do capital nesse setor específico.

Tem-se assim que atuam conjuntamente duas formas de transferência de valor via preços, uma intrasetorial e outra intersetorial. Esses dois processos fazem com que a análise deva ser feita tanto ao nível de empresa quanto ao nível de setor. Por exemplo, caso determinada empresa atue com composição orgânica abaixo da média da economia, porém com produtividade maior que a média do setor, de modo com que seu lucro ultrapasse o lucro médio, essa proporção pode significar que apesar de pertencer a esse setor ela se aproprie de uma quantidade maior de mais-valia do que aquela que produziu. No exemplo da tabela II, apesar da empresa C3 estar inserida no setor de menor composição orgânica, e esse enquanto setor transferir parte da mais-valia criada para o setor A, essa empresa individual se apropria de uma mais-valia 1,73 vezes maior que a produzida internamente. O mesmo pode ocorrer com uma empresa de um setor avançado de alta composição orgânica, porém de baixa produtividade em relação as suas rivais, nesse caso essa terá parte de sua mais-valia transferida para as empresas mais competitivas. Esses dois movimentos, ocorrendo de forma simultânea, terão grande importância quando analisadas as transferências geográficas de valor, no terceiro capítulo desse trabalho.

A terceira forma tratada por Marx em relação à formação dos preços são aqueles que se dão em caso da existência de monopólios. Esses monopólios não advêm da centralização do capital em um setor ou uma empresa, mas sim do monopólio de um fator de produção que não pode ser reproduzido ou que não está disponível a todos os capitais, como a terra, uma

patente ou mesmo uma marca, por exemplo. Dada essa característica, parte da mais-valia gerada nesse setor não entra no processo de equalização das taxas de lucro e os preços dessas mercadorias não correspondem a seus preços de produção, mas sim a seus valores de mercado. Ocorre nesse sentido que os preços desses produtos podem ser divididos em quatro elementos: custo dos meios de produção, salários, lucro e renda da terra. Tomando como exemplo a produção agrícola e mineral, a renda nesses setores irá aparecer tanto como renda absoluta quanto como renda diferencial. A primeira forma existe dada a relação desse setor específico com os demais setores onde ocorre o processo de equalização das taxas de lucro, a segunda devido à relação interna entre as distintas terras e seus atributos específicos de localização e fertilidade. Como renda absoluta, sua existência supõe a menor composição orgânica nos setores ligados à agricultura e mineração¹⁷. Dado que esses produtos não têm seus valores transformados em preços de produção, mas encerram em si toda a mais-valia produzida, a parte de seus preços que excede seu custo de produção será maior que essa parte nos produtos do setor industrial. A agricultura, dentro do modo de produção capitalista, é apenas mais uma frente de exploração do capital, nesse sentido não pode oferecer um lucro acima do lucro médio ao capitalista que a explora, esse excedente toma, assim, a forma de renda, destinada ao proprietário da terra. Segundo Marx (1986, p. 125):

Um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que, por um lado, transforma a agricultura, de um procedimento meramente empírico e mecânico tradicional da parte menos desenvolvida da sociedade num emprego científico consciente da Agronomia, desde que isso seja possível sob as condições da propriedade privada; dissocia inteiramente a propriedade fundiária das relações de dominação e servilismo feudais, e ainda separa por completo o solo, enquanto condição de trabalho, da propriedade fundiária e do senhor da terra, para o qual a terra representa apenas um tributo em dinheiro que, por meio de seu monopólio, ele arrecada do capitalista industrial, o arrendatário. Os vínculos se rompem a tal ponto que o proprietário fundiário pode passar toda a vida em Constantinopla enquanto sua propriedade fundiária se encontra na Escócia.

Nesse sentido, a forma da propriedade privada da terra no modo de produção capitalista, que limita a concorrência, aliado à menor composição orgânica característica da produção nesse setor, farão com que seus produtos realizem um lucro maior que o lucro médio e que, dessa forma, parte da mais-valia produzida no setor industrial seja transferida ao setor agrícola e em última instância, sob a forma de renda, à essa classe proprietária de terras.

¹⁷ Caso a composição orgânica nessas atividades se iguale às demais a renda absoluta da terra desaparecerá, isso não significa, no entanto, que o aluguel da terra irá desaparecer. Nesse sentido se estabelecerá na relação entre o capitalista proprietário da terra e o capitalista arrendatário uma transferência de valor. Essa pode ocorrer como transferência de parte dos lucros obtidos na atividade ou mesmo de parcela do valor capital.

Como renda diferencial Marx irá demonstrar sua origem do fato que na produção agrícola uma magnitude proporcionalmente igual de capital, distribuída de forma igual entre capital constante e variável, poderá, devido à localização e fertilidade do solo, gerar quantidades distintas de valores de uso. Ou ainda, a renda diferencial pode originar-se da aplicação de quantidades distintas de capital, em terras de mesma qualidade. Essa renda terá sua magnitude referente à diferença entre os valores individuais de cada produtor e o valor de mercado pelo qual o produto é vendido. Esse valor de mercado é sempre regulado pelas terras de menor produtividade, uma vez que, caso um aumento na produção leve a uma diminuição nos preços de mercado, os lucros dessas terras de baixa produtividade, descontada a renda absoluta, irão cair abaixo do lucro médio, o que levará ao abandono das mesmas por parte do capitalista arrendatário.

Imaginemos três capitais de magnitude igual a \$100,00 divididos igualmente em \$50,00 de capital constante e \$50,00 de capital variável, aplicados em três terras de distintas produtividades. A porção I de terra gera uma quantidade A de mercadorias, enquanto a terra II gera 2A e a terra III, 3A. O capital-mercadoria criado por cada um desses capitais, considerando-se uma taxa de mais-valia igual a 100%, será de \$150,00. Como demonstrado na tabela 4.

Tabela 4: Preços das Mercadorias Sujeitas à Renda da Terra

Terra	Cc (\$)	Cv (\$)	Mv (\$)	Valor Total (\$)	Custo de Produção (\$)	Quantidade (un)	Valor Unitário (\$)	Custo Unitário (\$)	Preço de Produção (\$)	Valor Social Falso (\$)	Valor de Mercado (\$)	Renda Absoluta (%)	Renda Diferencial (%)
I	50	50	50	150	100	100	1,50	1,00	127	1,50	150	23,00	0
II	50	50	50	150	100	200	0,75	0,50	127	1,50	300	23,00	150,00
II	50	50	50	150	100	300	0,50	0,33	127	1,50	450	23,00	300,00

Fonte: Elaboração própria (2014)

Comparando-se os dados da tabela 4 com os da tabela 1, para uma economia com taxa de lucro média igual a 27%, a renda absoluta nesse setor agrícola será, para cada 100 unidades de capital, igual a 23. Nesse sentido, o capital que explora terra I irá gerar para seu arrendatário um lucro igual ao lucro médio e uma renda absoluta de \$23,00. No caso em que os preços subam, terras de menor produtividade serão capazes de auferir a taxa média de lucro e assim poderão ser utilizadas produtivamente, caso os preços caiam essas terras não mais serão economicamente rentáveis ao capital. Dado esse movimento, sempre serão as terras de menor produtividade que regularão os valores de mercado.

Continuando com nosso exemplo, a terra II, apesar de gerar um produto valor de \$150,00, venderá seus produtos por um total de \$300,00 e a terra III por um total de \$450,00. Dessa forma a terra II pagará uma renda igual a \$173,00 e a terra III uma renda de \$323,00. Para o capitalista proprietário da terra a renda que recebe aparece como apenas uma, indiferenciável em sua forma de renda absoluta ou renda diferencial, apenas abstraindo-se de sua forma aparente pode-se observar sua distinção. No caso da terra II e da terra III a renda absoluta é igual a 23%, já a renda diferencial é de 150% e 300% respectivamente.

Esse mecanismo de formação dos preços dessas mercadorias faz com que a somatória de seus valores individuais seja sempre menor que o valor total realizado, Marx chama isso de valor social falso¹⁸. A realização da produção agrícola ou dos produtos submetidos a esse tipo de monopólio, e que assim gerem alguma forma de renda, sempre significarão uma transferência do novo valor criado nos demais setores sujeitos ao processo concorrencial.

2.3 Considerações finais

A acumulação e centralização do capital contribui para que o processo de valorização se expanda para as distintas esferas produtivas e para o mercado internacional. Entende-se que o processo concorrencial, como resultado intrínseco da acumulação de capital, é potencializado pela sua centralização e atuação nessa esfera ampliada, na medida em que assim supera as barreiras ao seu desenvolvimento. Conforme se centraliza, mais são possíveis seus fluxos intersetoriais e mais se acirra a busca pela produção com menores custos e assim o avanço técnico, ou seja, ao invés de limitar o processo concorrencial a centralização do capital

¹⁸ Segundo Wygodski (1973, p.105): “Differential rent stems from the monopoly of the capitalist cultivation of the land and from the competition of agrarian capitalists associated with this. This competition is expressed in the fact that a uniform market-value, a uniform social price of production and consequently a uniform market-price as well are established.

From the conditions of capitalist competition, it follows that the individual price of production on the worst areas of land is the determining price of production.

This produces the “false social value” already mentioned – a market-value artificially inflated by the capitalist monopoly of the cultivation of the land, a social production-price “what society overpays for agricultural products in its capacity of consume...” The “false social value” is a monopoly price; it is the realization of the monopoly of capitalist cultivation of the land.” “Renda diferencial decorre do monopólio do cultivo capitalista da terra e da concorrência dos capitalistas agrários associados a este. Esta competição é expressa no fato de que um valor de mercado uniforme, um preço social uniforme de produção e, conseqüentemente, um preço de mercado uniforme são estabelecidas. A partir das condições de concorrência capitalista, segue-se que o preço individual de produção sobre as piores áreas de terra é o preço determinante da produção. Isso produz um “valor social falso”, já mencionado - um valor de mercado artificialmente inflacionado pelo monopólio capitalista do cultivo da terra, um preço de produção social” o qual q sociedade a sociedade paga a mais pelos produtos agrícolas dada sua capacidade de consumir.” O “valor social falso” é um preço de monopólio; é a realização do monopólio do cultivo capitalista da terra.” (tradução nossa)

é o que o liberta de suas limitações. A internacionalização do capital, decorrente desse processo, supõe a necessidade desse de se libertar dos impedimentos gerados pela pequena manufatura, da relação direta do capital com seu local de origem. Sua expansão para essa esfera faz com que todos os mecanismos decorrentes do processo concorrencial, como os fluxos de capitais e a formação dos preços passem a atuar também nessa esfera ampliada.

A teoria clássico-marxista das vantagens absolutas procura, assim, analisar os fluxos de capitais na esfera internacional em suas diferentes formas, demonstrando como esse se move de modo a produzir com menores custos e nos setores de maior lucratividade. O capital passa a explorar as diferenças de produtividade, salários, recursos naturais, etc. de forma a se aproveitar das vantagens absolutas decorrentes das características específicas de cada região. Dessa forma, tal abordagem se afasta das visões tradicionais do comércio internacional, que procuram defender as vantagens da especialização produtiva e do livre comércio, baseados na teoria das vantagens comparativas.

Como veremos no próximo capítulo, essa teoria tradicional apresenta inconsistências tanto teóricas quanto em sua capacidade explicativa dos movimentos do capital na esfera internacional. Estão implícitos nela mecanismos monetários e cambiais de ajuste, que levariam a um equilíbrio nas trocas e a uma convergência no desenvolvimento econômico das diferentes nações que participam do comércio internacional. A partir da teoria clássico-marxista das vantagens absolutas, serão discutidos ambos mecanismos, de forma a compreendê-los como reflexo da posição das diferentes nações nas trocas internacionais, dada pelas diferentes estruturas de custos que essas nações oferecem aos diferentes setores que operam nessa esfera. Dessa forma, as vantagens absolutas que podem ser exploradas pelos distintos capitais irão definir dinâmicas desiguais de desenvolvimento entre as nações. Esse desenvolvimento desigual é entendido, assim, como o resultado intrínseco do processo concorrencial na esfera internacional. Seus efeitos nas nações menos favorecidas serão analisados ao final do próximo capítulo.

3 A TEORIA CLÁSSICO-MARXISTA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS

Desde Ricardo, a teoria dominante sobre as trocas internacionais tem se baseado nas vantagens da especialização produtiva na produção daquelas mercadorias em que cada país apresenta maior eficiência relativa, e nos mecanismos de ajuste que levam a um comércio equilibrado entre as nações. Apesar do aparente refinamento dessa teoria, englobando as distintas dotações de fatores de cada região e os custos de oportunidade, os fundamentos permanecem os mesmos. A teoria neoclássica, mesmo abandonando a teoria do valor-trabalho presente em Ricardo, assume seus pressupostos acerca do funcionamento do comércio internacional. Segundo Guerrero (1995, p. 20) isso só é possível, pois o próprio Ricardo lança dois elementos adicionais quando trata do funcionamento das trocas nessa esfera. Em primeiro lugar afirma que “a mesma regra geral que regula o valor relativo das mercadorias, em determinado país, não regula o valor relativo das mercadorias trocadas entre dois ou mais países” (RICARDO, 1982, p.104). Dessa forma, ao tratar do comércio internacional, Ricardo prescinde de sua teoria do valor-trabalho. Em segundo lugar, para explicar tal funcionamento ele utiliza uma teoria quantitativista do dinheiro.

No exemplo clássico de Ricardo, dois países, Portugal e Inglaterra, produzem dois bens, vinhos e tecidos, com distintas produtividades. Enquanto Portugal o faz com o trabalho de 80 e 90 homens-ano, a Inglaterra necessita, para a mesma quantidade de produto, de 120 e 100, respectivamente. Dessa forma, assumindo que os preços são iguais aos seus custos em horas trabalhadas, têm-se que o preço relativo de um tonel de vinho em Portugal (P_{vp}/P_{tp}) é igual a 0,888 peça de tecido e o preço relativo de uma peça de tecido (P_{tp}/P_{vp}) é de 1,125 toneladas de vinho. Na Inglaterra a mesma relação é de 1,2 peças de tecido por tonel e 0,833 toneladas de vinho por peça de tecido. Caso Portugal e Inglaterra fossem regiões de um mesmo país todas as mercadorias seriam produzidas no primeiro, e os capitais migrariam para essa região. Nesse caso as vantagens absolutas regulariam os fluxos de capitais e a direção das trocas, e a concorrência intercapitalista atuaria como descrita no capítulo I. No exemplo do autor, porém, a imobilidade tanto da mão-de-obra quanto do capital faz com que os produtores ingleses não possam produzir em Portugal e que dessa forma as mercadorias não sejam trocadas enquanto sua relação em quantidade de trabalho que contém.

Tomando-se um produtor de vinho português, esse, para vender suas mercadorias fora de seu país, e abstraindo-se dos custos de transporte, somente o fará caso receba em tecidos uma quantidade maior que 0,888 por tonel de vinho. Na Inglaterra os consumidores estão

dispostos a pagar até 1,2 peças de tecido por tonel. Nesse sentido, os preços relativos em tecido de um tonel de vinho no mercado internacional podem variar de 0,888 até 1,2 que os produtores portugueses estarão obtendo um lucro maior e ainda conquistando mercado. No caso dos tecidos ingleses, seu preço no mercado internacional em tonéis de vinho irá variar desde 0,833 até 1,125. Dessa forma, através do comércio internacional é possível que o trabalho de 80 homens-ano portugueses seja trocado pelo de 100 homens-ano ingleses, sendo que ambos os países poderão consumir uma quantidade maior de ambas as mercadorias. Sendo assim, segundo tal teoria, os custos absolutos não tem nenhuma importância no comércio internacional, sendo os custos relativos os que regulam as trocas, de forma que mesmo aqueles países absolutamente mais atrasados podem se beneficiar do comércio internacional.

Em equilíbrio, portanto, é como se as mercadorias se trocassem diretamente por mercadorias, sem a necessidade de fluxos monetários entre os países, sendo que as letras de câmbio se compensariam entre importadores e exportadores. Ocorre, no entanto, que os preços dos vinhos e tecidos não são expressos em relação um ao outro, mas sim em relação a uma mercadoria universalmente aceita, o ouro. Ainda, o comércio entre países não necessariamente deve iniciar-se em uma situação de equilíbrio, sendo que essa, segundo Ricardo, é alcançada pelos mecanismos de auto-ajuste que operam nessa esfera comercial.

Seguindo a lei dos preços de Ricardo, e assumindo-se que 1 onça de ouro é produzida por 2 homens-ano, temos os seguintes preços absolutos em casa país:

Tabela 5: Vantagens Comparativas de Ricardo

	Vinho		Tecido	
	Home-ano	Onça de ouro	Homem-ano	Onça de ouro
Portugal	80	40	90	45
Inglaterra	120	60	100	50

Fonte: Elaboração própria a partir de Ricardo (1982)

Como o valor da mercadoria-dinheiro é igual em ambos os países, e essa é universalmente aceita, a partir dos valores monetários de cada mercadoria espera-se que o comércio assumira uma direção unilateral desde Portugal até a Inglaterra. Um comerciante inglês que comprasse 100 tonéis de vinho em Portugal por 4000 onças de ouro, poderia vender essas mercadorias na Inglaterra por 6000 onças. Com esse valor ele poderia comprar 133,33 peças de tecido em Portugal e vendê-las na Inglaterra por aproximadamente 6667

onças de ouro, obtendo um lucro total de 66%. Caso, com a venda dos vinhos portugueses ele comprasse tecidos ingleses para revender em Portugal seu lucro seria de apenas 35%. Tais fluxos comerciais significarão, portanto, superávits crescentes em Portugal e déficits na Inglaterra. Nesse ponto, para demonstrar que o comércio internacional tende ao equilíbrio e ao benefício de todos seus participantes, Ricardo faz uso da teoria quantitativa da moeda e do processo de equilíbrio na balança comercial. Os desequilíbrios comerciais significarão que as importações e exportações não mais poderão ser saldadas através das transações em letras de câmbio entre importadores e exportadores. Como a importação de produtos ingleses por Portugal cessa, as exportações portuguesas significarão um afluxo de ouro para esse país. De acordo com a teoria quantitativa da moeda, a diminuição de ouro em circulação na Inglaterra significará uma queda no preço monetário de todas suas mercadorias, em Portugal esse afluxo se traduz em um processo inflacionário. Enquanto permanecerem desequilíbrios comerciais esses movimento nos preços irão continuar. Como na Inglaterra a produção de tecidos é menos desvantajosa que a produção de vinhos, em relação a Portugal, seus preços atingirão o nível dos tecidos portugueses de maneira mais rápida, até um ponto em que seja mais barato consumir tecidos ingleses que portugueses, em ambos os países. A partir desse momento o comércio entre as duas nações passa a equilibrar-se e o movimento nos preços, como resultado da variação na quantidade de moeda, faz com que qualquer desvantagem absoluta desapareça.

Ricardo assume assim que qualquer novo desequilíbrio só possa ocorrer caso o avanço da técnica em algum dos países leve a alterações nas vantagens relativas vigentes. Caso na Inglaterra alguma inovação torne a fabricação de vinho em relação ao tecido relativamente mais vantajosa, em um primeiro momento esse país exportará ambos os produtos, até que o mecanismo de preços leve a um novo equilíbrio. Mesmo as condições de produção permanecendo as mesmas em Portugal, a mudança nas vantagens relativas da Inglaterra poderia fazer com que a especialização produtiva entre esses dois países se invertesse.

Outro mecanismo de ajuste proposto pela teoria neoclássica sobre comércio internacional são as flutuações nas taxas de câmbio entre as distintas moedas dos países. A partir de tal mecanismo, apesar de manutenção dos preços das mercadorias na esfera nacional esses sofreriam alteração quando medidos em moeda comum. No caso de um superávit português e um déficit inglês, as variações nas reservas monetária em cada país levariam a uma valorização da moeda portuguesa e a uma desvalorização da moeda inglesa. Novamente aquela mercadoria em que a Inglaterra possui vantagens relativas atingiria mais rapidamente

um preço competitivo no mercado internacional, e através da taxa de câmbio as vantagens absolutas seriam anuladas e o equilíbrio comercial restabelecido.

Apesar de amplamente aceita, servindo como base para as políticas econômicas de comércio exterior, a teoria das vantagens comparativas apresenta sérios problemas quando comparada com os resultados reais do comércio internacional, quanto em relação a sua base teórica. Dentro de uma abordagem marxista ela se afasta de qualquer aproximação possível, tanto pelo abandono necessário da teoria do valor-trabalho pra seu funcionamento, quanto pelos mecanismos monetários intrínsecos a ela. Em relação aos resultados concretos do comércio internacional, o equilíbrio das balanças comerciais é algo distante da realidade no longo e no curto prazo. Como veremos, tal fato ocorre, pois no mercado internacional o que tende a equalizar-se não são as balanças comerciais, mas sim as taxas de lucro entre os participantes dessa esfera comercial. Ainda, a abordagem a partir da nação e não dos distintos capitais é insuficiente para explicar a realidade desse comércio.

O presente capítulo tem como objetivo avançar na compreensão do comércio internacional partindo do funcionamento da lei do valor-trabalho e da teoria da concorrência clássico-marxista. Nesse sentido o que se busca é compreender o processo concorrencial a nível internacional como movido pela busca dos capitais por produzirem naquelas condições e naqueles setores que garantam uma maior lucratividade, de forma que os mesmo processos concorrenciais e seus efeitos operam nessa esfera expandida de comércio. Como contraponto à teoria das vantagens relativas, examinaremos, a partir da teoria de Marx, que a posição comercial de uma nação e dos capitais que operam nela está determinada pelo nível absoluto dos custos de produção de suas mercadorias mundialmente comercializáveis. Ainda, os mecanismos de ajuste tratados pela teoria convencional, principalmente as variações cambiais, que se tornam o centro das explicações num período de taxa de câmbio flutuantes, serão abordados a partir do entendimento de que os movimentos nas taxas reais de câmbio refletem a relação entre os custos de produção das mercadorias exportáveis, nas quais cada nação detém vantagens absolutas de custos (SHAIKH; ANTONOPOULOS, 2013, SHAIKH, 1991b, 2000, GUERRERO, 1995). O que se busca, assim, é uma explicação do funcionamento e dos resultados do comércio internacional que se aproximem da realidade, procurando entender a persistência de déficits comerciais e os movimentos do capital em todas as suas formas.

3.1 As vantagens absolutas de custos no comércio internacional

Uma teoria com base em Marx acerca do comércio internacional deve ser condizente com sua lei do valor-trabalho, formação de preços e mecanismos monetários. Entende-se que o mercado mundial, onde as grandes corporações detêm maior peso nos processos de produção e circulação, é fruto do desenvolvimento da acumulação e centralização do capital, sendo nessa esfera onde as leis do modo de produção capitalista passam a atuar. Nesse sentido, o processo de valorização do capital, como processo global, transforma também a força de trabalho em força de trabalho internacional e a criação e apropriação da mais-valia adquirem um caráter mundial. De acordo com Carchedi (1991, p. 235)

If production has become international, the national labour power have entered the international production relations, have become part of the international labour power. This international labour power now produces international value – labour expended by the labourers of the different nations under capitalist production relations and producing material and mental use values – and is expropriated of international surplus value. It is this surplus value which is redistributed among the capitalist of the different nations through the formation of the international production price.¹⁹

A mundialização dos processos de produção e circulação e conseqüentemente a valorização do capital como processo global, significam, assim, que a concorrência entre capitais passa a atuar nessa esfera ampliada. Assim como dentro das barreiras nacionais, ela não se restringe apenas ao capital industrial em sua forma de capital-mercadoria, mas abarca também esse em suas formas de capital-produtivo e capital-dinheiro. Como motor desses movimentos está a busca do capital pela sua maior valorização, algo diretamente ligado à possibilidade de se produzir com menores custos e onde as taxas de lucro são mais elevadas.

Antes de avançar, no entanto, acerca dos efeitos da internacionalização da acumulação de capital é necessário lançar as bases da teoria marxista das vantagens absolutas. Segundo Sevilla e Tablas (2013, p. 22) essa contém três concepções principais: a teoria clássica da concorrência, a teoria dos mecanismos monetários com base em Marx e a teoria das taxas reais de câmbio como síntese das duas primeiras. No primeiro capítulo foi tratada a primeira dessas, seguiremos com as duas seguintes.

¹⁹ Se a produção se tornou internacional, a força de trabalho nacional entrou nas relações internacionais de produção, tornaram-se parte da força de trabalho internacional. Essa força internacional de trabalho agora produz valor internacional - trabalho despendido pelos trabalhadores das diferentes nações no âmbito das relações de produção capitalistas e produzindo valores de uso e mentais e materiais - e é expropriada de mais-valia internacional. É esta a mais-valia que é redistribuída entre os capitalistas das diferentes nações, através da formação do preço de produção internacional. (tradução nossa)

3.1.1 Vantagens absolutas e mecanismos monetários

A primeira e fundamental assertiva acerca da teoria das vantagens absolutas é que aqueles locais onde as mercadorias podem ser produzidas com custos de produção menores tendem a atrair os capitais desses setores²⁰. Considerando-se, assim, as mercadorias que são comercializadas no mercado mundial, os capitais que produzem nessas regiões e que empregam a técnica mais avançada, ou seja, os capitais que produzem com os menores custos, estarão liderando o processo. Essa vantagem competitiva, caso esteja relacionada a uma mercadoria de grande demanda no mercado mundial, ou abranja uma grande quantidade de setores em um país, irá determinar que esse mantenha contínuos superávits comerciais²¹. O oposto ocorre naqueles países que apresentam desvantagens absolutas na maioria de seus setores ou em setores de baixa demanda mundial.

Como visto, de acordo com a teoria das vantagens comparativas, os fluxos monetários e os decorrentes efeitos nos preços levariam a um estágio onde as balanças comerciais de todas as nações se equilibrariam. Shaikh (1980a) aponta a partir disso que a debilidade explicativa da teoria das vantagens comparativas reside em suas deficiências teóricas. Segundo ele, os efeitos dos desequilíbrios, ao se traduzirem em influxos de dinheiro nos países superavitários e afluxos nos países deficitários não se refletiriam em mudanças no nível de preços, mas sim nas taxas de juros.

Marx, assim como Ricardo e Smith, percebe que os preços das mercadorias tendem a flutuar ao redor de um centro gravitacional, os preços de produção para o primeiro e os preços naturais para o segundo. Para Ricardo, esses desequilíbrios entre oferta e demanda, quando aplicados à mercadoria-dinheiro, tendem a se refletir em uma variação dos preços de todas as mercadorias, dado que essas expressam seu valor nessa mercadoria específica. Dessa forma, um superávit contínuo, uma vez que se traduzisse em aumento de oferta monetária, significaria uma queda no preço dessa mercadoria e um conseqüente aumento no preço das

²⁰ Não significa que no mundo concreto toda produção se dá nos locais de menores custos. A tendência é que se estabeleça uma heterogeneidade de capitais em um mesmo setor, que produzem em distintas regiões e apresentam distintas produtividades. Os maiores lucros obtidos pelos capitais que operam nas regiões de menores custos acabam por se refletir em uma expansão da produção e um aumento dos investimentos nesses locais.

²¹ Os superávits comerciais não são sinônimos de grau de desenvolvimento de um país. Regiões produtoras de petróleo, por exemplo, apesar de poderem apresentar desvantagens absolutas na produção de grande parte das mercadorias que necessitam, têm, graças a alta demanda desse produto, superávits permanentes em seu balanço comercial. As vantagens absolutas não deixam, no entanto, de manter estreita relação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas de um país.

demais. Marx, no entanto, ao tratar do dinheiro-mercadoria, coloca que esse possui certos atributos específicos que o diferencia das demais.

Em primeiro lugar o dinheiro metálico é, dentro do modo de produção capitalista, a mercadoria na qual todas as outras desejam se transformar. Nesse sentido ele se torna uma mercadoria universalmente aceita, que pode ser trocada por qualquer outra existente. Em segundo lugar o dinheiro é uma mercadoria capaz de manter no tempo seus atributos físicos e assim conservar seu valor intrínseco. Esses dois fatores possibilitam que o dinheiro possa ser jogado ou retirado da circulação a qualquer momento²². Nesse ponto Marx (2008) coloca que a quantidade de dinheiro em circulação, considerando constante a velocidade em que esse se move, está diretamente determinada pela quantidade e valor total das mercadorias existentes na economia. O entesouramento serve, assim, de mecanismo fundamental na regulação dessa quantidade de dinheiro que circula. Se dessa forma, a maior ou menor quantidade de dinheiro não afeta o preços dessa e das demais mercadorias, nem por isso deixa de ter efeitos nas variáveis econômicas.

Marx, na seção V do livro III de O Capital, ao tratar sobre a formação da taxa de juros demonstra que essa não possui um nível natural, no sentido de uma lei econômica que faça tal taxa gravitar ao redor de um nível estabelecido. Em condições normais seu limite máximo está determinado pela taxa de lucro e seu limite mínimo tende a aproximar-se de zero. Dentro desses dois extremos ela irá variar segundo a relação entre os ofertantes de capital-dinheiro e os demandantes desse. Essas reservas de capital-dinheiro que se podem emprestar, ou a variação nelas, estão assim, diretamente ligadas à variação na quantidade de dinheiro liberado ou absorvido dadas as necessidades de circulação das mercadorias. Com o desenvolvimento do sistema financeiro tais reservas tendem a transformar-se em depósitos bancários, e os bancos, como empresas capitalistas buscarão aumentar o capital que permanece em suas mãos. A centralização das reservas nessas entidades financeiras faz aumentar, portanto, a oferta de capital-dinheiro.

²² De acordo com Shaikh (1980a, p. 30-31): “[...] an excess supply of gold is a very different thing from an excess supply of any other commodity. All other commodities, in order to fulfill their function, must be sold, turned into gold through the alchemy of exchange; but gold itself does not have to be, in fact cannot be, sold. It is money, the perfect and durable form of wealth which all other commodities seek to obtain. From the earliest stages of commodity production, therefore, gold circulating in the form of coin has existed side by side with non-circulating gold in the form of reserve coin, in the form of hoards, and in the form of luxury articles.” “[...] um excesso de oferta de ouro é algo muito diferente do que um excesso na oferta de qualquer outra mercadoria. Todas as outras mercadorias, em favor de realizar sua função, devem ser vendidas, transformadas em ouro através da alquimia das trocas; mas o ouro mesmo não deve ser, de fato não pode ser, vendido. É dinheiro, a forma perfeita e durável da riqueza a qual todas as outras mercadorias procuram obter. Desde os estágios mais remotos da produção de mercadorias, então, dinheiro circulando na forma de moeda tem existido lado a lado com ouro não-circulante na forma de moedas de reserva, tesouros e artigos de luxo.” (tradução nossa)

A partir dessas relações explicitadas por Marx se podem derivar os efeitos de um superávit persistente da balança comercial de um país. Em primeiro lugar, parte dos afluxos de dinheiro proveniente das vantagens absolutas de uma nação no mercado internacional será absorvido pelo aumento da produção necessária para atender o crescente mercado consumidor de suas mercadorias. O restante significará um excesso de dinheiro em relação às necessidades de circulação. Esse excesso tenderá a se transformar em depósitos bancários aumentando a oferta de capital-dinheiro e fazendo baixar as taxas de juros. No país deficitário ocorre o inverso, levando a um aumento nessas taxas. Nesse sentido, os desequilíbrios comerciais, ao invés de despertarem mecanismo de auto-ajuste, desencadeiam fatores que podem servir para alimentar ainda mais a distância entre as nações, uma vez que a queda nas taxas de juros pode impulsionar a produção.

Shaikh (2000, p. 105) e Guerrero (1995, p. 24) ainda colocam que essa relação entre os juros dos países superavitários e dos países deficitários pode se traduzir em uma reexportação de capital dos primeiros para os segundos, que assim financiariam seus déficits comerciais a custo de um endividamento crescente. Ainda, o excesso de capital dinheiro nos países que mantém vantagens absolutas significativas pode significar uma busca desses por atividades mais lucrativas ao redor do mundo. Nesse sentido essas vantagens garantem que capitais desses países se transformem em fluxos na forma de investimento direto externo, ou mesmo especulativos, de maneira a impulsionar a concorrência intersetorial a nível global. Esses dois movimentos serão tratados adiante.

3.1.2 Determinação estrutural da taxa de câmbio

Um segundo importante elemento na compreensão sobre o funcionamento das trocas internacionais é a determinação da taxa de câmbio. Dentro da teoria convencional essa atua de forma a reverter o funcionamento do processo concorrencial, transformando qualquer desvantagem absoluta de custos em uma vantagem relativa. Como fator de suas flutuações estão os desequilíbrios no balanço comercial, sendo que, caso o comércio de uma nação com as demais permaneça em equilíbrio, essa taxa tende a ser constante no tempo. Tal abordagem em relação às taxas de câmbio combina com os mecanismos apontados por Ricardo que atuam no comércio internacional, uma vez que propõe que os preços das mercadorias nessa esfera não dependem diretamente dos custos de produção.

A teoria das vantagens absolutas clássico-marxista entende, porém, a taxa real de câmbio como estando diretamente ligada à posição competitiva no plano internacional dos

capitais que operam em uma dada nação. Dois elementos principais competem para o estabelecimento dessa. Em primeiro lugar os custos relativos de produção das mercadorias que se intercambiam entre uma nação e suas parceiras comerciais. Em segundo lugar o processo de equalização das taxas de lucro a nível global. Dessa forma a determinação da taxa de câmbio vai em direção oposta daquela proposta pela teoria convencional. Sua base está na produção de mercadorias e reflete, ao invés de anular, as vantagens absolutas de uma nação em relação àquelas que participam das trocas internacionalmente. Segundo Sevilla e Tablas (2013, p.30):

De lo anterior, resulta clave enfatizar que como el enfoque clásico-marxista del tipo de cambio real se enfoca desde el movimiento de los precios de producción involucrados, implica un análisis de largo plazo, y no tanto en las oscilaciones de corto plazo de los precios de mercado. De esta manera, en el planteamiento heterodoxo de los tipos de cambio real se destaca que la trayectoria de estos en el largo plazo, sobre todo en un contexto más liberalizado, la determina el proceso competitivo capitalista mundial, o más concretamente, el proceso de igualación de las tasas de ganancia que conlleva la formación mundial de los precios de producción, influido por los movimientos de capital internacional. Con esto es posible caer en la cuenta de que si los precios siguen la trayectoria marcada por los precios de producción de los bienes, en los cuales los países tienen los capitales reguladores, y a éstos los determina el proceso de competencia a nivel mundial en sus dos dimensiones, resulta problemático que se responda simultáneamente a los requerimientos del equilibrio comercial que supone la ventaja comparativa. El tipo de cambio real de una nación con relación al mundial lo fijará fundamentalmente la evolución relativa de los precios de producción de los capitales reguladores locales con respecto a los extranjeros, ajustados por el tipo de cambio nominal.²³

Têm-se, portanto, que dentro de uma região, onde impera uma mesma moeda, a taxa em que as mercadorias de dois setores (c e k) se trocam uma pela outra está determinada pela relação entre seus preços de produção (P_c/P_k). Pela lei do preço único esses preços são estabelecidos pelos capitais reguladores. Essa relação, quando extrapolada para distintos países nos dará os termos de troca, ou a taxa de câmbio real, entre eles. O fato de que nessa esfera

²³ Do anterior, resulta central enfatizar que como a abordagem clássico-marxista da taxa real de câmbio enfoca nos movimentos dos preços de produção envolvido, implica uma análise de longo prazo, e não tanto nas oscilações de curto prazo dos preços de mercado. Desta maneira, na abordagem heterodoxa das taxas de câmbio reais se destaca que a trajetória desses no longo prazo, sobretudo em um contexto mais liberalizado, a determina o processo competitivo capitalista mundial, ou mais concretamente, o processo de equalização das taxas de lucro que leva a formação mundial dos preços de produção influenciada pelos movimentos internacionais dos capitais. Com isso é possível dar-se conta de que se os preços seguem a trajetória marcada pelos preços de produção dos bens, nos quais os países tenham os capitais reguladores, e a isto os determina o processo de concorrência a nível mundial em suas duas dimensões, resulta problemático que se responda simultaneamente aos requerimentos de equilíbrio comercial que supõe a vantagens comparativas. A taxa de câmbio real de uma nação com relação à mundial a fixara fundamentalmente a evolução relativa dos preços de produção dos capitais reguladores locais com relação aos estrangeiros, ajustada pela taxa de câmbio nominal. (tradução nossa)

atuam uma multiplicidade de moedas não interfere, no longo prazo, em tal relação, que continua determinada pela estrutura de custos desses capitais reguladores em cada país²⁴.

Tomando-se dois setores dentro de um mesmo país, o primeiro produtor de bens de consumo e o segundo de meios de produção, podem-se expressar os preços de produção por unidade de produto da seguinte forma²⁵.

$$1) p_c = (p_k \cdot a_c + p_c \cdot wr_c \cdot l_c) \cdot (1 + r_c)$$

$$2) p_k = (p_k \cdot a_k + p_c \cdot wr_k \cdot l_k) \cdot (1 + r_k)$$

Onde:

p_c e p_k : preços dos bens de consumo e preço dos meios de produção

a_c e a_k : requerimento de capital circulante na produção de bens de consumo e de meios de produção, por unidade de produto

wr : salário real

l_c e l_k : requerimento de trabalho na produção de bens de consumo e de meios de produção, por unidade de produto

r_c e r_k : taxa de lucro nos setores de bens de consumo e meios de produção

Note-se que essa é a mesma fórmula dos preços de produção expostas por Marx, apenas detalhando mais seus componentes de custos de produção. Colocando os preços dos bens de consumo em relação aos dos meios de produção e considerando-se que a taxa de lucro tende a igualar-se nos dois setores, tem-se que essa relação é dada pelo cociente dos custos de produção em cada setor²⁶.

²⁴ Claro que outros fatores podem perturbar a taxa de câmbio vigente, como os movimentos especulativos. No entanto essa taxa vigente tende a flutuar ao redor da taxa de câmbio estruturalmente determinada. Carchedi (1991, p. 247) chama a primeira de taxa de câmbio realizada e a segunda taxa de câmbio tendencial, a última tendo como componente a relação entre os preços de produção das mercadorias exportadas por cada nação, expressas em moeda comum.

²⁵ As formulas a seguir são retiradas de Shaikh (2000)

²⁶ De acordo com Sevilla e Tablas (2013, p.30) “el precio de un bien se puede descomponer en la suma de costos laborales y ganancias unitarias verticalmente integradas. Los costos laborales unitarios se componen de la suma de los costos laborales unitarios directos e indirectos y, de manera similar, las ganancias unitarias verticalmente integradas, de las directas e indirectas. Los costos no laborales unitarios se pueden descomponer en costos laborales y no laborales más ganancias unitarias; si se siguen descomponiendo los no laborales en los mismos tres componentes quedarán al final únicamente ganancias y costos laborales unitarios. En ese sentido, la suma de los costos laborales unitarios directos más indirectos son los unitarios verticalmente integrados, y de manera similar operaría para las ganancias.”

Shaikh (2000, p.99) aponta, por sua vez, que a relação entre os preços de produção de dois setores pode ser expressa da seguinte forma: $\frac{p_c}{p_k} = \left(\frac{wr_c \cdot \lambda_c}{wr_k \cdot \lambda_k} \right) \cdot [1 + \pi_c] / [1 + \pi_k]$, onde wr é o produto de um salário médio verticalmente integrado, λ o requerimento total de trabalho e π o cociente lucro/salário verticalmente

No mercado internacional, no entanto, a relação entre os preços de produção dessas duas mercadorias terá de ser expressa em moeda comum. Tomando-se assim dois países, A e B, e considerando que o país A detém vantagens absolutas na produção dos bens de consumo, e o país B na produção dos meios de produção. Assumindo que os capitais em cada um desses países regulem os preços de produção das mercadorias que produzem com vantagem absoluta. Ainda, pela lei de um único preço, considerando que os preços de cada uma dessas mercadorias são idênticos em ambos os países. Temos, assim, a seguinte relação entre os preços de produção das mercadorias produzidas em cada país, expressos em moeda do país B.

$$3) p_{cA} \cdot \frac{e}{p_{kB}} = \left(a_{cA} + \left(p_{cA} \cdot \frac{e}{p_{kB}} \right) \cdot wr_{cA} \cdot l_A \right) \cdot (1 + r_a)$$

$$4) 1 = \left(a_{kB} + \left(p_{cA} \cdot \frac{e}{p_{kB}} \right) \cdot wr_{kB} \cdot l_{kB} \right) \cdot (1 + r_b)$$

Onde:

e: taxa nominal de câmbio (moeda do país B/moeda do país A)

A partir desse ponto a teoria das vantagens relativas argumenta que tais preços relativos internacionais poderiam ser determinados por outro conjunto de relações, que não a relação entre seus custos de produção. Ou seja, segundo ela os movimentos monetários entre cada nação poderiam alterar esses preços relativos sem mudança na estrutura de custos desses capitais. Shaikh (2000, p. 106) coloca, no entanto, que esses movimentos estão limitados pelo processo de equalização das taxas de lucro internacionalmente, que determinam um patamar para os termos de troca e para a taxa de câmbio nominal. Reescrevendo as equações 3 e 4 podemos retirar a seguinte relação entre termos de troca e taxas de lucro:

$$3') 1 + r_a = \tau / (a_c + \tau \cdot wr_c \cdot l_c)$$

$$4') 1 + r_b = 1 / (a_k + \tau \cdot wr_k \cdot l_k)$$

Onde:

$$\tau = p_{cA} \cdot \frac{e}{p_{kB}} = \text{termos de troca da nação A em relação a nação B}$$

integrado. Como a relação entre os cocientes lucro/salários de cada setor tende a aproximar-se de 1, a relação ente custos laborais unitários verticalmente integrados relativos reais de cada setor são uma boa aproximação da relação entre os preços de produção dos capitais reguladores de cada um deles.

A partir delas se percebe que qualquer alteração nos termos de troca (τ) que tenha como origem uma mudança apenas nos preços e não nos custos de produção terá efeitos contrários nas taxas de lucro em cada nação. Uma diminuição da demanda que faça cair os preços de mercado dos bens de consumo produzidos no país A, ao significar uma queda nos termos de troca, irão se refletir em diminuição da taxa de lucro do país A e aumento da taxa de lucro do país B. Os capitais, pelo processo intersetorial de concorrência, migrarão em direção ao segundo país causando tanto aumento na oferta de seus produtos, quanto valorização nominal de sua moeda nacional. Em ambos os casos esses movimentos tentem a restabelecer os termos de troca ao seu nível regulado pelos custos de produção. Esses movimentos são condizentes com desequilíbrios permanentes nas balanças comerciais, uma vez que os capitais não se movem no sentido de equilibrá-las, mas sim de buscar sua máxima valorização. Segundo Shaikh (2000, p. 111):

Otra consecuencia adicional de la determinación estructural de los términos de intercambio es que la devaluación de una moneda no tendrá efectos duraderos a menos que afecte indirectamente a los costes laborales unitarios reales. En la medida en que lleva tiempo que los precios se adapten a una devaluación, el efecto inicial podría muy bien ser en descenso de los términos de intercambio del país (su tipo de cambio real) y, por lo tanto, la mejora de su balanza comercial. Pero salvo que el aumento resultante en los precios de importación sirva para reducir permanentemente el salario real hasta el punto de equilibrar la balanza comercial (lo que exigiría como mínimo que los trabajadores fueran totalmente incapaces de defender cualquier nivel de vida particular), los términos de intercambio a largo plazo seguirán siendo “inadecuados” y el desequilibrio comercial estructural volverá a aparecer.²⁷

Dessa maneira, os termos de intercâmbio que não reflitam a relação entre os custos de produção das mercadorias produzidas e exportadas pelos capitais reguladores de cada país, mesmo que se posicionem de modo a equilibrar as balanças comerciais, determinarão taxas de lucro distintas em cada nação. Essas desencadearão movimentos de capitais que tendem a restabelecer a relação inicial e os consequentes desequilíbrios nas balanças comerciais²⁸.

²⁷ Uma outra consequência da determinação estrutural dos termos de troca é que a desvalorização de uma moeda não terá nenhum efeito duradouro, a menos que afete indiretamente os custos unitários do trabalho real. Como é preciso tempo para que os preços se adaptem a uma desvalorização, o efeito inicial pode muito bem ser um declínio nos termos de comércio do país (a taxa de câmbio real) e, portanto, uma melhora em sua balança comercial. Mas a menos que o aumento resultante nos preços de importação sirvam para reduzir permanentemente os salários reais até o ponto de equilibrar a balança comercial (o que exigiria, no mínimo, que os trabalhadores não fossem capazes de proteger um determinado nível de vida), os termos de troca de longo prazo se manterão "inadequados" e o desequilíbrio comercial estrutural voltará a aparecer. (tradução nossa)

²⁸ Para aplicações empíricas de tal teoria ver: Shaikh e Antonopoulos (2012), Shaikh (2002) e Sevilla e Tablas (2013).

Verifica-se assim que a determinação estrutural da taxa de câmbio aparece como a síntese do processo concorrencial e dos mecanismos monetários, na teoria das vantagens absolutas (SEVILLA; TABLAS, 2013, p. 22). Dentro de tal aproximação ela perde totalmente a função ativa na determinação dos preços, como proposto pela teoria convencional das vantagens relativas.

3.2 Resultados das vantagens absolutas

As vantagens comparativas não parecem ter, portanto, comprovação empírica no funcionamento das trocas internacionais. Suas previsões e resultados não se verificam nessa esfera e o movimento dos capitais a nível global segue direção oposta daquela que seria esperada segundo ela²⁹. Tal teoria não deixa, no entanto, de ter um grande peso na adoção de políticas comerciais que favoreçam o livre comércio. Nesse sentido cumpre sua principal função, facilitando que o processo de valorização do capital se torne global. Tal fato não significa, no entanto, que a liberalização comercial deva ser compreendida como simples resultado de políticas econômicas. Apesar de sua efetivação passar por essa esfera, seu motor deve ser buscado nos processo de acumulação de capital, ou seja, na procura incessante do capital pela sua valorização.

Na direção oposta de tal teoria, e também dentro do campo marxista, a teoria das vantagens absolutas não é a única que pretende dar conta da explicação do comércio internacional. Alguns autores (AMIN, 1976, 2010, SWEEZY; BARAN, 1968) buscam explicar as trocas nessa esfera a partir das mudanças que o capitalismo contemporâneo haveria sofrido desde os tempos de Marx. O fato novo no período atual seria a formação de grandes capitais oligopolizados que dominam a produção e as trocas de mercadorias. Nesse sentido o modo de produção capitalista atual poderia ser dividido em um setor dominado por empresas oligopolizadas e um setor onde dominam pequenos capitais sujeitos ao processo concorrencial. De acordo com tal teoria, ao limitar o processo concorrencial as mercadorias

²⁹ Segundo Shaikh (2007, p. 51): “So if global trade liberalization has not lived up to its theoretical claims, where does the basic problem lie? In this paper I will argue that the deficiency lies within the theory of free trade itself, in the very principle of comparative costs upon which it is founded. From this point of view, it is not the real world that is “imperfect” because it fails to live up to the theory but rather the theory that is inadequate to the world it purports to explain.” “Então, se a liberalização do comércio mundial não realizou suas reivindicações teóricas, onde é que o problema básico reside? Neste artigo vou argumentar que a deficiência encontra-se dentro da teoria do livre comércio em si, no próprio princípio de custos comparativos sobre a qual ela se funda. Deste ponto de vista, não é o mundo real que é “imperfeito”, porque não consegue viver de acordo com a teoria, mas sim a teoria que é inadequada para o mundo que se propõe a explicar.” (tradução nossa)

produzidas por esses capitais oligopolizados não teriam seus preços de mercado regulados pelos preços de produção dos capitais de produtividade média. Poderiam, dessa forma, realizar uma taxa de lucro maior que a taxa de lucro média, o que se traduziria em uma constante transferência de valor desde os demais setores da economia.

Quando extrapolada para a esfera internacional, tal teoria coloca que nos países avançados imperam os capitais do primeiro tipo e nos países atrasados os do segundo. O comércio entre essas distintas regiões do globo seria, portanto, caracterizado pelas trocas desiguais. Se tal teoria procura apontar como o comércio internacional não leva a um processo de convergência no desenvolvimento econômico entre as nações, por outro lado se afasta, na explicação do funcionamento das trocas nessa esfera, da lei do valor-trabalho e do processo concorrencial intrínseco à acumulação de capital.

A teoria das vantagens absolutas busca, dessa forma, fazer um contraponto a tais teorias e nisso reside sua importância fundamental, uma vez que compreende a esfera internacional como a arena mais avançada do processo de acumulação de capital. Entende-se que a lei do valor-trabalho segue em plena operação nessa esfera, e que a busca pela valorização do capital desencadeia os mesmo processos intra e intersetoriais de concorrência. Não por acaso, são as empresas que dominam em tal esfera as que apresentam os mais elevados níveis de progresso técnico e investimento em novas tecnologias. Ora, tal capacidade inovativa nada mais é que reflexo de seu poder competitivo. Segundo Guerrero (1995, p. 97):

[...] la teoría general del comercio y de la competencia debe aplicarse al caso de muchos países y monedas basándose en los mismos principios generales que son de aplicación a la competencia entre empresas o regiones dentro de una área con una moneda única, y no en otros distintos. Concretamente, hay que partir en el análisis de los dos supuestos básicos de la competencia capitalista – intercambio de equivalentes y libre movimiento de capitales -, y no, como ha sido frecuente entre algunos de los seguidores de Marx, de supuestos ad hoc, en ocasiones contradictorios con los de la teoría general, como el intercambio desigual o el monopolio.³⁰

Não se busca, certamente, negar que as grandes corporações são a estrutura fundamental da produção capitalista na sociedade moderna, principalmente na esfera internacional. Entende-se, no entanto, que a dominância dessas possibilita que os processos intra e intersetoriais de concorrência extrapolem as barreiras nacionais e desencadeiem na

³⁰ A teoria geral do comércio e da concorrência deve aplicar-se ao caso de muitos países e moedas baseando-se nos mesmos princípios gerais que são de aplicação à concorrência entre empresas ou regiões dentro de uma área com moeda única, e não em outros distintos. Concretamente, há que partir da análise dos dois supostos básicos da competição capitalista – intercâmbio de equivalentes e livre movimento de capitais -, e não, como tem sido frequente entre alguns dos seguidores de Marx, de supostos ad hoc, em ocasiões contraditórias com os da teoria geral, como o intercâmbio desigual e o monopólio. (tradução nossa)

formação tanto de capitais modais a nível mundial, quanto de uma taxa de lucro que tende a equalizar-se nessa esfera. Nesse sentido, tais corporações não devem ser vistas sob o ponto de vista do mercado que concentram, mas como estruturas altamente produtivas e com enorme capacidade de investimento e de deslocamento de capital³¹. A ação dessas permite uma internacionalização da produção e distribuição do valor que se traduz na aquisição de meios de produção nas mais diversas regiões, na incorporação da força de trabalho de diferentes países, nos movimentos globais dos processos produtivos e na venda das mercadorias no mercado mundial (CARCHEDI, 1991, p. 234). A força de trabalho que entra nessas relações internacionais de produção passa, assim, a produzir valor internacional, que é apropriado como mais-valia internacional e redistribuído entre os capitalistas das distintas nações. Nesse sentido a classe trabalhadora torna-se a classe mundial por excelência.

Essa ação internacional das grandes corporações permite, assim, que a lei do valor-trabalho opere e regule as trocas nessa esfera. Ao contrário do que colocam os teóricos do capital monopolista, é a partir delas que o processo concorrencial ocorre em suas duas dimensões e que as vantagens absolutas de custos podem operar como fator de atração dos capitais e determinar a direção das trocas.

No capítulo I o processo concorrencial foi tratado de forma a demonstrar seus dois efeitos principais. O primeiro deles é a formação dentro de um mesmo setor de capitais modais que irão regular os preços de produção. O segundo é a formação de uma taxa média de lucro para os distintos setores. Para que esses movimentos sejam verificados no mercado internacional é necessário que o capital possa se mover mundialmente de forma a introduzir novas tecnologias, migrar de um país a outro dentro de um mesmo ramo e migrar entre ramos. Os dois primeiros movimentos definem que opere uma tecnologia modal dentro de um setor a nível mundial e que assim impere, para uma mesma mercadoria, a lei do preço único. O terceiro movimento implica em que as taxas de lucro setoriais tendam a equalizar-se mundialmente, fazendo com que os preços de produção sejam definidos nessa esfera.

A ação de grandes capitais torna esses três movimentos muito mais factíveis na esfera internacional. Em primeiro lugar são esses capitais que têm as maiores possibilidades de desenvolver ou se apropriar e introduzir novas tecnologias. A capacidade desses de investimento em pesquisa e desenvolvimento, além de condições favoráveis de financiamento para tal finalidade supera a dos pequenos capitais. Em segundo lugar, ao operarem em escala

³¹ Apesar de em geral apresentarem um grande poder competitivo as empresas transnacionais não estão imunes a problemas e mesmo ao seu desaparecimento. Sua própria estrutura produtiva, muitas vezes utilizando grandes quantidades de capital fixo simultaneamente em diversas regiões, pode significar para algumas dificuldades de adaptação a novas técnicas e processos de produção e perdas em relação a suas concorrentes.

global, têm maiores condições de transferir essa tecnologia de forma a aproveitar as vantagens de custos onde quer que essas se apresentem. Note-se que como possuem uma base de operação global podem mais facilmente transferir capital em suas diversas formas, inclusive na de capital-produtivo, superando certa imobilidade desse quando restrita a pequenos capitais. Essas transferências assumem, na esfera internacional, distintas formas, como investimento direto externo, joint ventures, fusões e aquisições, subcontratação, etc. Um terceiro aspecto se refere a esses capitais atuarem simultaneamente em diversos setores, facilitando os movimentos intersetoriais. Dessa forma “capital movements within national branches cannot be separated any longer from capital movements across international branches”³² (CARCHEDI, 1991, p. 239). A conexão que o capital estabelece intra e entre ramos, independentemente do país em que esses se localizem, faz com que mesmo movimentos de capital internos a uma fronteira afetem a taxa de lucro e os preços de produção a nível global.

A busca dos capitais por se produzir com menores custos leva, assim, à necessidade de se observar os fatores de atração desses nos distintos países. Aparecem como fundamentais as diferenças regionais em salário e produtividade, que determinarão o tipo de atividade que será realizada em cada região. O desenvolvimento técnico ou os ganhos salariais definem, também, um processo dinâmico de perda ou ganho de vantagens absolutas e conseqüentes mudanças no mercado internacional. Além disso, esses movimentos implicam muitas vezes, para os países atrasados, numa grande dependência em relação aos investimentos externos, um processo contínuo de endividamento e uma perda de controle dos capitalistas nacionais nas atividades econômicas. A seguir serão tratados tais assuntos.

3.2.1 Custos de produção (salário e produtividade)

As nações aparecem ao capital na esfera internacional com características distintas que irão determinar diferentes estruturas de custos e assim definir as vantagens absolutas que as empresas e setores podem obter. Aqueles setores de baixa composição orgânica, onde é grande o peso dos salários no custo final de produção, tenderão a se localizar em regiões de baixo salário, o oposto ocorrendo nos setores de alta composição orgânica que demandam uma força de trabalho mais especializada. Ocorre, no entanto, que a simples comparação entre

³² “movimentos de capitais entre ramos nacionais não podem mis ser separados de movimentos de capitais entre ramos internacionais.”

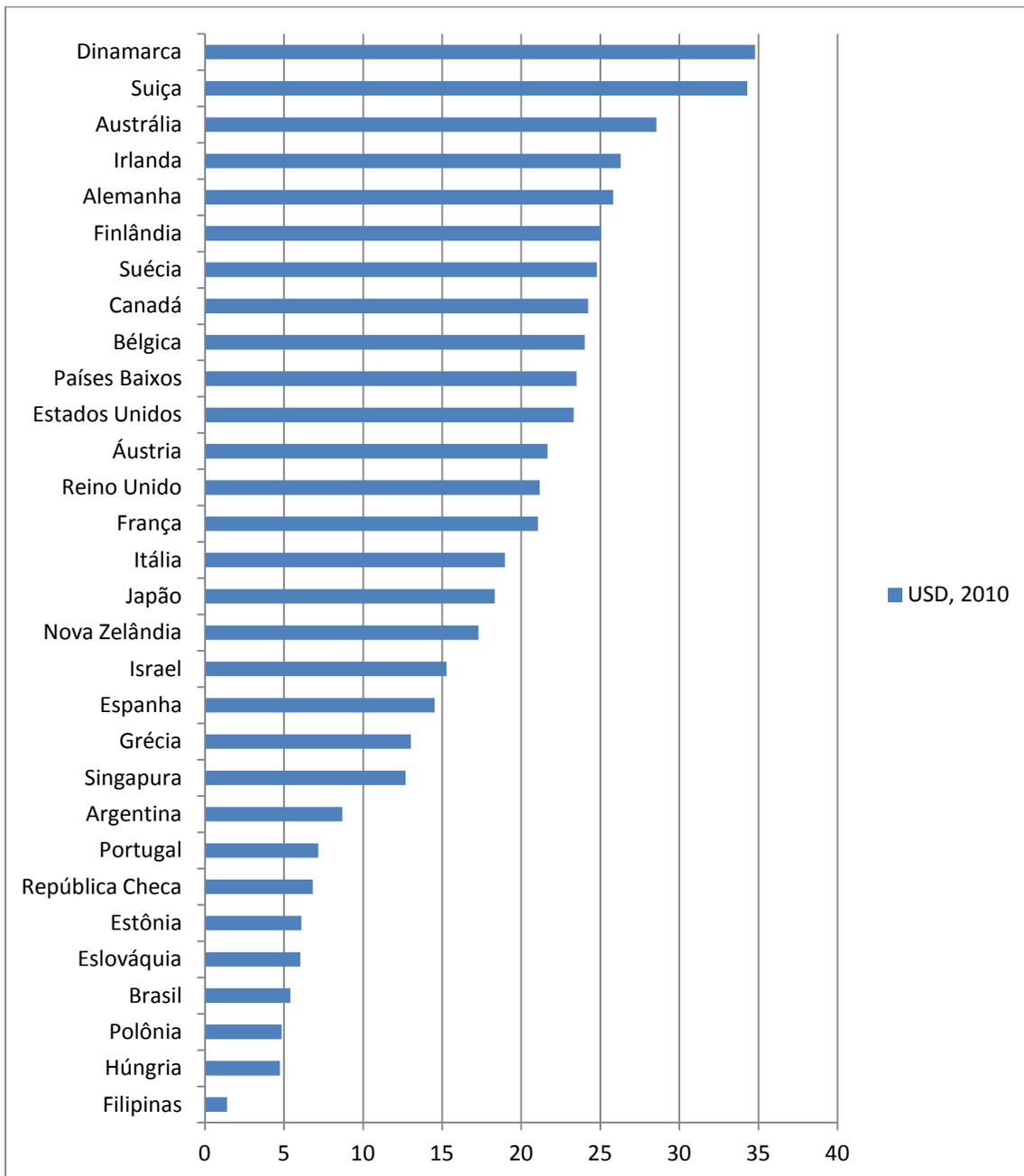
níveis de salários nominais não é suficiente quando se analisa esse fator nos diferentes países. De acordo com Marx (1986, p. 145):

Na comparação de salários nacionais devem ser pois considerados todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho, preço e volume das primeiras necessidades vitais naturais e historicamente desenvolvidas, custo da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva. Mesmo a comparação mais superficial exige, antes de tudo, reduzir o salário médio diário para os mesmos ofícios em diferentes países à igual grandeza da jornada de trabalho. Após tal equiparação dos salários diários, o salário por tempo tem de ser de novo traduzido em salário por peça, pois apenas o último permite medir tanto grau de produtividade como o da grandeza intensiva do trabalho.

A simples comparação, portanto, entre jornadas de trabalho e remuneração da força de trabalho pouco nos diz sobre o grau de exploração e o valor gerado nas diferentes economias. Como será visto no próximo capítulo esse fato tem importância fundamental na análise das transferências de valor entre capitais nas diferentes nações.

Segundo Marx, dentro de um mesmo país a concorrência entre os trabalhadores tende a equalizar os salários nos diferentes setores, quando reduzidos a trabalho simples. Tal fato não ocorre, no entanto, na esfera internacional. Em primeiro lugar isso se dá, pois a mobilidade da força de trabalho é, em geral, muito mais restrita. Em segundo, pois a determinação do valor da força de trabalho contém fatores estritamente locais. Entende-se por tais fatores a dinâmica histórica local na determinação das necessidades para a reprodução da força de trabalho, o que abrange também a qualidade dessa força de trabalho que terá de ser reproduzida. Apesar de muitas dessas mercadorias que compõe a cesta de bens da classe trabalhadora terem seus preços definidos na esfera internacional, sendo dessa forma comuns a todos os trabalhadores dos diferentes países, tal cesta difere entre as localidades. Percebe-se, no entanto que as diferenças salariais entre países mantém estreita relação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas locais. Nesse sentido, apesar dos salários não se equalizarem no mercado mundial, eles se aproximam quando analisados países com grau semelhante de desenvolvimento. A figura I ilustra tal movimento.

Figura 1: Comparação internacional das remunerações pagas numa base horária para as horas trabalhadas na indústria transformadora, 2010 (USD)



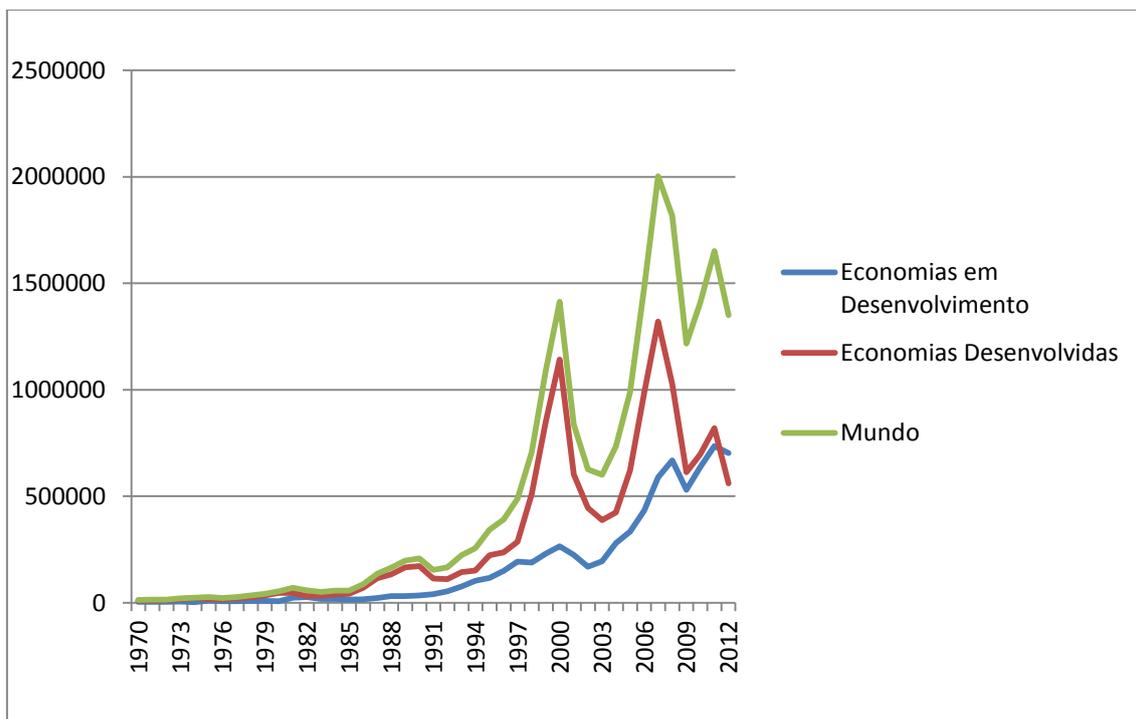
Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho) a partir de dados do Gabinete de Estatísticas do Trabalho dos EUA - United States Department of Labor, Bureau of Labor Statistics (BLS), 2011.

Segundo estudo de Marquetti (2004) nota-se uma estreita relação entre aumentos salariais e mudanças técnicas. De acordo com esse, os ganhos salariais induzem a mudanças para técnica poupadoras de mão-de-obra, o que tende a aumentar a produtividade e reduzir os custos unitários. Nesse sentido uma economia com altos salários aparece como produto do desenvolvimento econômico e não como barreira a ele.

A possibilidade de fluxos de capitais que leve ao uso de uma técnica padrão pode ter efeitos transformadores na localização das vantagens absolutas de cada país. Deve-se, no entanto, considerar que a técnica mais avançada só irá migrar na medida em que seu uso em outra localidade faça baixar o custo unitário de produção. Caso determinada técnica possa ser empregada em qualquer local do globo, espera-se que essa se direcione aos países de menores salários. No entanto, fatores históricos como o grau de desenvolvimento da força de trabalho, o desenvolvimento das relações de produção em cada país, a infra-estrutura existente, estrutura jurídica, etc. podem impedir essa generalização de determinadas técnicas e manter as vantagens absolutas mesmo em locais com altos níveis salariais. Ainda, como o desenvolvimento tecnológico leva à economia de trabalho, o peso dos salários nos custos de produção tende a diminuir, caindo também sua relevância nas decisões de localização produtiva.

Quando se analisa a evolução histórica das entradas de capitais na forma de investimento direto externo (IDE) (figura II) percebe-se, também, que a maior parte desses se realiza entre os países mais avançados. Tomando-se que os capitais migram em favor de menores custos e maiores lucros, pode-se inferir daí que mesmo os altos salários dessas regiões não são suficientes para reverter suas vantagens absolutas.

Figura 2: Entrada de IDE (US\$ milhões a preços e taxa de câmbio corrente)



Fonte: UNCTAD (2014)

A teoria das vantagens absolutas mostra-se, assim, consistente na explicação dos movimentos de capitais e seus efeitos nos países de origem e destino desses. Mesmo considerando que as trocas na esfera internacional são de equivalentes, no sentido que as mercadorias tendem a intercambiar-se por seus preços de produção, tal teoria coloca que o desenvolvimento desigual é o resultado do próprio desenvolvimento capitalista, onde a dinâmica dos setores tende a ser desigual. Ainda, expõe a necessidade de compreender esse desenvolvimento desigual a partir da esfera da produção e não das trocas.

3.2.3 Vantagens absolutas e desenvolvimento desigual

A teoria das vantagens absolutas, uma vez que se propõe a explicar as forças que movem a localização produtiva e assim os fluxos comerciais na esfera global, também deve apontar caminhos para se compreender as razões desses movimentos gerarem um desenvolvimento desigual entre as nações. Segundo o entendimento proposto, a origem dessas desigualdades não está na troca de não equivalentes, na espoliação das nações atrasadas pelas avançadas, ou na força dos monopólios que se aliam a seus países de origem. Se tais fenômenos podem vir a ocorrer, aparecem muito mais como consequência da desigualdade entre nações que como suas causas. Segue que dentro da teoria das vantagens absolutas tais razões são buscadas no próprio processo desigual da acumulação de capital, processo esse que se universaliza conforme o capital se torna mundial. Astaritas, (2004, p. 362) ao analisar os resultados da internacionalização do capital aponta que esse desencadeia duas tendências, uma de homogeneização e a segunda de diferenciação:

Mientras por un lado existe una tendencia a la homogenización, determinada por la universalización de la relación capital-trabajo, esta relación genera así mismo diferenciaciones y polarizaciones, no solo sociales, sino también geográficas. O sea, polos de acumulación de riqueza, por un lado, y de miseria, desocupación y precarización del trabajo por el otro. Esto sucede porque los diferenciales tecnológicos y las plusvalías extraordinarias otorgan a los capitales más poder para el desarrollo de nuevas tecnologías, lo que a su vez aumenta la brecha en relación a los capitales atrasados ubicados en los espacios de valor atrasados. De esta forma diferencias relativamente pequeñas se amplifican y profundizan, a medida que progresa la acumulación.³³

³³ Enquanto por um lado existe uma tendência à homogeneização, determinada pela universalização da relação capital-trabalho, essa relação gera assim mesmo diferenciações e polarizações, não apenas sociais como também geográficas. Ou seja, pólos de acumulação de riqueza, por um lado, e de miséria, desocupação e precarização do trabalho por outro. Isto ocorre porque as diferenciações tecnológicas e a mais-valia extraordinária outorgam aos capitais mais poder para o desenvolvimento de novas tecnologias, o que por sua vez aumenta a brecha em relação aos capitais atrasados situados nos espaços de valorização atrasados. Desta

Importa, nesse sentido, entender que o capital se move buscando sua máxima valorização, mas esse movimento gera externalidades que serão importantes tanto na atração de novos capitais quando na retenção de capitais já ali instalados. Quando analisamos acima o processo intersetorial de concorrência, importava a forma concreta de existência do capital - se esse se encontrava na forma de capital fixo, fundos monetários, mercadorias, etc. -, o mesmo ocorre quando se analisam os movimentos do capital intra e intersetorial na esfera mundial. O entorno local que se oferece para o capital, seja na forma de infra-estrutura, qualificação de mão-de-obra ou empresas acessórias entram em consideração nas decisões de onde se produzir, todos esses fatores contam no diferencial de custos e no tipo de atividades produtivas que ali se realizarão. Ainda, como um investimento significa uma imobilização de parte do capital, que só se tornará móvel outra vez após sua depreciação, importam as garantias e previsões para a valorização desse capital. A relação do capital com todos esses fatores, portanto, gera e aprofunda as desigualdades regionais, uma vez que impõe dinâmicas distintas de expansão do capital que se encontram em diferentes áreas.

Aliado a isso, e contribuindo para a expansão das brechas entre as nações, está a atuação das empresas que operam simultaneamente em diferentes regiões do planeta, aproveitando de forma distinta as vantagens de custos de cada uma delas. Uma vez que muitos dos processos de trabalho dessas empresas podem ser separados espacialmente e temporalmente, passam a ser desempenhados nos locais onde forem menos custosos. A tendência que impera é a de que nos países mais avançados se localizem aquelas atividades que demandam maior qualificação técnica e uso de capital constante, enquanto nos países atrasados se realize aquela parte do processo de produção que requer maior força de trabalho³⁴. O resultado desse movimento é que enquanto as exportações dos países atrasados aumentam significativamente, o valor agregado nesses locais não acompanha o mesmo movimento. Seguindo dados expostos por Astaritas (2004, p. 377) para o México, esse movimento é bastante claro. “Entre 1980 y 1997 su parte porcentual en las exportaciones

maneira diferenças relativamente pequenas se agudizam e se aprofundam, a medida que avança a acumulação. (tradução nossa)

³⁴ Essa tendência pode ser revertida na medida em que nações atrasadas, aliadas a novas técnicas e processos produtivos, tornem possível a prática dessas atividades que requerem mão-de-obra qualificada e uso intenso de capital constante, com custos menores que nos países avançados. Os efeitos desse processo serão discutidos no terceiro capítulo desse trabalho.

mundiales de manufacturas se multiplicó por 10, mientras que la parte porcentual en el valor agregado manufacturero mundial bajó más de una tercera parte”³⁵.

Nesse sentido, não se pode negar que a entrada desses capitais nos países atrasados melhora sua posição no comércio internacional. Esse fator, no entanto, não significa necessariamente a superação das brechas entre as nações. Os capitais estrangeiros que buscam instalar-se nessas regiões atrasados o fazem por duas razões principais:

- a) pela possibilidade de produzir com menores custos, e essa relação está intimamente ligada aos baixos salários oferecidos nesses locais;
- b) pela existência de setores nos quais esses países detêm vantagens absolutas e que podem apresentar maior rentabilidade que a média. Se impõe, dessa forma, uma relação estreita entre baixos salários, vantagens de custos e investimento externo. Ao mesmo tempo em que esses baixos salários não impulsionam o aprimoramento técnico, uma perda de controle sobre eles pode significar perda de vantagens absolutas e fuga de capitais.

A entrada desse capital estrangeiro também desintegra o capital nacional, em grande medida menos competitivo. As atividades mais dinâmicas passam assim às mãos das empresas estrangeiras, restando ao capital nacional atividades acessórias, ou mesmo fazendo com que o capitalista nacional assuma a figura de rentista. Nesse movimento não está suposto a espoliação do capital nacional por fatores extra-econômicos, mas sim o processo de centralização do capital que ganha um caráter global.

Nos países centrais essa migração de capitais também gera problemas internos, e daí se reforça a necessidade de se compreender esses movimentos a partir da ótica do capital e das diferentes classes sociais e não das nações. Segundo Shaikh (1980b, p. 229):

It must be remembered that all capitals compete against each other. This means that when capital from the developed capitalist country (DCC) take the form of foreign investment it competes not only with capital from the underdeveloped capitalist country (UCC) but also with capital still at home. Where it can take the advantage of the cheap labor in the UCC, new capital in the DCC can set itself up in opposition to existing home industries, by opening plants abroad and exporting the (cheaper) products.³⁶

³⁵ Entre 1980 e 1997 sua parte porcentual nas exportações mundiais de manufaturas se multiplicou por 10, enquanto que a parte porcentual no valor agregado manufatureiro mundial caiu mais de uma terceira parte. (tradução nossa)

³⁶ Deve ser lembrado que todos os capitais competem uns contra os outros. Isto significa que quando o capital do país capitalista desenvolvido (DCC) assume a forma de investimento estrangeiro ele compete não só com o capital do país capitalista subdesenvolvido (UCC), mas também com o capital ainda em seu local de origem. Onde ele pode ter a vantagem de mão de obra barata no UCC, o novo capital no DCC pode entrar em oposição às indústrias existentes em seu local de origem, abrindo fábricas no exterior e exportando produtos (mais baratos). (tradução nossa)

Dessa forma os capitais dos países desenvolvidos que, devido a sua magnitude ou capacidade competitiva, operam globalmente, adquirem vantagens sobre os capitais do mesmo setor e país de origem que não conseguem internacionalizar-se. Esse fato favorece ainda mais a centralização do capital, além de poder significar pressão sobre a classe trabalhadora dos países centrais.

Para os países atrasados, os investimentos externos levantam um segundo problema, dado que resultam em contrapartida no repatriamento dos lucros. Os lucros auferidos nos países atrasados sofrem posteriormente uma série de divisões, onde parte se direciona para a expansão do capital e parte aparece como renda da classe capitalista. Essa parte que irá para o consumo capitalista será automaticamente repatriada, dada a necessidade dele por essa classe. A segunda parte que se direciona para a acumulação de capital procurará inserir-se onde possa obter uma maior lucratividade, portanto, não sendo necessariamente reinvestida no mesmo setor e tampouco no mesmo local de origem. Ainda, tais lucros que são auferidos em moeda local, quando transferidos devem transformar-se em moeda mundialmente aceita. Isso impõe uma relação direta entre a possibilidade de transformar esses lucros em moeda estrangeira sem perdas para o capitalista e o nível de investimento nesse local. Caso o país atrasado não tenha meios de atrair moeda estrangeira, de modo que sua moeda local sofra constantes desvalorizações, os capitais estrangeiros tenderão a retirar seus investimentos desses locais ou deixar de realizar novos investimentos.

Como visto anteriormente, a magnitude das vantagens ou desvantagens absolutas de um país influem no movimento interno de suas taxas de juros. Países com grandes desvantagens absolutas tendem a operar com recorrentes déficits, que se traduzem em uma perda de reservas em moeda internacional. Essa perda afeta a relação entre oferta e demanda de capital-dinheiro de modo que as taxas de juros nos países deficitários elevam-se. Como o oposto ocorre nos países com grandes vantagens absolutas, esses capitais portadores de juros tendem a direcionar-se aos países deficitários, se beneficiando assim dos diferenciais de taxas de juros. O equilíbrio do balanço de pagamentos dos países atrasados se dá, assim através de um endividamento externo crescente, o que aumenta sua vulnerabilidade. Além disso, as altas taxas de juros dos países deficitários se impõem como barreira ao investimento produtivo.

Na base de todos esses movimentos estão os distintos desenvolvimentos das forças produtivas nas diferentes regiões. Ao estabelecerem as vantagens de umas em relação a outras, determinam também um processo desigual de desenvolvimento. Regionalmente essas diferenças aparecem como déficits comerciais, crises cambiais, altas taxas de juros,

dificuldade de investimentos e distância na base tecnológica dos países atrasados. Por outro lado, ao generalizarem as relações capitalistas de produção e acelerarem mundialmente o desenvolvimento das forças produtivas, intensificam o processo concorrencial na esfera internacional. Todas essas diferenças se circunscrevem no âmbito da lei do valor-trabalho, e no processo de acumulação de capital que ocorre globalmente. A análise das desigualdades regionais não deve, no entanto, tomar lugar da análise das diferenças de classes. Ao atuar globalmente e generalizar as relações capitalistas de produção, o capital acentua suas contradições internas e a formação de suas classes antagônicas, que adquirem caráter mundial.

3.3 Considerações finais

A teoria clássico-marxista das vantagens absolutas coloca-se em oposição à teoria tradicional das trocas internacionais. Ao atacar os mecanismos de ajuste intrínsecos a tal abordagem, contesta sua validade independentemente do período histórico do modo de produção capitalista. Dessa forma procura restabelecer a análise das trocas internacionais e dos fluxos de capitais a partir do funcionamento da lei do valor trabalho e do processo de valorização do capital nessa esfera ampliada. Os mecanismos de taxa de câmbio e nível de preços, diferentemente da teoria das vantagens absolutas, aparecem não como variáveis determinantes dos preços das mercadorias comercializadas internacionalmente, mas sim como reflexo das vantagens absolutas de custos que os capitais podem explorar nas diferentes nações e que assim determinam a posição relativa dos países no mercado externo. Entende-se assim, que as vantagens absolutas de custos são o grande balizador das trocas internacionais e tendem a ser mais exploradas conforme o capital se internacionaliza. Esse processo, por sua vez, dinamiza a concorrência em âmbito global, fazendo com que a formação dos preços, a equalização da taxa de lucro e as transferências de valor operem nessa esfera.

As diferentes nações, como base do processo de acumulação e centralização de capitais, se apresentarão com características internas específicas para que esses processos ocorram. Ao oferecerem vantagens absolutas distintas, irão desenvolver internamente determinados setores enquanto que outros estarão vetados ou se desenvolverão de maneira bastante atrofiada. Dessa forma as diferenças de produtividade e de composição orgânica também se expressarão em diferenças nacionais, alimentando os processos de transferência de valor entre capitais.

Como será visto no próximo capítulo, esses processos de transferência tem sido bastante considerados, em grande parte por correntes teóricas marxistas, como centrais na

permanência da condição de subdesenvolvimento. Entende-se, a partir dessas, que o comércio internacional gera uma constante apropriação pelos países centrais da mais-valia produzida nos países periféricos. As relações entre nações assumiriam, assim, um caráter central no desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista e os fluxos internacionais de capital atuariam como mecanismo de permanência desse padrão de desenvolvimento.

A teoria clássico-marxista das vantagens absolutas, por sua vez, aborda tal questão de forma a recolocar a centralidade da análise da transferência de valor e do desenvolvimento desigual como fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital. Dessa forma procura mostrar como as transferências intra e intersetoriais de valor, que operam entre os capitais na esfera nacional, também irão operar no mercado internacional. Ainda, irá tratar os mecanismos de convergência e divergência que os fluxos internacionais de capital inauguram, entendendo o fenômeno do desenvolvimento desigual no âmbito do processo concorrencial e não restrito a algum mecanismo de transferência de valor.

4 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: UMA ANÁLISE COMPARADA

A teoria das vantagens absolutas lança um novo olhar sobre uma série de questões, entre elas o desenvolvimento desigual que caracteriza o processo de acumulação de capital no modo de produção capitalista. Se no capítulo anterior foram vistos alguns efeitos do relativo atraso de certas nações, que se traduzem em amplas desvantagens competitivas, problemas na balança comercial, endividamento externo, altas taxas de juros, etc. no presente capítulo serão apontadas direções para o estudo das causas desse atraso. Nesse aspecto a teoria das vantagens absolutas se coloca como alternativa àquelas teorias que vêm nas trocas internacionais e na transferência de valor entre nações as causas do subdesenvolvimento.

Entende-se, a partir da teoria das vantagens absolutas, que a explicação da transferência de valor como um fenômeno entre nações e as conclusões que se tiram de tal fato são insuficientes e mesmo distorcem a explicação do problema. Nesse sentido, se estabelece a necessidade de analisar o processo de transferência de valor como um processo entre capitais, que ocorre tanto internamente a uma nação quanto na esfera ampliada do mercado internacional. Ainda, precisar que esse processo de transferência se dá em várias direções, respeitando os diferenciais de produtividade intrasetoriais, as distintas composições orgânicas do capital entre os setores e a formação de preços em situações de monopólio, como tratado no capítulo I.

Dentro do campo marxista de análise do fenômeno do subdesenvolvimento é comum a explicação unidirecional da transferência de valor. De acordo com estas, enquanto os países atrasados apresentam uma maior taxa de mais-valia e uma menor composição orgânica do capital, nos países avançados são característicos os capitais extremamente concentrados e com poder de monopólio, além do maior desenvolvimento das forças produtivas e maior composição orgânica do capital, de forma que se apropriam de parte do valor criado na periferia. Essa análise leva constantemente a uma caracterização da exploração dentro do modo de produção capitalista como um fenômeno entre nações e não mais entre classes, além de apontar para saídas de caráter estritamente nacionais.

A teoria das vantagens absolutas, por sua vez, trata de maneira distinta tais questões. Em primeiro lugar aponta que as transferências de valor ocorrem também intrasetorialmente e em direção àqueles setores sujeitos ao monopólio. Em segundo lugar que a análise de exploração que considera apenas diferenças salariais ou jornada de trabalho é insuficiente para a análise da formação de valor a nível mundial.

Ainda, é necessário compreender as desigualdades entre nações como expressão das desigualdades nos processos de acumulação e centralização do capital, aos quais os distintos capitais estão sujeito. Entende-se que a análise do desenvolvimento desigual perpassa pela análise do modo como as relações capital-trabalho se generalizam dentro das diferentes localidades. Nesse sentido, as diferentes regiões apresentam-se com características e oportunidades distintas para a acumulação do capital.

Com o objetivo de tratar tais questões o presente capítulo se divide em três seções. A primeira expõe algumas das teorias que colocam a questão da transferência de valor entre nações como fundamental ao problema do subdesenvolvimento. Serão abordados alguns aspectos centrais dessas, em especial a questão das diferenças salariais e de produtividade, os monopólios, a exploração entre nações e as saídas propostas por elas. Tal seção não objetiva uma revisão detalhada de todas as teorias que abordam o tema das trocas desiguais, mas sim estabelecer alguns pontos principais que caracterizam um corte teórico em relação à teoria clássico-marxista das vantagens absolutas. Dessa forma optou-se por tratar brevemente tais questões em Emmanuel (1973), dada a importância de sua obra e o grande debate que se estabeleceu ao redor dela; Amim (1976, 2012), devido à proximidade teórica que mantém com outros autores já tratados nesse trabalho, como Sweezy e Baran (1968) e que assim complementa a teoria do capital monopolista com a questão das trocas desiguais; e Marini (1973) dado que em sua teoria reúne importantes elementos do pensamento político-econômico latino-americano, aliado a um referencial teórico marxista. A segunda seção trata da exposição acerca da transferência de valor no mercado internacional a partir da teoria das vantagens absolutas, além de uma melhor precisão em relação ao grau de exploração e geração de valor em países com distintos graus de desenvolvimento. Na terceira seção aborda-se o subdesenvolvimento como reflexo do modo como se desenvolvem as relações de produção nas diferentes nações. Nesse sentido, a partir de Weeks (1998, 1999), entende-se que o desenvolvimento desigual possui fatores primários e secundários, e deve ser entendido a partir de seus movimentos de divergência e de convergência. Também ali se afirma a necessidade de se tratar tal fenômeno a partir da perspectiva dos diferentes capitais que se instalam nas diferentes regiões e como esses capitais estão sujeitos a um processo concorrencial que se traduz em um desenvolvimento desigual das forças produtivas. A partir disso será tratada a necessidade de se restabelecer a noção de exploração entre classes, e como essa adquiri um caráter internacional conforme o capital aprofunda sua atuação nessa esfera.

4.1 Trocas desiguais e subdesenvolvimento

Desde Prebisch (1949), com seu estudo acerca da deterioração dos termos de troca, o comércio internacional entre periferia e centro foi identificado como o grande fator de manutenção do subdesenvolvimento. A partir de tal estudo, e dentro do campo marxista, inúmeros autores passaram a analisar o fenômeno das trocas internacionais e apontar que essa é caracterizada por uma constante transferência de valor dos países atrasados para os países avançados. Esse processo teria como resultado a diminuição na capacidade de investimento nessas economias atrasadas, enquanto alimentaria o crescimento econômico dos países centrais, gerando, de acordo com Frank (1970), um verdadeiro ciclo vicioso de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Segundo Brewer (1990, p.164), ao referi-se ao trabalho desse autor:

The ‘development of underdevelopment’ occurs because the world capitalist system is characterized by a metropolis–satellite structure. The metropolis exploits the satellite, surplus is concentrated in the metropolis, and the satellite is cut off from potential investment funds, so its growth is slowed down. More important, the satellite is reduced to a state of dependence which creates a local ruling class with an interest in perpetuating underdevelopment, a ‘lumpenbourgeoisie’ which follows a ‘policy of underdevelopment’.³⁷

Apesar de divergências em várias frentes, percebe-se que os autores que seguem tal linha de análise colocam que existem diferenças no modo como se estabelecem os preços das mercadorias exportáveis nos países atrasados e nos países avançados. Suas distintas características, como diferenças salariais, de produtividade ou mesmo fatores extra-econômicos, determinam que os preços se estabeleçam de forma a proporcionar uma extração de mais-valia por parte dos países centrais. Na sequência veremos mais de perto como se dá tal processo nos trabalhos dos autores acima mencionados.

Ao tratar das trocas desiguais, Emmanuel inicia seu trabalho apontando para o que identifica ser o principal suposto da teoria das vantagens comparativas de Ricardo, a imobilidade do capital. Segundo ele, a superação de tal imobilidade gera a possibilidade do capital explorar as mais diversas áreas, se aproveitando dos benefícios de cada uma delas. Nesse sentido, considera que os diferenciais de custos de implantação de uma planta produtiva

³⁷ O "desenvolvimento do subdesenvolvimento" ocorre porque o sistema capitalista mundial é caracterizado por uma estrutura metrópole-satélite. A metrópole explora o satélite, o excedente é concentrado na metrópole, e o satélite é privado de fundos de investimento em potencial, por isso, seu crescimento é retardado. Mais importante, o satélite é reduzido a um estado de dependência que cria uma classe dominante local com interesse em perpetuar o subdesenvolvimento, a 'lumpenburguesia' que segue uma "política de subdesenvolvimento". (tradução nossa)

tendem a igualar-se nas distintas regiões, sendo que os diferenciais de salários aparecem como o fator central de atração dos capitais. São esses diferenciais, aliados a uma tendência global de equalização das taxas de lucro, que estão na base da extração da mais-valia produzida na periferia por parte dos países avançados. De acordo com o autor, não são as características específicas dos produtos produzidos nos países atrasados – produtos primários com baixa elasticidade-preço – que determinam o comportamento de seus preços e a deterioração dos termos de troca, mas sim o fato dessas mercadorias serem produzidas em países de baixos salários enquanto as dos países centrais são produzidas com altos salários.

Num primeiro momento os países centrais, dado seus altos salários e alta composição orgânica do capital, apresentam baixas taxas de lucro. Nos países periféricos, por outro lado, o baixo desenvolvimento das forças produtivas e os baixos salários conferem a esses países uma maior produção de mais-valia e uma maior taxa de lucro³⁸. O capital se move em direção a essas regiões em busca dessa maior lucratividade, iniciando uma tendência mundial de equalização dessas taxas. Caso o capital fosse imóvel internacionalmente, as altas taxas de lucro na periferia levariam a um aumento nos preços de produção das mercadorias desses países, e dessa forma não haveriam trocas desiguais. No entanto, como os capitais estrangeiros migram de seus países de origem, conseguem, a partir da exploração dos países atrasados, contrabalancear a queda em suas taxas de lucro, e garantir altos salários para sua classe trabalhadora. Aliado a isso, esses capitais estrangeiros, dada a menor taxa de lucro vigente em seus países de origem, ao migrarem para os países atrasados, se sujeitam a uma remuneração menor de seus capitais do que aquela até então auferida pelos capitalistas locais. Tal fato contribui para que os capitais internacionais se sobreponham aos capitais dessas nações atrasadas. Por tal motivo, apesar da possibilidade de maiores taxas de lucro nesses países, o que poderia se traduzir em uma maior capacidade de investimento na periferia e assim uma diminuição das brechas entre as nações, a mobilidade internacional do capital faz com que o processo de desenvolvimento seja marcadamente desigual. Diferenças salariais e perequação das taxas de lucro estão, portanto, na base das trocas desiguais. Segundo Emmanuel (1976, p. 122):

Para além de toda e qualquer alteração de preços resultante de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de

³⁸ Para Emmanuel (1976) o salário aparece como variável independente do modelo. Seguindo Marx ele trata dos elementos históricos e morais na determinação dos salários, mostrando que se esses elementos tendem a convergir dentro de um mesmo país, porém não guardam relação direta na esfera internacional. Dessa forma, afirma ele “os salários não são o efeitos, mas a causa dos preços, enquanto que os lucros são determinados pela taxa geral média”. (Emmanuel, 1976, p. 145).

equilíbrio que se estabelece em virtude da perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais-valia “institucionalmente” diferentes – significando o termo institucionalmente que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado dos fatores e são independentes dos preços relativos.

Uma grande contribuição de tal autor, nesses termos, é tratar o funcionamento dos mecanismos concorrenciais na esfera internacional da mesma maneira que na esfera nacional. Nesse sentido os preços de produção tendem a formar-se mundialmente, com a particularidade de uma não equalização dos salários. O resultado da formação de preços de produção com taxas desiguais de salários, segundo ele, é que, apesar de as mercadorias dos países periféricos conterem uma maior quantidade total de trabalho vivo, a parte variável do capital total adiantado é menor, de forma que essa quantidade maior de trabalho vivo se expressa em um preço de produção menor, fazendo com que nas trocas internacionais a periferia troque mais trabalho por menos trabalho. O exemplo abaixo, retirado de Howard; King (1992, p. 190-191) ilustra esse movimento.

Considerando-se dois países A e B, o primeiro produz 30 carros utilizando 720 dias de trabalho direto e indireto, expressos em \$600,00, e o segundo 30 toneladas de chá com 480 dias de trabalho, também direto e indireto, expressos em \$300,00. Ambos os capitais apresentam a mesma composição orgânica, igual a 4, porém os salários são menores em B, de forma que a mais-valia nesse país é de 300% enquanto em A é de 100%. A tabela abaixo ilustra esse cenário:

Tabela 6: Preços de produção sem mobilidade internacional de capital

País	Capital constante (\$)	Capital Variável (\$)	Mais-valia (\$)	Valor Total (\$)	Valor por Unidade de Produto (\$)
A	480	120	120	720	720/30 = 24
B	240	60	180	480	480/30 = 16

Fonte: Elaboração própria a partir de Howard;King (1992)

Em situação de imobilidade do capital na esfera internacional, o país A apresentaria uma taxa de lucro igual a 20% (120/600), enquanto que a taxa de lucro para o país B seria de 60% (180/300). No entanto, dado que o capital se move dos locais de menor lucratividade para os de maior, a taxa de lucro tende a se igualar entre esses dois locais. A nova taxa de lucro que se estabelece para ambos é de 33,33% (300/900), dada pela divisão entre a mais-valia criada e o capital total adiantado, em ambos os países. Com a equalização das taxas de

lucro se formam os preços de produção, sendo que para os carros produzidos em A, esses são iguais a \$800,00 e para o chá produzido no país B, iguais a \$400,00, como na tabela abaixo:

Tabela 7: Preços de produção com mobilidade internacional de capital

País	Preços de custo (c + v)	Lucros r(c + v)	Preços de Produção (1 + r)(c + v)	Preços por unidade de produto
A	600	200	800	$800/30 = 80/3$
B	300	100	400	$400/30 = 40/4$

Fonte: Elaboração própria a partir de Howard;King (1992)

De acordo com o exemplo dos autores, o país A importa 6 toneladas de chá a um preço de $6 \times 40/3 = \$80,00$, de forma que o país B, para não incorrer em déficits, poderá importar 3 carros, também a $3 \times 80/3 = \$80,00$. Ocorre, no entanto que o valor trabalho das importações do país B (carros) é igual a $3 \times 24 = \$72,00$, enquanto o valor trabalho de suas exportações (chá) é de $6 \times 16 = \$96,00$. Estabelece-se dessa forma um intercâmbio desigual em prejuízo do país B, de forma que “of the 60 days of surplus labour performed in the poor country only 36 remain there, the other 24 being transferred to the rich country in the course of trade” (HOWARD; KING, 1992, p. 191).

O fator principal da transferência de valor não está, assim, nas diferentes composições orgânicas do capital. Emmanuel conclui que as trocas dadas em condições de iguais salários e distintas composições orgânicas, com a formação dos preços de produção, são características do modo de produção capitalista e por isso não podem ser consideradas como trocas desiguais. Ainda, como os fluxos de capitais fazem com que mesmo nos países atrasados o setor exportador opere com elevada produtividade, as transferências devem prover necessariamente das desigualdades nas remunerações da classe trabalhadora.

Os altos salários no centro, por sua vez, conferem um duplo benefício às nações desenvolvidas. Por um lado favorecem a demanda interna e alimentam o investimento produtivo nesses locais, por outro lado dinamizam o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que altos salários estão correlacionados com progresso técnico. Essa maior dinamicidade no centro faz com que, mesmo quando empresas filiais ou parte dos processos produtivos das empresas desses países se desloquem para a periferia, novos ramos produtivos sejam criados no centro, de forma a alimentar o processo desigual de desenvolvimento.

Para o autor o resultado das trocas desiguais é o rompimento da solidariedade da classe trabalhadora a nível mundial. Como essa transferência de valor se opera dos países

atrasados para os centrais, favorece que parte seja apropriado pela classe trabalhadora das nações avançadas, que tenderiam a abandonar a luta em favor de uma nova forma de organização social. Esta classe, pelo contrário, concentraria seus esforços na busca pela manutenção e aumento de seus salários, o que alimentaria a brecha salarial entre os países e aceleraria ainda mais as trocas desiguais (EMMANUEL, 1976 p. 247). Uma equiparação dos salários entre os dois grupos de países seria o único caminho para o fim desse tipo de intercâmbio. Dada a dificuldade para que isso venha a ocorrer, o autor aponta para saídas que amenizem as trocas desiguais e façam com que a mais-valia permaneça nos países atrasados. Uma saída seria uma maior taxa dos produtos exportáveis, porém essa poderia gerar retaliações que reverteriam os benefícios. A segunda é a diversificação produtiva, principalmente na forma de substituição de importações, de forma a fazer com que as economias atrasadas passem a depender menos do comércio internacional (EMMANUEL, 1976, p.349).

Amim (1976), por sua vez, parte da exposição de Emmanuel e procura adicionar certos apontamentos à questão das trocas desiguais. Segundo ele, esse é um tema posterior aos escritos de Marx, dado que se torna relevante apenas após 1880, quando o capitalismo entra em sua fase monopolista. Essa mudança qualitativa no funcionamento do modo de produção capitalista teria feito com que o processo visto até esse momento, onde os ganhos de produtividade se refletiam em queda nos preços, tomasse um rumo contrário. Dessa forma, com o estabelecimento dos monopólios, o que se assiste é que o progresso técnico se traduz em um movimento de alta dos preços e principalmente das rendas. Segundo ele:

[a formação dos monopólios] É o que explica que ao longo de todo século XIX o progresso técnico se tenha traduzido pela baixa dos preços enquanto que depois de 1880-1890 se assiste à alta contínua dos preços e à alta mais rápida das rendas (salários e lucros) os quais traduzem o progresso. O monopólio torna a alta dos salários possíveis, pois que a concorrência daí em diante não se baseia mais nos preços; assim se explica que a deterioração dos termos de troca tenha aparecido para os países subdesenvolvidos com o nascimento dos monopólios, o imperialismo e a “aristocracia operária”. (AMIM, 1976, p. 142)

Amim concorda dessa forma com Emmanuel, ao apontar que o problema da deterioração dos termos de troca não está dado pelos tipos distintos de mercadorias que se produzem nos países centrais e periféricos, mas sim pela estrutura dos capitais que são distintas em cada região. Nos países centrais o modo de produção capitalista tenderia a generalizar-se mais rapidamente, absorvendo as relações pré-capitalistas, gerando um desenvolvimento mais acelerado. Na periferia, por outro lado, o desenvolvimento seria

bloqueado pelos capitais mais avançados do centro, o que se refletiria em uma permanência de relações de pré-capitalistas (BREWER, 1990, p. 199). Dessa forma, nos países atrasados os capitais ainda estariam sujeitos ao processo concorrencial, ou mesmo submetidos a outras relações de produção, de modo que o comportamento de seus preços apresentaria tendências à queda. Nos países centrais, graças à estrutura monopolista, os ganhos de produtividade não seriam transmitidos aos preços das mercadorias. O resultado das trocas desiguais, assim como para Emmanuel, se daria na forma de aumentos das rendas no centro, gerando ganhos mesmo para a classe trabalhadora desses países.

De acordo com o autor, a formação dos monopólios não apenas favorece as trocas desiguais, mas também permite que esses se expandam mundialmente. Nesse sentido a exportação de capitais e a instalação desses na periferia levam a um processo mundial de equalização das taxas de lucro, “a qual constitui a essência da troca desigual” (AMIM, 1976, p. 152). Essa exportação de capitais não modifica, no entanto, o papel da periferia na transferência de valor. Mesmo que esses capitais resultem em uma diversificação produtiva, essa continua cumprindo seu papel de fornecer aquelas mercadorias necessárias aos países centrais. Segundo Amim, a própria exportação de capitais é um meio de “impor à periferia essas produções necessárias ao centro” (AMIM, 1976, p. 152). Dessa forma os capitais desses países centrais se vêm duplamente beneficiados. Em primeiro lugar, porque podem se apropriar das maiores taxas de lucro, típicas dos países atrasados. Em segundo lugar, têm barateadas tanto as matérias primas e bens semi-acabados que necessitam, como acesso a bens de consumo mais baratos para a classe trabalhadora.

As diferenças no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista nessas diferentes regiões geram ainda uma segunda distorção. Enquanto nos países centrais o desenvolvimento é caracteristicamente autocentrado, ou seja, governado por sua própria dinâmica interna, nas economias periféricas ele se dá basicamente voltado para fora. A relação entre os departamentos produtores de meios de produção e os produtores de meios de consumo se estabelece de forma plena nos países desenvolvidos, enquanto que nos atrasados essa relação é débil, tornando esses países dependentes do progresso técnico do centro. Esses fatores, que se traduzem em uma falta de estímulos internos para o desenvolvimento econômico periférico, fazem com que os salários nos países atrasados apareçam apenas como custos e não como componentes de demanda (AMIM, 1976, p. 163). Aliado a isso, o autor coloca que enquanto nos países centrais a maior parte dos rendimentos da classe dominante são lucros, nos países periféricos esses rendimentos aparecem principalmente na forma de rendas fundiárias. Esse fator, aliado à atrofia dos setores produtores de bens de produção nas

economias atrasadas, faz com que, diferentemente do que ocorre nos países centrais, o aumento dos ganhos da classe dominante não se traduza em investimentos produtivos e assim em uma absorção maior de força de trabalho³⁹. Os salários tenderiam, assim, a apresentar dinâmicas distintas e persistentes entre os dois grupos de países, favorecendo que as trocas desiguais se efetuem mesmo com diversificação produtiva.

Um terceiro grupo de autores, que identificam as trocas desiguais como a característica fundamental da relação comercial entre países avançados e atrasados, são os da chamada teoria marxista da dependência. Segundo eles o mundo capitalista é marcado por uma estrutura centro-periferia, onde os países centrais exploram os países atrasados e se apropriam da mais-valia gerada nesses. Estabelecem-se entre esses dois grupos de países uma relação de monopólio em favor dos primeiros. Enquanto um centro ou metrópole explora várias regiões, uma periferia geralmente mantém relações apenas com um centro, ou mesmo os países centrais entram mais facilmente em conluio, de modo que podem impor os termos de troca para as regiões subdesenvolvidas (BREWER, 1990, p. 165). Pesa para o estabelecimento dessas relações as condições da inserção da periferia na economia mundial, principalmente da América Latina, que se deu num período em que nos países centrais ocorria a passagem para um desenvolvimento capitalista baseado na mais-valia relativa. Segundo Marini (1973, p. 4):

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidade de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema a que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

³⁹ Segundo Amim (1976, p. 170): “É que, nas formações do capitalismo central, o rendimento dominante é o lucro capitalista, enquanto que, nas do capitalismo periférico, é muitas vezes o rendimento do proprietário fundiário, classe dominante beneficiária da integração no mercado internacional. Numa economia capitalista, os lucros constituem a renda elástica que mais responde às variações da conjuntura. Os lucros excepcionais realizados em períodos de prosperidade são reinvestidos. A liberação de mão-de-obra devida ao progresso é parcialmente compensada pela necessidade suplementar de mão-de-obra para a produção de bens de equipamento. Parcialmente, apenas, dado que o empresário não tem interesse em introduzir uma inovação a não ser que a economia de mão-de-obra seja superior ao dispêndio suplementar de capital. Numa economia agrária integrada no mercado internacional, não é assim. Os rendimentos dos proprietários fundiários, que se elevam em fase de prosperidade, não são investidos, mas gastos (e em grande parte despendidos em bens importados). O progresso na produtividade agrícola não é compensado, mesmo parcialmente, por uma demanda crescente por mão-de-obra para a fabricação de bens de equipamento. [...]. O excedente da oferta de mão-de-obra é portanto relativamente muito maior.”

Nos países centrais, por sua vez, esse aumento de produtividade faz com que se eleve a parte constante de seus capitais, ocasionando um aumento em sua composição orgânica. Mesmo com o aumento da mais-valia relativa nesses países, o capital total adiantado cresce mais que proporcionalmente ao aumento da mais-valia, ocasionando uma tendência à queda nas taxas de lucro dos países centrais. Nesse sentido os países periféricos, como fornecedores de matérias-primas, têm um papel fundamental na superação de tais obstáculos à expansão do capital, uma vez que reduções nos preços dessas mercadorias aparecem como contra tendência à queda nas taxas de lucro. Nesse ponto Marini vê a necessidade de se identificar as causas que levam a um processo contínuo de deterioração dos termos de troca em prejuízo da periferia e porque essa deterioração não leva a um desestímulo à participação desses países nas trocas internacionais. Esse processo de deterioração dos termos de troca está ligado, por sua vez, à forma como se estabelecem os preços dos produtos exportáveis no centro e na periferia, e conteria um mecanismo intrínseco de transferência de valor.

Marini (1973) ao tratar acerca dos mecanismos de transferência de valor percebe que essa pode ter tanto uma direção intra quanto intersetorial. Em sua primeira forma as transferências tendem a ocorrer entre nações concorrentes, produtoras de um mesmo tipo de bem, de modo que se dão entre economias industriais avançadas ou entre economias produtoras de produtos primários. Nas relações entre centro-periferia, no entanto, são as transferências intersetoriais que caracterizam as trocas. As nações avançadas, por produzirem uma classe de mercadoria que os países atrasados não são capazes produzir, têm a capacidade de determinar seus preços de forma a estabelecer uma constante troca desigual. Pode-se compreender que diferentemente das trocas intrasetoriais entre nações avançadas, que por serem dinâmicas apresentam constantes fluxos e refluxos na transferência de valor, no caso das relações entre países de diferentes graus de desenvolvimento a transferência se dá de maneira contínua e ininterrupta em favor das economias avançadas. O resultado desse processo é que a classe capitalista dos países periféricos fica privada de uma parte da mais-valia gerada internamente, o que se traduz em uma queda em suas taxas de lucro.

Os capitalistas dos países periféricos, para compensar suas perdas, atuam no sentido de aumentar a massa de valor realizado no mercado internacional, o que se traduz em um aumento no grau de exploração da classe trabalhadora dessas regiões. Nesse sentido, conforme se aprofundam as brechas nos preços das mercadorias exportáveis das nações desenvolvidas, os mecanismos de compensação que a classe capitalista lança mão fazem com que a oferta de bens primários dessas nações no mercado internacional aumente conjuntamente. A superexploração da classe trabalhadora, que se dá nessas regiões atrasadas

como forma de compensação às perdas da classe capitalista, impede, por sua vez, a formação de um mercado interno que dinamize a economia, de modo que se aprofunda a dependência dessas nações em relação ao mercado externo. O comércio internacional significa assim, para as economias atrasadas, uma drenagem constante de sua renda interna.

Nesse sentido, segundo a teoria marxista da dependência, o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países subdesenvolvidos e na América Latina em especial, se transforma em desenvolvimento econômico no centro, baseado na mais-valia relativa, no progresso técnico e na dinâmica interna. Nos países atrasados, por outro lado, esse se transforma em seu oposto, no desenvolvimento do subdesenvolvimento, que tem como característica a produção baseada na mais-valia absoluta, estagnação econômica, falta de progresso técnico, dependência dos mercados consumidores dos países centrais e de suas inovações tecnológicas, etc.

Tem-se assim, que de acordo com as teorias tratadas acima, as trocas internacionais e a forma de inserção das economias periféricas na economia mundial estão na base da manutenção de sua condição de baixo desenvolvimento. Essa condição tenderia a perpetuar-se mesmo com os fluxos de capitais do centro, dado que esses se direcionam até periferia com a intenção de reverter os obstáculos à acumulação de capital existente em seus países. Nesse sentido não inauguram nessas regiões atrasadas um padrão de desenvolvimento econômico como em seus locais de origem, mas se instalam ali justamente para aproveitar as diferenças existentes, principalmente nas remunerações da classe trabalhadora, de forma a aprofundar o desenvolvimento desigual. Esse movimento também priva os países atrasados da possibilidade de investimento, em especial de internalizar o desenvolvimento de progresso técnico, o que relega a uma industrialização que se mantém sempre um passo atrás daquela vista no centro.

Para tais autores, e isso é marcadamente forte em Emmanuel⁴⁰, a relação de exploração entre centro-periferia torna-se central, se sobrepondo à exploração capital-trabalho. Apesar de nem todos concordarem na exploração, mesmo que indireta, da classe trabalhadora dos países

⁴⁰ Segundo Howard e King (1992, p. 192): “ Finally, and by far the most important, he (EMMANUEL) attacks the notion of international working class solidarity and replaces the class struggle with conflict between rich and poor countries as the central divide in world capitalism. As the chief beneficiaries of unequal exchange, workers in the advanced countries no longer have a common interest with those in backward areas, upon whose continued exploitation their own high living standard depend.” “Finalmente, e de longe o mais importante, ele (EMMANUEL) ataca a noção de solidariedade internacional da classe trabalhadora e substitui a luta de classes com o conflito entre países ricos e pobres como a divisão central no capitalismo mundial. Como os principais beneficiários do intercâmbio desigual, os trabalhadores nos países avançados já não têm um interesse comum com aqueles em regiões pouco desenvolvidas, sobre cuja exploração continuada seu próprio padrão de vida elevado dependem.” (tradução nossa)

centrais sobre essa mesma classe dos países periféricos, percebem que no centro se torna possível um desenvolvimento capitalista com distribuição de renda. Dessa forma, mesmo que não eliminada, a exploração da classe trabalhadora dos países centrais estaria bastante diminuída. Essa relação entre nações que se estabelece, e os diferentes graus de exploração existentes, limitariam a possibilidade de uma luta internacional da classe trabalhadora, e essa se tornaria quase que exclusivamente uma luta nacional. Tal luta surgiria da impossibilidade de desenvolvimento econômico capitalista na periferia e não da exploração e das contradições intrínsecas desse modo de produção.

Outro fator em comum em tais autores é a consideração da transferência de valor entre centro e periferia como um processo preferencialmente intersetorial. Dessa forma a periferia deve necessariamente especializar-se em setores distintos daqueles existentes nos países centrais. Ocorre, porém que, caso algumas empresas de setores típicos dos países centrais se instalassem na periferia, e fossem capazes de produzir com um custo de produção menor que o custo médio do setor, obteriam um lucro extraordinário e assim teriam transferida para elas, dado o processo intrasetorial de concorrência, parte da mais-valia produzida pelas empresas concorrentes dos países centrais. Mesmo com tais autores considerando que os fluxos internacionais de capital tendem a fazer com que os custos de instalação de uma planta produtiva se aproximem nas distintas regiões, o que torna esse movimento extremamente factível, essa transferência intrasetorial de valor na esfera internacional não é desenvolvida por eles. Nesse sentido, a relação estabelecida entre transferência de valor e subdesenvolvimento deve assentar-se em uma ampla especialização produtiva entre centro e periferia. Para explicar tal relação os autores recorrem à ação do capital estrangeiro nesses locais, que se instalariam nos países atrasados com o objetivo de produzir de maneira mais barata aquelas mercadorias que servem de matérias-primas ou bens intermediários para a produção em seus locais de origem⁴¹. Nesse sentido os setores mais avançados das economias centrais ficariam restritos a esses países e sua internacionalização rumo a periferia estaria bloqueada

Como veremos na próxima seção, a teoria das vantagens absolutas faz importantes considerações acerca do processo de transferência de valor em escala internacional. Em primeiro lugar, essa considera que esses fluxos podem assumir distintas direções, dado que

⁴¹ É recorrente no texto de Marini (1973) a ideia de que os países periféricos, em especial os da América latina, cumprem uma função estabelecida no comércio internacional. Essa função estaria relacionada ao suprimento das mercadorias necessárias ao processo de acumulação nos países centrais. Segundo ele (Marino, 1973, p. 13): “A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.”

não possuem apenas uma fonte de origem. Coloca também que as diferenças na produção do valor em nível internacional devem considerar não apenas a jornada de trabalho, mas também a intensidade, a produtividade e o grau de complexidade desse, de forma que a maior mais-valia produzida não necessariamente deva se localizar em países de baixos salários. Tais precisões feitas pela teoria das vantagens absolutas questionam, dessa forma, a relação direta entre transferência de valor e subdesenvolvimento.

4.2 Transferência de valor e vantagens absolutas

Como visto na seção anterior, as teorias marxistas que tratam as trocas internacionais entre países de diferentes graus de desenvolvimento percebem os fluxos internacionais de capitais, principalmente na forma de investimentos direto externos, como estando na base da permanência de uma estrutura produtiva distinta entre esses locais. De acordo com tais teorias, o resultado desses fluxos é manter um processo contínuo de trocas desiguais e transferências de valor. Essas transferências de caráter intersetorial assumem, por sua vez, uma direção específica entre nações. Pesa nesse sentido a profunda especialização produtiva suposta por tais autores, além da ação do investimento externo que tende a manter amplas diferenças salariais entre as nações. A teoria das vantagens absolutas, por outro lado, procura precisar melhor tanto os fatores que desencadeiam esses fluxos de investimentos diretos quanto os mecanismos de transferências de valor a que dão origem.

Historicamente o capital mercantil é o primeiro que circula na esfera internacional. Nessa fase inicial do modo de produção capitalista, a possibilidade dos países de colocarem suas mercadorias no mercado internacional está limitada pelas condições internas de cada um deles. Os capitais dos países onde o desenvolvimento das forças produtivas deu-se de maneira mais rápida e que, portanto detiveram vantagens absolutas em uma variedade maior de mercadorias, dominaram as trocas internacionais, de modo que os capitais dos países atrasados apenas comercializavam mercadorias de difícil ou mesmo impossível produção nas nações avançadas. Esse padrão de comércio gerou um processo acelerado de acumulação e centralização dos capitais nos países centrais, enquanto relegou aos capitais dos países atrasados diminutas possibilidades de investimento⁴². O processo desigual de acumulação do capital criou, assim, as condições para que aqueles capitais situados nos locais de

⁴² Como os capitais dos países avançados dominam os setores produtivos daquelas mercadorias consumidas em ambas as nações, para os capitais dos países atrasados restariam poucos setores para investirem seus capitais, esses tendem, portanto, a concentrar-se naquelas atividades que estão ligadas a características naturais e específicas de seus países.

desenvolvimento mais acelerado se expandissem internacionalmente. A internacionalização do capital mercantil passa a dar lugar à internacionalização do capital industrial em cada uma de suas distintas formas.

Como visto no capítulo I desse trabalho, o capital se move intra e intersetorialmente de modo a reduzir os custos de produção e atuar nos setores de maior lucratividade. Esses movimentos que ocorrem na esfera nacional passam a dominar também a esfera internacional, conforme o capital se expande mundialmente. Os países, por sua vez, apresentam-se ao capital com diferentes oportunidades de custos de produção, esses alimentam o surgimento de diferenciais de lucratividade que desencadeiam os fluxos internacionais de capital. Ao mesmo tempo, portanto, em que esses movimentos aceleram os mecanismos que fazem a taxa de lucro se desviar da média, aceleram os fluxos que fazem com que essa taxa tenda a esse patamar. Ainda, o declínio das taxas de lucro, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, surge como importante incentivo à exportação de capital para outros setores e regiões. É em favor dessas possibilidades de valorização que o capital se move na esfera internacional.

Ocorre, no entanto, que as diferenças no desenvolvimento das forças produtivas dos capitais dos distintos países fazem com que aqueles localizados nos países avançados dominem o processo concorrencial e os fluxos de capitais nessa esfera. Esses capitais, dado o domínio de técnicas mais avançadas e maior magnitude, acabam por se sobrepor aos capitais locais das regiões atrasadas. Na aparência a concorrência se torna um fenômeno entre nações, mas como visto, todo capital compete entre si. Dessa forma esses capitais que se direcionam às nações atrasadas geram também consequências aos demais capitais em seu país de origem. Esses movimentos também desencadeiam tendências de especialização e diversificação produtiva, de forma que as diferenças intrasetoriais de produtividade também refletem as diferenças de localização da produção. Os capitais nas nações desenvolvidas, ao encontrarem possibilidades de valorização nas atividades típicas dos países atrasados, irão se direcionar a tais locais. Essas atividades podem atrair os capitais tanto por apresentarem uma maior taxa de lucro quanto pela possibilidade desses de implantarem novas técnicas e produzirem com um custo menor que o custo médio. Esse movimento impulsiona a especialização produtiva entre distintas nações e favorece os movimentos intersetoriais de transferência de valor. Por outro lado, na medida em que as nações oferecem oportunidades de custos distintas aos capitais, outros ramos produtivos tornam-se viáveis de internacionalização. Mesmo atividades estritamente nacionais passam a ser alvo do capital externo e podem ter seu mercado expandido na esfera internacional. Assim como nacionalmente em um mesmo setor atuam empresas com distintas produtividades, a internacionalização fará com que distintas empresas

de distintas produtividades, em um mesmo setor, se localizem em diferentes países. Esse fator colabora para uma transferência intrasetorial de valor. Essas transferências, apesar de aparecerem como transferências entre países, nada mais são do que o resultado do processo concorrencial entre capitais de distintas produtividades e composições orgânicas (SHAIKH, 1991a, p. 217-218).

Tem-se assim que a internacionalização do capital favorece dois movimentos de transferência de valor, fruto das duas formas que a concorrência entre capitais assume, e que facilmente podem apresentar direções opostas. Ainda, os investimentos externos geram o que Shaikh (1991a, p. 208) identifica como uma “estructura típicamente dualista de las exportaciones de los países capitalistas subdesarrollados”. Essa estrutura se caracteriza pela existência conjunta de setores modernos com elevada produtividade e composição orgânica, e setores mais atrasados com baixo grau de desenvolvimento tecnológico. As transferências de valor têm, assim, tal estrutura como base, o que fortalece a necessidade de se compreender esse fenômeno a partir dos diferentes capitais que atuam internacionalmente e não a partir das diferentes nações.

A partir do exemplo de Carchedi (1991, p. 243-246) pode-se demonstrar esses dois movimentos de transferência de valor, tratados acima. Tomando-se os capitais localizados em Itália e França, divididos em quatro setores (A, B, C e D), temos que as mercadorias dos ramos A e B são produzidas em ambos os países, enquanto que as dos ramos C e D são exclusividade de Itália e França, respectivamente. De acordo com os dados da tabela 4⁴³, a produção no ramo A, na Itália, apresenta uma maior composição orgânica, de forma que os capitais de produtividade modal nesse país serão também os capitais modais internacionalmente. Na França são os capitais do ramo B que apresentam uma maior composição orgânica e assim são seus capitais modais que regulam os preços de produção na esfera internacional. Enquanto na Itália uma nova tecnologia já foi implementada no ramo A, de modo que as empresas III desse setor (AIII) apresentam produtividade acima da média, na França a tecnologia mais avançada nesse setor à apenas a modal na Itália. O inverso ocorre na França para o ramo B, enquanto nesse país parte dos capitais aplicados nesse setor produzem com capacidade acima da média, na Itália a técnica mais avançada é apenas a modal na França. Pode-se dizer, assim, que a Itália detém uma vantagem absoluta na produção das mercadorias do ramo A e a França nas mercadorias do ramo B. Nos ramos C e D, apesar da diferente composição orgânica entre eles, essa não indica uma maior ou menor produtividade,

43 Tabela reproduzida de Carchedi (1991, p. 244)

dada a natureza distinta de suas mercadorias (CARCHEDI, 1991, p. 245). Temos, portanto os seguintes valores expostos na tabela 4, onde VI representa o valor individual produzido por cada unidade de capital, P é o produto por unidade de capital, VTR é o valor tendencialmente realizado por unidade de capital (valor realizado quando todas as mercadorias são vendidas pelos preços de produção dos produtores modais) e $VTR - V$ é a transferência de valor dada a formação dos preços de produção.

Tabela 4: Formação dos preços de produção na esfera internacional

Itália			
	Empresa I	Empresa II	Empresa III
Ramo A	Abaixo da Média	Modal	Acima da Média
VI	$75c + 25v + 25mv =$ 125	$80c + 20v + 20mv =$ 120	$85c + 15v + 15mv =$ 115
P (un)	90	100	110
VTR	112,85	125,4	137,92
$VTR - V$	-12,15	5,4	22,92
Ramo B	Abaixo a Média	Abaixo da Média	Modal
VI	$80c + 20v + 20mv =$ 120	$85c + 15v + 15mv =$ 115	$90c + 10v + 10mv =$ 110
P (un)	50	55	60
VTR	104,48	114,93	125,4
$VTR - V$	-15,52	-0,07	15,4
Ramo C	Abaixo da Média	Modal	Acima da Média
VI	$65c + 35v + 35mv =$ 135	$70c + 30v + 30mv =$ 130	$75c + 25v + 25mv =$ 125
P (un)	50	60	70
VTR	104,48	125,4	146,27
$VTR - V$	-30,52	-4,6	21, 27
França			
	Empresa I	Empresa II	Empresa III
Ramo A	Abaixo da Média	Abaixo da Média	Modal

VI	$70c + 30v + 30mv = 135$	$75c + 25v + 25mv = 125$	$80c + 20v + 20mv = 120$
P (un)	85	90	100
VTR	106,57	112,84	124,4
VTR – V	-23,43	-12,16	5,4
Ramo B	Abaixo da Média	Modal	Acima da Média
VI	$85c + 15v + 15mv = 115$	$90c + 10v + 10mv = 110$	$95c + 5v + 5mv = 105$
P (un)	55	60	70
VTR	114,93	125,4	146,27
VTR – V	-0,07	15,4	41,27
Ramo D	Abaixo da Média	Modal	Acima da Média
VI	$60c + 40v + 40mv = 140$	$65c + 35v + 35mv = 135$	$70c + 30v + 30mv = 130$
P (un)	120	130	140
VTR	115,73	125,4	135
VTR – V	-24,27	-9,6	5

Fonte: Carchedi (1991)

Assumindo o processo concorrencial, temos que os preços de produção nesse exemplo são regulados pelos capitais modais de cada setor e que a taxa de lucro tende a equalizar-se. O capital social total dos dois países em conjunto (D) é de \$1800,00, onde cada capital individual adianta uma quantidade igual a \$100,00. A produção total de mais-valia, considerando-se os dois países, é de \$ 405,00 de modo que obtemos a taxa média de lucro (MV/D) igual a $\$405/\$1800 = 22,5\%$. Dessa forma cada produtor modal tenderia a realizar um valor igual a \$122,5, para cada \$100,00 de capital adiantado. Dividindo esse valor pela quantidade de mercadorias que os capitais modais de cada setor produzem obtemos seus preços unitários de produção. No entanto, a partir desses cálculos o valor tendencialmente realizado (preços unitários em cada setor multiplicado pelo total de mercadorias vendidas) nesse exemplo seria de \$2154,00, enquanto que o valor produzido é de \$2205,00. Para corrigir essa disparidade, o autor aplica uma razão de distribuição dada por $\$2205/\$2154 = 1,0237$ e assim deriva os preços de produção ajustados por unidade de capital. Esses passam a ser iguais a $\$122,5 \times 1,0237 = \$125,4$ sendo, portanto a taxa média de lucro desse exemplo igual a 25,4%.

Todos os capitais modais realizarão um valor igual a \$125,4 por unidade de capital, de forma que apenas esses capitais se apropriam do lucro médio. Para cada setor os preços unitários de suas mercadorias serão iguais ao valor tendencialmente realizado pelos capitais modais dividido pela quantidade de mercadorias produzidas por esses capitais (VTR_{modal}/P_{modal}). Dado o processo intrasetorial de concorrência, esses preços unitários serão praticados tanto pelos capitais que produzem acima quanto abaixo da média, não importando o país em que se localizam. A composição orgânica média (C/V) desse exemplo é de 3,44, de modo que nenhum capital nele representado opera com composição igual a média. A distribuição da mais-valia nessa economia respeitará, assim, tanto as diferenças nas composições orgânicas de cada setor quanto as diferentes produtividades intrasetoriais. No caso dos capitais modais, aqueles que operam com uma composição acima da média estarão se apropriando de uma mais-valia maior que aquela produzida internamente, são os casos dos capitais AII e BIII na Itália e AIII e BII na França. O oposto ocorre com aqueles capitais modais que operam com composição abaixo da média, CII e DII, que realizarão uma mais-valia menor que a produzida por eles. No caso dos capitais não modais o mesmo não ocorre. Nesse sentido influi não apenas a composição orgânica desses capitais em relação à composição orgânica média dessa economia, como também sua posição em relação à produtividade das demais empresas que atuam no mesmo setor. Dessa forma, mesmo um capital individual com composição orgânica maior que a média, porém que apresente produtividade baixa em relação a seus concorrentes, poderá realizar uma mais-valia menor que a produzida internamente. Como se pode ver, por exemplo, os produtores representados por BII na Itália, apesar de apresentarem composição orgânica igual a 5,67, ou seja, acima da média, realizam uma mais-valia menor que a produzida por eles. As transferências líquidas de valor devem considerar, portanto, ambos os efeitos. Nota-se, ainda, que apesar de intrasetorialmente os capitais apresentarem divergências em suas taxas de lucro, como setores todos realizam o lucro médio. As transferências de valor respeitam, assim, tanto características intrasetoriais (produtividade), quanto intersetoriais (composição orgânica), segundo Shaikh (1991b, p. 209):

Las transferencias netas de valor involucradas son, no obstante, las resultantes de dos distintos tipos de transferencias: intra-industria, que dependen de las diferencias entre productores individuales y productores promedio dentro de la misma industria; e inter-industria, que dependen de diferencias en las composiciones orgánicas de los productores medios en diferentes industrias. Para cualquier conjunto individual de

capitales, definido, por ejemplo por su localización, nacionalidad o grado de desarrollo, la transferencia neta de plusvalía será la suma de los dos efectos.⁴⁴

Uma vez que esses dois efeitos, que operam simultaneamente, podem apresentar direções contrárias, a transferência líquida de valor pode ser zero, mesmo para um capital que opere em um setor de baixa composição orgânica, porém com elevada produtividade em relação a seus concorrentes. Como vimos na seção anterior, as teorias marxistas de comércio internacional, acima tratadas, não enfatizam as transferências intrasetoriais e colocam todo peso da transferência de valor no movimentos entre indústrias. Ainda, procuram demonstrar como os investimentos diretos externos alavancam esses mecanismos de transferência. Porém, se considerarmos a estrutura dual do setor exportador das economias atrasadas, como tratado por Shaikh, e esses dois movimentos de transferência de valor, é possível que um país atrasado apresente uma transferência de valor baixa ou mesmo nula. Ainda, uma vez que os investimentos direto externos contribuem para a formação de um setor moderno e altamente produtivo, principalmente naqueles ramos onde os países atrasados detêm vantagens absolutas, tais investimentos poderiam na verdade amenizar ou mesmo interromper as transferências líquidas de valor das regiões atrasadas para as avançadas.

Outro ponto central para as teorias marxistas tratadas na seção anterior são os efeitos dos diferenciais de salários entre as economias avançadas e atrasadas. Esses diferenciais, aliados a um processo global de equalização das taxas de lucro, formariam a base do processo de trocas desiguais. Pesa também nesse sentido a ampla especialização produtiva suposta por tais autores, de forma que a concorrência intra-indústrias se daria apenas entre países com um mesmo grau de desenvolvimento econômico. Ocorre, no entanto, que tais autores consideram o tempo de trabalho necessário e excedente apenas em sua diferença quantitativas e não em sua diferença qualitativas. Nesse sentido nível salarial e duração da jornada de trabalho seriam suficientes para demonstrar uma maior exploração e produção de valor nos países atrasados. Marx (1986, p. 145-46), por outro lado, coloca que:

Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho necessário para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre

⁴⁴ As transferências líquidas de valor envolvidas são, não obstante, as resultantes de dois tipos de transferências: intra-indústria, que dependem das diferenças entre produtores individuais e produtores médios dentro da mesma indústria; e inter-indústria, que dependem de diferenças nas composições orgânicas dos produtores médios em diferentes indústrias. Para qualquer conjunto individual de capitais, definido, por sua localização, nacionalidade ou grau de desenvolvimento, a transferência líquida de mais-valia seria a soma dos dois efeitos. (tradução nossa)

o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparando com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz pois, em tempo igual, mais valor; que se expressa em mais dinheiro.

Porém a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor.

Nesse sentido, o salário na esfera internacional, dentro da análise de Marx, não importa tanto em sua forma nominal, mas sim em relação ao total de valor que cria, ou seja, importa a relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Caso um país apresente elevada intensidade e produtividade do trabalho, de forma que esse conte como trabalho potenciado, mesmo com um nível maior de salário nominal a taxa de mais-valia nesse país pode ser maior que em países de baixos salários e extensas jornadas de trabalho⁴⁵. Apenas em condições de idênticas composições orgânicas e mesma produtividade, as diferenças nos níveis salariais na esfera internacional aparecem como sinônimo de diferenças no grau de exploração.

Bettelheim ainda argumenta que, como em alguns setores os investimentos diretos externos são capazes de gerar na periferia estruturas produtivas idênticas as do centro, os menores salários passam a significar, mesmo que momentaneamente, um lucro extraordinário a esses capitais (EMMANUEL, 1976, p. 43). Nesse sentido menores salários seriam responsáveis por uma transferência de valor em direção inversa àquela tratada pelas teorias marxistas tradicionais.

Shaikh (1991a, p. 211–213), por sua vez, trata tal questão de forma a demonstrar como os diferenciais de salários são condizente com uma taxa líquida de transferência intrasetorial de valor baixa ou mesmo nula. Em primeiro lugar o autor supõe que os países avançados

45 Segundo Marx (1986, p. 146): “Na medida em que a produção capitalista é desenvolvida num país, na mesma medida elevam-se aí também a intensidade e a produtividade nacional do trabalho acima do nível internacional. As diferentes quantidades de mercadorias da mesma espécie, que são produzidas em tempo igual de trabalho em diferentes países, têm, portanto, valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em somas diferentes de dinheiro conforme os valores internacionais. O valor relativo do dinheiro será portanto menor na nação em que o modo de produção capitalista é mais desenvolvido do que naquela em que é menos desenvolvido. Segue, portanto, que o salário nominal, o equivalente da força do trabalho expresso em dinheiro, será também mais alto na primeira nação que na segunda; o que de forma alguma significa que isso também é válido para o salário real, isto é, para os meios de subsistência colocados à disposição do trabalhador.

Porém, mesmo abstraindo essa diferença relativa do valor do dinheiro em diferentes países, será freqüentemente verificado que o salário diário, semanal etc. na primeira nação é mais alto que na segunda, enquanto o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto à mais-valia como ao valor do produto, na segunda nação é mais alto que na primeira.”

apresentam altos salários e altas taxas de mais-valia, enquanto as economias atrasadas aliam baixos salários com baixas taxas de mais-valia, sendo que tanto salário médio quanto taxa de mais-valia mundial são constantes no tempo. A partir disso, o autor coloca que, no caso das transferências de valor no interior de uma indústria:

Para cualquier capital individual un cambio en su tasa de plusvalía causado por un cambio en la tasa de salario alterará la división de la jornada de trabajo en tiempo de trabajo necesario y excedente. Pero esto no cambiará en sí misma la duración de la jornada de trabajo y, por lo tanto, no modificará el valor agregado por el trabajo vivo; tampoco cambia el valor transferido por este trabajo. Los cambios del salario, en otras palabras, modifican la rentabilidad de capitales individuales pero no su productividad; dejan intacta la estructura de los valores individuales y valores sociales. De esto se concluye que los diferenciales de salarios entre países no tienen ningún efecto en las transferencias de valor intra-industria ocasionada por la formación de valores sociales. (SHAIKH, 1991a, p. 211)⁴⁶

No caso das transferências intersetoriais de valor os diferenciais de salários, aliados a estrutura dualista das exportações dos países subdesenvolvidos, irão potencializar os dois fluxos de transferência de valor de modo que “es aún perfectamente posible obtener una transferencia neta de plusvalía igual a cero, entre países” (SHAIKH, 1991a, p. 212). Isso se dá, pois diferenças salariais, mesmo que não alterem a taxa média de lucro mundial, tendem a gerar efeitos opostos nas indústrias que compõe a estrutura dualista das exportações dos países subdesenvolvidos. Dentro de tal estrutura, os ramos modernos de alta composição orgânica desses países tendem a ser, também, os mais produtivos mundialmente, o oposto naqueles ramos de baixa composição, que participam das trocas internacionais. Em comparação com o salário médio mundial, os baixos salários do setor moderno dessas economias levam a uma diminuição ainda maior dos custos de produção, de forma que aumenta a apropriação de mais-valia por parte das empresas desses setores tanto pelo fato de sua maior composição orgânica quanto pelo menor custo de produção em relação a seus concorrentes. No caso dos setores de baixa composição orgânica e baixa produtividade os diferenciais de salários acabam por potencializar a transferência da mais-valia criada nesses. Shaikh (1991a, p. 213) conclui assim que:

⁴⁶ Para qualquer capital individual uma mudança na taxa de mais-valia causado por uma mudança na taxa de salário irá alterar a divisão da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e excedente. Mas isso por si só não vai mudar o comprimento do dia de trabalho e, portanto, não modifica o valor adicionado pelo trabalho vivo; não altera o valor transferido por este trabalho. Mudanças nos salários, em outras palavras, alterará a rentabilidade de capitais individuais, mas não a produtividade; deixará intacta a estrutura de valores individuais e valores sociais. A partir disso, conclui-se que as diferenças salariais entre os países não têm efeito sobre as transferências de valor intra-indústria causados pela formação de valores sociais. (tradução nossa)

Lo importante de todo esto es que el subdesarrollo de los países subdesarrollados no necesariamente implica una transferencia negativa de valor de su parte. Ello sólo sirve para subestimar la cuestión más importante de que el desarrollo desigual ocasionado por la competencia internacional yace en el centro de la cuestión, y no alguna transferencia de valor que pueda o no resultar de este desarrollo desigual.⁴⁷

Um terceiro mecanismo de transferência de valor via formação de preços se dá naquelas mercadorias sujeitas à formação de rendas, devido a alguma situação de monopólio. Essas rendas estão intimamente ligadas a grande parte da produção para exportação dos países subdesenvolvidos. Como visto no capítulo I, a formação de rendas de monopólio não estão sujeitas unicamente à produção agrícola e mineral, podendo também aparecer na produção industrial. Ocorre, no entanto, que como a produção industrial é muito mais passível de deslocamento do que a produção agrícola, as rendas nesse setor e as transferências de valor devido a elas também se deslocalizam conforme mude o local da produção. Dessa forma, mesmo que um capital de um país central obtenha rendas na produção industrial, se esse capital estiver aplicado em um país atrasado será em direção a esse país que ocorrerá uma transferência de valor via o preço de suas mercadorias. Se esse valor é depois retransferido ao capitalista do país central, esse processo não ocorrerá através do mecanismo de preços.

Os investimentos diretos externos podem ainda pesar de outra maneira em favor das transferências de valor via formação de rendas, para os países subdesenvolvidos. Nesse caso importa a diferenciação que Marx faz da renda diferencial de tipo I e a renda diferencial de tipo II. Se a primeira está relacionada ao investimento de um mesmo montante de capital em terras de distintas produtividades, a segunda tem sua origem da inversão de distintos montantes de capital sobre terras de mesma qualidade. Nesse sentido a renda diferencial de tipo II está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas na produção agrícola e mineral. Como os capitais estrangeiros dos países desenvolvidos tendem a possuir uma capacidade maior de investimento, uma vez que passam a agir nessas atividades típicas das regiões atrasadas elevam ali a produtividade através de um aumento em sua composição orgânica. Dessa forma alimentam o surgimento da renda diferencial de tipo II nesses locais, o que fomenta a transferência de valor via preços dessas mercadorias. Essas transferências são um caso especial das transferências intersetoriais de valor, mas que, dado sua origem distinta, devem ser considerados separadamente no tratamento das transferências líquidas de valor entre regiões.

⁴⁷ O importante de tudo isso é que o subdesenvolvimento dos países subdesenvolvidos não implica, necessariamente, uma transferência negativa de valor de sua parte. Isso só serve para subestimar a questão mais importante de que o desenvolvimento desigual causado pela concorrência internacional está no cerne da questão, e não uma transferência de valor que pode ou não resultar deste desenvolvimento desigual (tradução nossa).

O tratamento acerca dos inúmeros mecanismos de transferência de valor entre os capitais via preços, dado pela teoria clássica-marxista das vantagens absolutas, levanta assim, uma nova perspectiva a respeito da relação entre essas transferências e o subdesenvolvimento. Não busca, no entanto, fazer apologias à ação do capital estrangeiro nos países subdesenvolvidos. Como será visto na próxima seção os resultados desses fluxos são ambíguos tanto para as nações periféricas quanto para as nações centrais. Entende, por outro lado, que o aprofundamento do capital na esfera internacional, em todas suas formas, tende a fortalecer as contradições inerentes à relação capital-trabalho tanto nas economias avançadas quanto nas atrasadas. Os efeitos dessa internacionalização do capital tornam cada vez mais restritos a capacidade de explicação daquelas teorias que procuram entender o desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir da ação dos Estados e das nações e não o contrário. Essa visão acaba por distorcer as categorias marxistas, a ponto de em alguns casos propor o fim a exploração entre classes e torná-la um fenômeno entre nações, como proposto por Emmanuel (1976). Ainda, por colocar a nação como categoria central de análise, não é capaz de explicar a partir do movimento do capital e de sua busca por valorização, seus fluxos e refluxos. Utiliza, por exemplo, os diferenciais das taxas de lucro e dos custos de produção para explicar a vinda de investimentos direto externos para os países atrasados, mas não faz o mesmo para explicar a repatriação dos lucros aos países avançados e o maior nível de IDE entre eles. Coloca, assim, uma visão de que a internacionalização do capital inaugura um amplo processo de espoliação dos países atrasados pelos avançados.

A teoria das vantagens absolutas, por outro lado, procura recolocar que os fluxos de capitais devem ser entendidos a partir do processo concorrencial intrínseco à acumulação de capital. Esse processo é em si desigual e supõe que os capitais apresentarão dinâmicas distintas de desenvolvimento. Nas nações desenvolvidas, por exemplo, onde o desenvolvimento das forças produtivas encontra-se em estágio mais avançado, o decorrente aumento de produtividade pode significar uma capacidade maior das empresas e ramos que operam nesses locais de se desviarem da taxa de lucro média. Esse fator causaria, por sua vez, um fluxo de capitais que pode assumir a forma de remessas de lucros, transferência de capital, etc. Nesse sentido, o que aparece com um processo de espoliação entre nações é compreendido, na verdade, como a expressão mundial do processo de valorização do capital. Esse processo se dá, no entanto, dentro das condições materiais que variam nos distintos locais e assim desencadeiam tendências de convergência e divergência que se refletem em um amplo desenvolvimento desigual. Um desenvolvimento capitalista desigual que, no entanto, antes de ser desigual entre nações é desigual entre as distintas classes sociais que o compõe.

4.3 Considerações acerca do desenvolvimento desigual

Na seção anterior a relação direta propostas pelas teorias marxistas tradicionais entre transferência de valor e subdesenvolvimento foi questionada. Como alternativa se propôs que o capital se move em busca de produzir com menores custos e onde as taxas de lucro são maiores, nesse sentido seu motor não está na transferência de mais-valia. Mesmo setores que tendem a realizar um valor menor do que aquele produzido internamente podem ser alvos dos fluxos de capitais, na medida em que apresentem possibilidades atraentes de valorização ao capital. Ocorre, no entanto, que os setores produtivos detêm características e dinâmicas distintas e nesse sentido se desenvolvem de maneira desigual.

As nações, por sua vez, se apresentam ao capital como a base concreta de sua valorização. Condições internas específicas farão com que algumas atividades se desenvolvam em determinados locais enquanto outras fiquem impossibilitadas de se desenvolver nesses mesmos lugares. Fatores internos de cada nação determinarão, assim, distintas estruturas de custos para os vários ramos produtivos. Nos setores onde a composição orgânica é baixa, por exemplo, e o peso do salário é alto em relação ao capital adiantado, os países com baixos salários apresentarão vantagens à expansão dos capitais que operam nessas atividades. Conforme o capital aprofunda sua atuação na esfera internacional, irá se aproveitar dessas diferenças entre os espaços de valorização, desencadeando tendências de divergência e convergência. Segundo Weeks (1999, p. 2):

We explain divergence in terms of primary and secondary uneven development. Primary uneven development arises because of the more dynamic expansion of capitalist countries relatively to countries in which capitalism is incipient. This difference is inherent in the social relations of capital. Secondary uneven development occurs within the group of predominantly capitalist countries, due to competition and adoption of technical innovations within the social relations of capital. The former generates divergence; the latter exhibits a cyclical pattern of convergence and divergence, with convergence the long term tendency.⁴⁸

⁴⁸ Nós explicamos a divergência em termos de desenvolvimento desigual primário e secundário. Desenvolvimento desigual primário surge por causa da expansão mais dinâmica dos países capitalistas relativamente aos países em que o capitalismo é incipiente. Esta diferença é inerente às relações sociais do capital. Desenvolvimento desigual secundária ocorre dentro do grupo de países predominantemente capitalistas, devido à concorrência e adoção de inovações técnicas no âmbito das relações sociais de capital. O primeiro gera divergência; este último apresenta um padrão cíclico de convergência e divergência, com a convergência como tendência de longo prazo. (tradução nossa)

Brewer (1990, p. 194) propõe, na mesma direção, a explicação dos diferenciais de produtividade entre nações, colocando também que a mobilidade de capital tende a gerar efeitos de convergência, nesse sentido:

A major part of the answer must surely lie in external economies: conditions of production that an individual enterprise either cannot provide for itself or need not provide where the industry is already well established. Examples are a skilled labour force, a network of suppliers, suitable transport services, and so on. These are, of course, all reasons why it is difficult (i.e. in a capitalist context, costly and hence unprofitable) to establish production in a new location. In the earlier parts of the imperialist stage, say around 1900, when wages in the centre were still fairly low and technology was still largely in the hands of skilled workers rather than being systematized and brought fully under the control of capital (cf. Braverman 1974), it is easy to see that there was little incentive for established capitalist firms in the centre to shift production to the periphery.

In the present stage, however, wage differentials are large, and multinational firms have great experience of transferring technology, so it is much harder to see why a productivity gap should persist.⁴⁹

O desenvolvimento dessas economias externas, citadas por Brewer, está relacionado a fatores históricos que determinaram dinâmicas distintas no modo como as relações capitalistas de produção se estabeleceram em cada país. Pesa nesse sentido aquilo que Weeks (1999) chama de desenvolvimento desigual primário. Nos países desenvolvidos as relações capitalistas típicas, como a separação dos produtores de seus meios de produção, o assalariamento e a produção de mercadorias, ocorreram antes e de maneira mais acelerada que nas regiões atrasadas. Essa separação dos produtores de seus meios de produção, tornando ambos elementos do capital, possibilitaram que esse se tornasse livre para operar e desenvolver os mais diversos ramos de produção. Dessa maneira, nessas economias avançadas, a expansão do capital possibilitou que uma grande variedade de atividades produtivas fosse postas sob a relação capital-trabalho. Onde essa separação não ocorreu, ou se deu apenas de maneira tardia, as relações pré-capitalistas de produção tornaram o trabalho e os meios de produção fixos em atividades tradicionais. O próprio sistema colonial, que favorecia a permanência dessas relações, tornava o processo de acumulação de capital

⁴⁹ Uma grande parte da resposta certamente deve estar em economias externas: condições de produção que uma empresa individual não precisa assegurar por si mesma ou não precisa fornecer onde a indústria já está bem estabelecida. Exemplos são uma força de trabalho qualificada, uma rede de fornecedores, serviços de transporte adequados, e assim por diante. Estas são, evidentemente, todas as razões pelas quais é difícil (ou seja, em um contexto capitalista, dispendioso e, portanto, não lucrativos) estabelecer a produção de um novo local. Nos estágios iniciais da fase imperialista, digamos por volta de 1900, quando os salários no centro ainda estavam bastante baixo e a tecnologia ainda estava em grande parte nas mãos de trabalhadores qualificados em vez de ser sistematizada e trazida totalmente sob o controle do capital (cf. Braverman 1974), é fácil ver que havia pouco incentivo para as empresas capitalistas estabelecidas no centro de transferir a produção para a periferia. No estágio atual, no entanto, as diferenças salariais são grandes, e as empresas multinacionais têm grande experiência de transferência de tecnologia, por isso é muito mais difícil de ver porque a diferença de produtividade deva persistir (tradução nossa).

bastante restrito e concentrado em poucas atividades. Essas diferenças determinaram a primeira divisão entre países avançados e atrasados, de forma a acompanhar as dinâmicas distintas de desenvolvimento entre as nações, mesmo quando as relações capitalistas de produção se generalizaram na maioria das atividades produtivas das regiões atrasadas.

O desenvolvimento desigual secundário surge, por sua vez, da própria dinâmica da concorrência entre os capitais, no modo de produção capitalista. Esse desenvolvimento desigual cria, no entanto, movimentos contínuos de convergência e divergência. Quando analisada a concorrência em sua forma intrasetorial, vimos que convivem simultaneamente empresas de distintas produtividades e consequentemente com distintas taxas de lucro. Essas diferenças estão ligadas ao próprio modo como opera a racionalidade capitalista. A implantação de novas técnicas produtivas está sempre relacionada ao cálculo entre a perda do capital instalado e os ganhos devidos a essa nova técnica. Essas perdas e ganhos aparecem de maneira distinta entre os vários produtores de um setor, devido às formas concretas de existência dos distintos capitais individuais. Essas diferenças alimentam um processo desigual de desenvolvimento entre as várias empresas de um mesmo setor (WEEKS, 1999, p.8). Uma vez que as dinâmicas intra e intersetoriais de concorrência existem como faces de um mesmo processo, as empresas ou setores capazes de obter um lucro acima do lucro médio poderão desencadear fluxos de capitais entre setores, o que pode significar o declínio de certas atividades e a ascensão de outras. Nesse sentido, diferentemente da teoria neoclássica das vantagens relativas e de algumas teorias marxistas, como as mencionadas acima, que vêm na falta de concorrência e na formação de monopólios a base de um desenvolvimento desigual entre capitais e nações, entende-se aqui que é a própria concorrência, como fenômeno intrínseco à acumulação de capital, que gera tais disparidades.

Na medida em que o capital se expande internacionalmente, faz com que tais movimentos, decorrentes do processo concorrencial, atuem nas mais variadas partes do globo. Pesa nesse sentido as vantagens absolutas que cada capital pode explorar nas diferentes regiões, e que dessa forma definirão dinâmicas distintas de desenvolvimento. A questão central nesse ponto não é a transferência de valor, mas sim a capacidade desses setores, localizados em diferentes países, de atraírem o capital e desenvolverem as forças produtivas locais. O próprio desenvolvimento das forças produtivas pode reverter a posição das vantagens absolutas de determinado país, uma vez que torne mais vantajosa a produção em outra localidade, promovendo um declínio da produção mesmo em setores tradicionais. Nesse sentido o atraso relativo de uma região pode se aprofundar conforme suas características específicas deixem de ser centrais nas vantagens absolutas de custos, ou mesmo conforme os

setores que ali se desenvolveram deixem de ser necessários à valorização do capital. A concorrência tende, assim a aprofundar o desenvolvimento desigual entre capitais, que se expressa num desenvolvimento desigual entre nações.

Ocorre, no entanto, que o acirramento da concorrência na esfera internacional também gera tendências de convergência na medida em que se generalizam, nas mais diversas nações, as relações capitalistas de produção. O capital, ao se aproveitar das distintas vantagens absolutas de custos, gera tanto a possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas nos locais atrasados, quanto a instalação de uma maior variedade de ramos produtivos. Dessa forma acaba por aliviar a balança comercial desses países, aumentar a demanda por trabalho e criar economias externas que podem fomentar ainda mais os fluxos de capitais e os investimentos nesses locais.

No entendimento aqui proposto, o tratamento da competição entre capitais como processo dinâmico, intrínseco à acumulação de capital está, assim, na base do entendimento do desenvolvimento desigual. A competição a nível internacional, ao possibilitar que os capitais se aproveitem dos diferenciais entre os países, pode significar o desenvolvimento relativo dessas ou seu total atraso. Algumas regiões, capazes de oferecer vantagens absolutas ao capital internacional, poderão apresentar ganhos de produtividade e uma complexificação de sua economia, enquanto outras, ao não serem, podem vir a perder até mesmo suas atividades tradicionais ou as poucas atividades que ali se desenvolveram. Dessa forma, quanto menos um país se torna atraente ao capital mais fica relegado a desenvolver aquelas poucas atividades a que tem vantagens absolutas graças a questões naturais como clima, fertilidade do solo, reservas minerais, etc. Não se nega, no entanto, que se alguma região atrasada apresentar ou desenvolver internamente vantagens à valorização do capital, essa poderá experimentar um acelerado desenvolvimento econômico, esse movimento é, no entanto, mais difícil dado a herança do desenvolvimento desigual primário. Ainda, para as regiões desenvolvidas o processo concorrencial também pode gerar distúrbios e retrocessos. Como todo capital compete entre si, não importando onde esteja localizado, sua internacionalização pode significar a desarticulação de certos setores e atividades tradicionais nos países desenvolvidos. Esse movimento cria prejuízos aos capitais que ali permanecem e principalmente a sua classe trabalhadora, que se vê ameaçada pelos salários baixos de outros locais.

Nesse sentido o processo de internacionalização do capital aprofunda as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. Os resultados da lei geral da acumulação capitalista aceleram-se como processo global, fazendo com que tanto a força de trabalho como o exército industrial de reserva apresentem-se como categorias mundiais a disposição

do capital nessa esfera ampliada. Dessa forma, a análise ao nível da nação é insuficiente quando aponta para um processo de desenvolvimento capitalista onde necessariamente se cria uma polarização entre centro e periferia. Não se procura com isso negar o desenvolvimento desigual entre nações, mas sim restabelecer a centralidade do desenvolvimento desigual entre classes e capitais.

Nesse sentido também é necessário considerar de outra maneira o conceito de convergência. É comum, nas ciências econômicas, encará-lo como a capacidade ou não de se gerar um desenvolvimento econômico nos países atrasados com as características do que o modo de produção capitalista foi durante um período de sua história, nos países centrais⁵⁰. No entanto, conforme os entraves à expansão do capital vão sendo colocados a baixo, a convergência assume seu caráter de generalizar a exploração do capital sobre o trabalho em nível global. Características até então tipicamente relacionadas a países periféricos, como concentração de renda, altas taxas de desemprego, quedas salariais e déficits comerciais também passam a acelerar-se nos países centrais. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se pode falar em certa convergência no grau de desenvolvimento das forças produtivas entre algumas regiões antes marcadamente separadas, também se pode falar de um aprofundamento na brecha e na polarização entre as classes sociais em todos os países sujeitos às relações capitalistas de produção e à ação do capital internacional. Restabelece-se, assim, a necessidade de pensar o proletariado como classe mundial, enquanto que as visões de que as mudanças sociais devem necessariamente ser um fenômeno com origem na periferia se afastam de sua validação histórica.

4.4 Considerações finais

A busca do capital por sua valorização está na base dos fenômenos de transferência de valor, desenvolvimento desigual e exportação de capital, como tratados nesse capítulo. Conforme esse processo se vê limitado, devido às contradições internas a ele, o capital procura maneiras de superá-las. A própria tendência a queda na taxa de lucro aparece como motor da expansão do capital para a esfera internacional. Essa expansão gera, por sua, vez tanto efeitos em seus locais de origem como de destino, uma vez que generaliza as relações capitalistas de produção e torna a acumulação de capital e a dinâmica de concorrência, intrínseca a ele, processos globais. Nesse sentido, a atuação do capital na esfera global pode

⁵⁰ Principalmente as características de desenvolvimento econômico nos países centrais durante o pós-guerra até meados da década de 1970, um período que aliou crescimento econômico, distribuição de renda, ampliação dos serviços públicos, etc.

tanto reforçar o papel de determinados países na economia internacional, quanto revolucionar sua posição. Os processos de convergência e divergência, como tratados acima, assumem também um caráter global. Conforme se aprofunda a internacionalização do capital, esses efeitos são dinamizados tanto nos países que tradicionalmente tiveram um acelerado desenvolvimento de suas forças produtivas quanto naqueles onde historicamente demonstraram atraso.

O entendimento dado pelas teorias que buscam explicar o desenvolvimento desigual como resultado de uma polarização entre nações, num processo onde a mais-valia gerada nas regiões atrasadas alimenta o desenvolvimento econômico das avançadas, se confronta com essa realidade. As próprias transferências de valor ganham um novo contorno, dentro da abordagem exposta no presente capítulo. Como tratado, essas assumem distintas direções, dependendo da estrutura dos capitais que atuam internamente em uma região. Dessa forma, as transferências líquidas de valor podem ser muito baixas ou até nulas, mesmo em países que detém vantagens absolutas em setores de baixa composição orgânica. Dada as questões que se levantam, sobre a dificuldade de se estabelecer uma relação direta entre transferência de valor e subdesenvolvimento, apontou-se sobre a necessidade de abordar o desenvolvimento desigual como intrínseco à acumulação de capital. Entende-se, assim, que o processo concorrencial faz com que empresas e setores apresentem dinâmicas distintas de desenvolvimento, o que gera desigualdades no desenvolvimento econômico das regiões onde esses capitais se localizam. Ao mesmo tempo, as características de cada local irão oferecer diferentes vantagens aos capitais que atuam em diferentes setores. Esses dois processos devem, assim, ser tratados conjuntamente de forma a se restabelecer a centralidade do capital e da relação capital-trabalho como objeto de análise na compreensão do desenvolvimento desigual.

5 CONCLUSÃO

A teoria clássica-marxista das vantagens absolutas estabelece uma aproximação do funcionamento das trocas de mercadorias e dos fluxos de capitais na esfera internacional, a partir do funcionamento das leis do modo de produção capitalista expostas por Marx. Dessa forma, buscou-se recuperar os processos concorrenciais, de formação de preço e transferência de valor, como tratados por ele. Dada a relevância do tema, e suas variadas abordagens, fez-se necessário, mesmo que de maneira breve, uma comparação com determinadas teorias que também tratam destas questões. Em relação ao processo concorrencial foram abordadas as teorias marxistas do capital monopolista, em especial de Sweezy e Baran (1968). No capítulo II foram levantados os principais elementos da teoria das vantagens comparativas de Ricardo, que se demonstram incompatíveis com uma abordagem marxista. No terceiro capítulo, por sua vez, foi estabelecida uma breve revisão crítica com algumas das teorias marxistas que aliam a questão da transferência de valor com a situação de subdesenvolvimento.

Resolveu-se por iniciar o presente trabalho pela exposição do processo concorrencial, como entendido por Marx, dado que a expansão do capital para a esfera internacional torna essa a arena efetiva de funcionamento de tal processo. Foi colocado que a concorrência em Marx não é caracterizada por uma situação de mercado, mas sim que existe como expressão da busca do capital por sua valorização, um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação. Diferentemente das teorias do capital monopolista, que procuram demonstrar que a centralização do capital limita o processo concorrencial e assim distorce o funcionamento da lei do valor trabalho, entendemos que é esse processo de centralização que liberta o capital das barreiras a seu deslocamento e ao mesmo tempo acelera a busca pela produção com menores custos, de modo que alimenta a concorrência tanto em sua face intra quanto intersetorial. Conforme o capital se expande internacionalmente, os diferentes países apresentam oportunidades de investimentos com diferentes custos de produção aos distintos setores. Ao mesmo tempo em que essas diferenças de custos dinamizam as possibilidades de algumas empresas se desviarem do lucro médio, desencadeiam fluxos de capitais que levam, como tendência, à formação de uma taxa média de lucro a nível mundial. Esse processo de equalização respeita, no entanto, a forma concreta de existência do capital, o que faz com que ele exista apenas como tendência. Conjuntamente, a constante busca por se produzir com menores custos determina que intrasetorialmente as empresas operem com distintas taxas de lucro. Essas duas faces do processo concorrencial só podem ser aprendidas em conjunto e seu

funcionamento determina que os diferentes capitais, tanto intra quanto intersetorialmente, se desenvolvam de maneira desigual.

A partir da compreensão desses mecanismos, entende-se que o processo de centralização do capital não implica uma distorção no funcionamento da lei do valor trabalho e conseqüentemente na forma metamorfoseada em que esse valor aparece. Ainda, foi necessário retomar a compreensão de Marx em relação aos monopólios, e o modo como se formam os preços das mercadorias nas empresas e setores sujeitas a ele. Diferentemente das teorias tradicionais, inclusive marxistas, que entendem como uma situação de monopólio quando um número reduzido de empresas dominam a produção e circulação de certas mercadorias e assim determinam seus preços de venda, para Marx o monopólio existe quando a própria propriedade privada se torna um empecilho ao processo concorrencial. Ou seja, existe monopólio quando algum capital pode se aproveitar de algum tipo de vantagem que é restringida aos demais. O caso clássico tratado por Marx se dá com a propriedade da terra, mas o monopólio de uma máquina, patente, marca, etc. também pode configurar tal situação.

Ao se reafirmar o funcionamento do processo concorrencial e a forma de existência dos monopólios, foram tratados os mecanismos de formação de preços e as transferências de valor intrínsecas a esses mecanismos. Como colocado, essas transferências assumem distintas direções e respondem tanto a fatores intra quanto intersetoriais. Para um capital individual sua transferência líquida de valor não está limitada por sua composição orgânica em relação à composição orgânica média da economia, mas também pela sua posição em relação à produtividade das demais empresas que operam nesse mesmo setor. Ainda, nas empresas e setores sujeitas ao monopólio, parte da mais-valia gerada permanece internamente na forma de renda, o que alimenta um terceiro mecanismo de transferência de valor. Conforme o capital-industrial aprofunda sua atuação internacionalmente, a apropriação do valor criado se dá nessa esfera ampliada, de forma que as transferências geográficas de valor respeitam todos esses mecanismos.

A teoria clássico-marxista das vantagens absolutas, como tratada no capítulo II, parte do funcionamento do processo concorrencial, da lei do valor-trabalho e da formação dos preços, para demonstram como a expansão do capital para a esfera internacional não modifica o modo como esses operam. Para tanto foram contrapostos os mecanismos de ajuste propostos pela teoria das vantagens relativas, que fariam com que os preços das mercadorias nessa esfera não fossem regulados por seus valores. De acordo com nossa discussão, tais mecanismos se mostraram incompatíveis com uma aproximação do funcionamento das trocas e dos fluxos de capitais na esfera internacional. Entende-se que tanto os movimentos dos

preços quanto da taxa de câmbio estão ligados à estrutura de custos e às vantagens absolutas que os capitais localizados em determinadas regiões possuem, ou seja, essas variáveis não determinam os preços na esfera internacional, mas são reflexo desses. Mais uma vez, esse fato fortalece a necessidade de se analisar a posição relativa de uma nação na economia mundial a partir dos capitais que operam internamente a ela.

Outra importante colocação, tratada no capítulo II, está relacionada aos diferenciais de salário e produtividade na esfera internacional. Discorreu-se sobre a necessidade de se analisar a relação entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, ao invés de se insistir na mera comparação entre níveis internacionais de salários. A criação do valor na esfera internacional deve, portanto, considerar as diferentes condições de trabalho dos capitais instalados em cada país, de forma que apenas onde essas são iguais as diferenças salariais refletem necessariamente diferenças no grau de exploração. Esses diferenciais em salário e produtividade, como aspectos centrais nos custos de produção, impactam no processo de transferência de valor entre capitais.

No capítulo final, as transferências de valor foram tratadas de forma a se estabelecer as várias direções que assumem, devido a seus distintos mecanismos. Entende-se, a partir deles, que as teorias que tratam de forma unidirecional a transferência de valor entre nações atrasadas e avançadas são insuficientes e que, portanto, a relação direta que estabelecem com o subdesenvolvimento também deve ser questionada. Ao criticar tal relação direta, apontou-se um caminho diferente na compreensão do desenvolvimento desigual, de forma a recolocar a centralidade no modo como opera a concorrência em suas duas formas, o que determina que as diferentes empresas e setores apresentem dinâmicas distintas de desenvolvimento. Entende-se a nação como a base concreta onde esses diferentes capitais irão operar, de forma a gerar e se aproveitar de externalidades próprias e, assim, acelerar processos de divergência e convergência nos locais onde atuam. Estabelece-se, assim, que antes de uma polarização entre nações avançadas e atrasadas, o aprofundamento do capital na esfera internacional acelera a polarização entre capital e trabalho, tanto nos países avançados quanto atrasados, de forma que as contradições intrínsecas ao processo de acumulação de capital assumem um caráter global.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **The law of worldwide value**. New York: Montly Review Press, 2010.
- AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976
- ASTARITA, R. **Valor, mercado mundial y globalización**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2004.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Monopoly capital**: an essay on the economic and social order. New York: Modern Reader, 1968.
- BASKOY, T. Karl Marx's theory of market competition. **Problématique: Journal of Political Studies**, Toronto, v. 8, n. 1, p. 4-23, Autumn 2002.
- BREWER, A. **Marxist theories of imperialism**: a critical survey. 2. ed. London: Routledge, 1990.
- BROLIN, J. **A history of theories of unequal exchange**. 2005. 523 f. Dissertation (Master) – Course of Human Ecology, Lund University, Lund, 2005.
- CARCHEDI, G. **Frontiers of political economy**. New York: Verso, 1991.
- EMMANUEL, A. **A troca desigual**. v. 1-2. Lisboa: Estampa, 1976.
- FRANK, A. G. **Latin America**: underdevelopment or revolution. New York: Modern Reader, 1970.
- GUERRERO, D. **Competitividad**: teoría y política. Barcelona: Ariel, 1995.
- HOWARD, M. C; KING, J. E. Unequal exchange. In: HOWARD, Michael C; KING, John E. **A history of Marxian economics**. London: Macmillan Education, 1992. Cap. 10. p. 186-204
- LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: UNICAMP, 2011. (Navegando Publicações). Disponível em: <<http://eventohistedbr.com.br/editora/publicacoes/v-i-lenin-o-imperialismo-etapa-superior-do-capitalismo/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- MALDONADO FILHO, E. A. **A dinâmica da concorrência em Marx**. Porto Alegre, 1990. Disponível em: <http://www.academia.edu/5298829/A_DINAMICA_DA_CONCORRENCIA_EM_MARX>. Acesso em: 15 out. 2013.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. [S.l.], 1973. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- MARQUETTI, A. Do rising real wages increase the rate of labor-saving technical change?: some econometric evidence. **Metroeconomía**, Malden, v. 55, n. 4, p.432-441, out. 2004.

- MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas). Vol. I Livro Primeiro tomo 2.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas). Vol. I, II e III.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Grundrisse: foundations of the critique of political economy**. New York: Vintage Books, 1973.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Brasília: Civilização Brasileira, 2009.
- SEVILLA, R. G.; TABLAS, V. A. **Tipo de cambio real y déficit comercial en guatemala, 1970-2007: un enfoque heterodoxo**. México: Cepal, 2013. (Colección Internacional de Investigación en Desarrollo Económico Juan F. Noyola, 2010). Disponível em: <http://www.eclac.cl/mexico/noticias/documentos/detrabajo/1/48101/2012-004-Tipocamb.realydef.comerc.Guatemala-L.1055-para_web.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- SHAIKH, A. M. **Competition and exchange rates: theory and empirical evidence**. New York: New School for Social Research, 1991a. (Texto para Discussão, 25).
- SHAIKH, A. M. Foreign trade and the law of value (2 partes). **Science and Society**, primavera 1980a.
- SHAIKH, A. M. Globalization and the Myth of Free Trade. In: SHAIKH, A. (Ed.) **Globalization and myth of free trade: history, theory and empirical evidence**. New York: Routledge, 2007. p.50-68.
- SHAIKH, A. M. The laws of international exchange. In: NELL, E. (Ed.). **Growth, profits and property: essays in the revival of political economy**. Oxford, 1980b. Cap. 13. p. 204-235.
- SHAIKH, A. M. **Productivity, capital flows, and the decline of the canadian dollar: an alternate approach**. New York, 2002. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BxvNb6ewL7kOT1pqY1B0SVJGaHc/edit?pli=1>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- SHAIKH, A. M. Los tipos de cambio reales y los movimientos internacionales de capital. In: GUERRERO, Diego (Ed.). **Macroeconomía y crisis mundial**. Madrid: Trotta, 2000. Cap. 4. p. 93-118.
- SHAIKH, A. M. **Valor, acumulación y crisis**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991b.
- SHAIKH, A. M; ANTONOPOULOS, Rania. Explaining long term exchange rate behavior in the United States and Japan. In: MOUDUD, J. K.; BINA, C.; MASON, P. L.

(Ed.). **Alternative theories of competition: challenges to orthodoxy.** New York: Routledge, 2013. Cap. 9. p. 201-228.

SWEEZY, P. On the theory of monopoly capitalism. **Monthly Review**, New York, v. 23, n. 11, Apr. 1972.

WEEKS, J. **The expansion of capital and uneven development on a world scale.** London: SOAS, 1999 (Texto para Discussão, 999)

WEEKS, J. **The law of value and the analysis of underdevelopment.** London: SOAS, 1998. (Texto para Discussão, 498).

WYGODOSKY, W. S. **The story of a great discovery: how Karl Marx wrote capital.** Berlin: Verlag Die Wirtschaft, 1973.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CLIFTON, J. .A. Competition and the Evolution of Capitalist Mode of Production. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 1, n. 2, p.137-52, Jun. 1977.
- GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3 (107), p.413-430, jul./set. 2007.
- GONTIJO, C. **The Ricardian Theory of International Trade: A Criticism**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. (Texto para Discussão, 141).
- GUERRERO, D. La técnica, los costos, la ventaja absoluta y la competitividad. **Comercio Exterior**, México, v. 46, n. 5, p.400-407, maio 1996.
- LENZ, M. H. A teoria da renda da terra na obra de Karl Marx. In: LENZ, Maria H. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre: Fee, 1992. Cap. 3. p. 41-77.
- MALDONADO FILHO, E. A. Concorrência e Diferenciais Intersetoriais de Rentabilidade: uma análise da indústria brasileira, 1973/85. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10 n. 2, p. 251-265, 1989.
- MUNCK, R. Imperialism and Dependency: Recent Debates and Old Dead-Ends. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 8, n. 3/4, p.162-179, verão /outono 1981.
- PREBISCH, R. Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico, In: GURRIERI, A. **La obra de Prebisch en la CEPAL**, Tomo I e II, FCE, Lecturas del Trimestre Económico, México, 1982.
- SAAD FILHO, A. Valores e preços de produção: uma releitura de Marx. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 5-24, Set. 2001.
- SCHOELLER, W. Subdesenvolvimento e Troca Desigual no Mercado Mundial. **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, n. 22, 1977.
- SEMMLER, W. Competition, monopoly, and differential profit rates: A reconsideration of the Classical and Marxian theories. **Revista Internazionale di Scienze Economiche e Commerciali**, Milano, v. 29 n. 8, p.737-762, Ago. 1982.
- SHAIKH, A. M. Competition and industrial rates of return. In: ARESTIS, P.; EATWELL, J. (Ed.). **Issues in finance and industry: essays in honor of Ajit Singh**. New York: Palgrave Macmillan, 2008. Cap. 9. p. 167-194.
- SHAIKH, A. M. Marxian competition versus perfect competition: further comments on the so-called choice of technique. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 4, n. 1, p. 75-83, Mar. 1980.
- SHAIKH, A. M. **Notes on the Marxian Notion of Competition**. New York: New School for Social Research, 1979. Mimeo.

SMITH, J. **What's new about "New Imperialism"**. Sheffield, 2007. Disponível em: <http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/disciplines/politics/research/hmrg/activities/documents/Smithimperialism_000.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2013.

VASUDEVAN, R. **International Trade, Finance and Uneven Development**. Export-Import Bank of India: Jun 2009 (Occasional Paper, n. 133)

WEEKS, J. The Differences Between Materialist Theory and Dependency Theory and Why They Matter. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 8, n. 3/4, p.118-123, verão/outono 1981.